

ADILSON WANDEMBRUCK

**PLANEJAMENTO DO ECOTURISMO PARTICIPATIVO -
UM ESTUDO DE CASO NA VILA DAS PEÇAS,
GUARAQUEÇABA, PARANÁ, BRASIL.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau e título de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Área de Concentração em Conservação da Natureza, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Dra. Daniela Biondi.

CURITIBA

2005

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Ciências Florestais e da Madeira - UFPR

Wandembruck, Adilson

Planejamento do ecoturismo participativo : um estudo de caso na Vila das Peças, Guaraqueçaba, Paraná, Brasil / Adilson Wandembruck. – Curitiba, 2005. 131 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Biondi Batista

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Defesa: Curitiba, 30/09/2005.

Área de concentração: Conservação da Natureza.

1. Conservação da natureza - Guaraqueçaba, Região de (PR). 2. Ecoturismo. 3. Recursos naturais - Conservação. 4. Proteção ambiental. 5. Teses. I. Batista, Daniela Biondi. II. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias. III. Título.

CDD – 634.9
CDU – 634.0.90



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias - Centro de Ciências Florestais e da Madeira
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal

PARECER

Defesa nº. 629

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) mestrando(a) *Adilson Wandembruck* em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "**Planejamento do ecoturismo participativo - um estudo de caso na vila das peças, Guaqueçaba, Paraná, Brasil.**", é de parecer favorável à **APROVAÇÃO** do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Engenharia Florestal, área de concentração em **CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**.

Dr. Rosane Beyer
Faculdades Integradas Curitiba
Primeiro examinador

Dr. Claudia Sonda
Instituto Ambiental do Paraná - IAP
Segundo examinador



Dr. Daniela Biondi Batista
Universidade Federal do Paraná
Orientador e presidente da banca examinadora

Curitiba, 30 de setembro de 2005.

Graciela Ines Bolzon de Muniz
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal
Carlos Roberto Sanquetta
Vice-Coordenador do Curso

DEDICATÓRIA

DEDICO ESTE TRABALHO

Às pessoas que vivem em áreas naturais e que,

mesmo sem se darem conta,

podem deflagrar uma revolução silenciosa,

apenas com o interesse em participar dos

processos de planejamento em suas regiões,

com o objetivo de uso racional dos recursos naturais e culturais,

para o estabelecimento de um mundo melhor,

com qualidade de vida e equilibrada distribuição de renda.

AGRADECIMENTOS

Ao FNMA e à SPVS, pelo apoio logístico e financeiro;

aos meus pais, Pedro Henrique Wandembruck e Elohy Martins Wandembruck, por me ensinarem a respeitar a natureza e seguir os princípios mais elementares e ricos da vida;

à Dra. Daniela Biondi pela orientação e por sua determinação em lutar por tudo aquilo que acredita, contribuindo significativamente na formação de conservacionistas;

aos moradores da Vila das Peças, em especial à Elenilda e ao Carlinhos;

à Sueli Ota, primeira pessoa da SPVS que acreditou neste trabalho,

à Elenise Sipinski (Tise) e à Ana Paula Corrazza, grandes companheiras de trabalho;

ao IBAMA, nas pessoas das técnicas Cibele Munhoz e Mariele Souza;

à Márcia Santos, pela ajuda voluntária na organização do *workshop* de turismo sustentável;

ao Ivair Siqueira, pelas saídas de barco e pela rica troca de informações sobre a Vila das Peças;

ao Renato Pereira de Siqueira (Renato Caiçara), Suzane do Rosário Siqueira e Tiago Ferreira Carvalho, pela realização do inventário participativo e auxílio em todas as reuniões com a comunidade;

à Dona Iná, que sempre acreditou no Projeto de Conservação do Papagaio e colaborou no tempo em que foi presidente da Associação de Moradores;

ao Paulo Teodoro Dias, presidente da Associação de Moradores, pelo empréstimo do Clube para realização das oficinas e reuniões;

a todos que participaram dos eventos para discussão dos rumos do Programa de Ecoturismo;

aos instrutores das oficinas ministradas aos moradores;

aos meus grandes amigos Sandro Jorge Coneglian, José Augusto Leandro e Alan Adkins, pela tradução do Resumo do português para o inglês, constituindo o Abstract;

à Universidade Federal do Paraná e ao curso de Engenharia Florestal;

a todos os pesquisadores, que com suas publicações, subsidiaram cientificamente este trabalho;

e à Paula Vidolin pela revisão do texto final e pelo sentimento maior que se pode ter na vida: o amor.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA
AGRADECIMENTOS
SUMÁRIO
LISTA DE FIGURAS
LISTA DE QUADROS
RESUMO
ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	3
2 OBJETIVOS	5
2.1 OBJETIVO GERAL.....	5
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
3.1 ECOTURISMO	6
3.1.1 Histórico	6
3.1.2 Conceitos	7
3.1.3 Princípios e Critérios do Ecoturismo.....	9
3.1.4 Impactos do Ecoturismo	11
3.1.5 Tipologia do Turismo em Áreas Naturais	13
3.1.6 Códigos de ética do ecoturismo.....	14
3.1.7 Métodos de planejamento do ecoturismo	15
3.2 ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS	21
3.2.1 Princípios de planejamento para o ecoturismo em áreas protegidas e Unidades de Conservação.....	21
3.2.2 Critérios para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas em áreas protegidas	22
3.3 ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	24
4 MATERIAL E MÉTODOS	30
4.1 FLORESTA OMBRÓFILA Densa (FLORESTA ATLÂNTICA)	30
4.1.1 Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba	31
4.2 ÁREA DE ESTUDO	37
4.3 METODOLOGIA.....	39
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
5.1 SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE	48
5.2 INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	48
5.2.1 Atrativos naturais.....	49
5.2.2 Atrativos histórico-culturais	58
5.2.3 Infraestrutura local.....	62
5.2.4 Diagnóstico do Inventário Participativo	68
5.2.5 Perfil dos visitantes.....	69
5.3 OFICINAS DE CAPACITAÇÃO	75
5.3.1 Primeira oficina de capacitação	75
5.3.2 Reedição da primeira oficina de capacitação	78
5.3.3 Segunda oficina de capacitação	80
5.3.4 Terceira oficina de capacitação	80
5.3.5 Curso de primeiros-socorros.....	81
5.3.6 Diagnóstico das oficinas de capacitação	82

5.4 PLANEJAMENTO DO PROGRAMA DE ECOTURISMO PARA A VILA DAS PEÇAS.....	83
5.4.1 Objetivos do Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças.....	83
5.4.2 Plano de ação.....	85
5.4.3 Workshop de Turismo Sustentável.....	87
5.4.4 Propostas dos grupos de trabalho.....	89
5.4.5 Procedimentos para ações imediatas ² e de curto prazo após o workshop.....	95
5.5 TENDÊNCIAS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	96
5.5.1 Tendências do Programa de Ecoturismo.....	96
5.5.2 Potencialidades de desenvolvimento do ecoturismo na Vila das Peças.....	97
5.5.3 Limitações ao desenvolvimento do ecoturismo na Vila das Peças.....	98
5.6 POLÍTICA DE COBRANÇA DOS SERVIÇOS OFERECIDOS.....	99
5.7 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE ECOTURISMO.....	100
5.7.1 Gerenciamento comunitário.....	100
5.7.2 Conselho de Ecoturismo.....	102
5.8 PROPOSTAS DE SUB-PROGRAMAS.....	103
5.8.1 Subprograma de conservação dos recursos naturais e culturais.....	103
5.8.2 Subprograma de Recreação e Interpretação.....	103
5.8.3 Subprograma de Educação Ambiental.....	105
5.8.4 Sub-programa de Monitoramento.....	106
5.8.5 Sub-Programa de Capacitação.....	106
5.8.6 Sub-Programa de Saneamento e Destinação de Resíduos.....	108
5.8.7 Sub-programa de Divulgação.....	109
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	110
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formações vegetacionais e remanescentes florestais do PR	31
Figura 2: Localização da Vila das Peças	38
Figura 3: Fluxograma proposto para implementação de um programa de ecoturismo	42
Figura 4: Praia da Ilha das Peças	50
Figura 5: Vegetação de restinga	50
Figura 6: Trilha da torre pequena, com detalhe da vegetação	51
Figura 7: Indícios da presença de animais na trilha da torre pequena	51
Figura 8: Torre pequena	52
Figura 9: Torre grande	53
Figura 10: Casa na pedra	53
Figura 11: Vista geral dos campos salinos a partir do mirante natural existente na casa na pedra	54
Figura 12: Formação pioneira de influência flúvio-marinha	55
Figura 13: Formação pioneira de influência marinha	55
Figura 14: <i>Amazona brasiliensis</i> (papagaio-de-cara-roxa)	56
Figura 15: Diferentes espécies de aves na praia	57
Figura 16: Fêmea de <i>Sotalia guianensis</i> com filhote	57
Figura 17: Sambaqui situado na trilha da torre pequena	59
Figura 18: Pescadores ensinando visitantes a manusearem a tarrafa	62
Figura 19: Vista geral da Pousada do Carlinhos	64
Figura 20: Detalhe do interior de um dos quartos da Pousada do Carlinhos	64
Figura 21: Cozinha comunitária	65
Figura 22: Restaurante do Grupo de Mulheres Solidárias.....	65
Figura 23: Restaurante e Pousada Teodoro Dias	66
Figura 24: Restaurante Beira Mar	66
Figura 25: Restaurante Iná II	67
Figura 26: Gráfico da origem dos visitantes	69
Figura 27: Gráfico do sexo dos entrevistados	70
Figura 28: Gráfico do estado civil dos entrevistados	70
Figura 29: Gráfico do tipo de acompanhantes dos entrevistados	70
Figura 30: Gráfico do local de hospedagem	71
Figura 31: Gráfico sobre visitas anteriores à região	71
Figura 32: Gráfico sobre a época de visitação	72
Figura 33: Gráfico sobre o tempo médio de permanência na região	72

Figura 34: Gráfico sobre as expectativas da viagem	72
Figura 35: Gráfico sobre intenção de retorno à região	73
Figura 36: Gráfico sobre atividades realizadas na viagem	73
Figura 37: Gráfico sobre interesse de aprendizado sobre a região	73
Figura 38: Participantes da 1ª oficina de ecoturismo realizando uma dinâmica para identificação dos atrativos naturais existentes na Ilha das Peças	76
Figura 39: Conductor local em uma explanação sobre a região	79
Figura 40: Exemplos de <i>folders</i> e panfletos	80
Figura 41: Uso de boia para o resgate	81
Figura 42: Atividades de salvamento na praia	82
Figura 43: Participantes durante apresentação do IBAMA	87
Figura 44: Instituições participantes do <i>workshop</i> de turismo sustentável	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Questionamentos realizados com os participantes da primeira oficina de capacitação e respostas obtidas	77
Quadro 2: Proximidade da Vila das Peças com outras cidades	97

RESUMO

Planejamento do ecoturismo participativo - um estudo de caso na Vila das Peças, Guaraqueçaba, Paraná, Brasil.

De maio de 2003 a maio de 2005, foi realizado um estudo para elaboração de um Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças, Guaraqueçaba, com os objetivos de sensibilizar a comunidade local para a necessidade de um ecoturismo planejado e responsável, de forma que tais atividades possam reverter em benefícios à comunidade local; capacitar um grupo de moradores em diferentes temas relacionados ao ecoturismo, suprimindo demandas e carências; propiciar uma maior articulação entre os grupos organizados e instituições atuantes na região; e, por fim, contribuir para a conservação da natureza e o uso racional dos recursos naturais, e valorizar os recursos culturais das comunidades caiçaras. Os métodos utilizados basearam-se na realização de um inventário participativo dos atrativos naturais e culturais, infraestrutura e perfil do visitante, onde integrantes da comunidade foram agentes decisivos para a coleta destes dados. Foram realizadas oficinas de capacitação técnica com o intuito de preparar a comunidade para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, durante as quais, além do repasse de informações técnico-científicas, também foram obtidas informações das expectativas da comunidade com relação ao Programa de Ecoturismo, bem como de sugestões e propostas que subsidiaram a elaboração e execução de um plano de ação para otimizar a elaboração do programa. Todo o processo de construção do programa foi estruturado na forma de um fluxograma, que definiu as ações necessárias ao alcance dos objetivos do programa, além do monitoramento e avaliação de cada etapa. Um esboço do Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças foi apresentado durante um *workshop*, organizado especialmente para a discussão, complementações e validação do mesmo pela comunidade e demais instituições com atuação local. Por fim, foi elaborado a versão final do documento, a qual foi apresentada à comunidade mediante a realização de uma reunião técnica. O Inventário Participativo apontou como principais atrativos da Vila das Peças as áreas de praia, trilhas, mirantes naturais, flora e fauna local, sambaquis, artesanato, festas populares, comidas típicas, além da existência do Parque Nacional do Superagui. As oficinas de capacitação tiveram como destaques positivos a formação de um grupo com 22 moradores locais; a aplicabilidade dos temas tratados no dia a dia da comunidade; a construção de laços de confiança entre os moradores e a equipe do projeto; o caráter de multiplicação entre os próprios moradores da Vila das Peças; e principalmente a elaboração conjunta e participativa do Programa de Ecoturismo, o qual teve boa aceitação perante a comunidade. Alguns roteiros ecoturísticos elaborados durante o processo de construção do programa já estão sendo operados pelo grupo capacitado, excluindo-se o Parque Nacional do Superagui devido à inexistência, até o momento, de seu plano de manejo. O Programa foi consolidado em diversos subprogramas para tratar de temas relacionados à conservação dos recursos naturais e culturais; recreação e interpretação; educação ambiental; monitoramento; capacitação; saneamento e destinação de resíduos; e divulgação, com os respectivos projetos, objetivos, atividades previstas e normas de implementação. Associado a isto foi proposta a criação de um Conselho de Ecoturismo para auxiliar o desenvolvimento da atividade na Vila das Peças, e facilitar a operação do programa pelos próprios moradores. Por fim foram feitas recomendações para que o Programa colabore para a efetiva proteção da natureza, melhoria da qualidade de vida e geração de renda para os moradores locais.

Palavras-chave: Ecoturismo, comunidades, inventário participativo, capacitação.

ABSTRACT

Participatory ecotourism planning - a case study in Vila das Peças, Guaraqueçaba, Paraná, Brazil.

From May 2003 to May 2005, a study was carried out to elaborate on a Ecotourism Program for a local community named Vila das Peças, in the Environmental Protection Area of Guaraqueçaba, with the following objectives: to sensitize the local community to the need for a planned and responsible ecotourism, so that such activities can return the benefits to the local residents, to train a group of residents about the different themes related to ecotourism, to foster a greater articulation between organized groups and institutions working in the region, and, finally, to contribute to the conservation about nature and the rational use of natural resources and the valuing of cultural resources of the Caiçaras communities. The methods used were based on a participatory inventory of natural and cultural attractions, infrastructure, and visitor profiles, where members of the community were decisive agents for the collection of the data. Technical training workshops were held with the purpose of preparing the community for the development of ecotourism activities. During this time, other information was also obtained on the community's expectations regarding the Ecotourism Program, as well as suggestions and proposals that supported the preparation and execution of an action plan to optimize the elaboration of the program. The entire process of building the program was structured in the form of a flowchart, which defined the necessary actions to achieve the objectives of the program, as well as monitoring and evaluating each step. An outline of the Ecotourism Program for Vila das Peças was presented during a workshop organized especially for the discussion and during the event the community and other institutions with local activities complemented and validated the proposal. The final version of the document was prepared and was presented to the community through a technical meeting. The Participative Inventory pointed out that the Vila das Peças' main attractions are the beach areas, trails, natural gazebos, local flora and fauna, sambaquis, handicrafts, folk festivals, typical food, in addition to the existence of the Superagui National Park. The training workshops had positive highlights, such as the establishment of a 22 local resident group. Also the applicability of the themes dealt with in the daily life of the community, building trust bonds between the villagers and the project team, the character of multiplication among the residents of Vila das Peças, and especially the joint and participatory elaboration of the Ecotourism Program were well accepted by the community. Some ecotourism scripts elaborated during the process of construction of the program are already being operated by the trained group, except for the National Park of Superagui due to the lack of a current management plan. The Program has been consolidated in several subprograms to address issues related to the conservation of natural and cultural resources. These include the recreation, interpretation, environmental education, monitoring, training, sanitation, and waste disposal, as well as the dissemination. The subprograms were organized in projects, objectives, planned activities, and implementation standards. Associated with this was the proposed creation of an Ecotourism Council to assist with the development of the activity in the Village of the Parts, and the facilitation of the operation of the program by the residents themselves. Finally, recommendations were made to the Program to collaborate in the effective protection of nature, improvement of the quality of life and the generation of income for the local residents.

Keywords: Ecotourism, communities, participatory inventory, capacity.

1 INTRODUÇÃO

O crescente fluxo de visitantes em áreas naturais, motivado pelo ecoturismo, tem impulsionado o desenvolvimento e aprimoramento de serviços e infraestrutura adequados ao recebimento de visitantes. Neste sentido, as unidades de conservação têm se tornado um grande atrativo às pessoas que procuram nas paisagens silvestres um maior contato com a natureza (CARVALHO *et al.*, 2000).

Na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná, o número de visitantes vem aumentando significativamente nos últimos anos, a ponto de muitas comunidades locais terem passado a desenvolver atividades ligadas ao ecoturismo. No entanto, a falta de instrumentalização destas comunidades para atuar com atividades ecoturísticas vem aumentando a pressão sobre os recursos naturais (SPVS, 2000). A comunidade da Vila das Peças, por exemplo, apresenta um declínio de atividades tradicionalmente desenvolvidas como a pesca de subsistência, que gradativamente vem sendo complementada por atividades de ecoturismo. Este fato tem gerado o aumento de visitantes nesta comunidade, de forma desordenada, gerando impactos negativos expressivos nos aspectos ambientais, culturais e sociais.

A falta de capacitação dos moradores locais para o atendimento de visitantes não favorece a divulgação dos atrativos naturais e culturais da Vila das Peças, fazendo com que o tempo de permanência dos visitantes seja pequeno e não reverta em benefícios (melhoria da qualidade de vida, geração de renda, conservação da natureza mediante a conscientização ambiental) para os moradores. Um exemplo da necessidade de planejamento para receber os visitantes na Vila das Peças é a existência de uma trilha utilizada para caminhadas, cujo traçado corta áreas de preservação permanente, caracterizadas por ambientes extremamente frágeis como os manguezais. Esta trilha não possui nenhum critério técnico de construção e manutenção, podendo causar alterações e consequências irreversíveis a este ambiente, incluindo a flora e fauna característica (BINELLI *et al.* 1997).

Neste contexto, esta pesquisa esteve direcionada a elaboração de um programa de ecoturismo para a Vila das Peças e entorno, com objetivo de sensibilizar a comunidade local para a necessidade de um ecoturismo planejado e responsável, de forma que tais atividades possam reverter em benefícios à comunidade local; capacitar um grupo de moradores em diferentes temas relacionados ao ecoturismo, suprimindo demandas e

carências; propiciar uma maior articulação entre os grupos organizados e instituições atuantes na região; e, por fim, contribuir para a conservação da natureza e o uso racional dos recursos naturais, valorizando os recursos culturais das comunidades caiçaras.

Ressalta-se que este estudo foi realizado de forma integrada com o Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, de maneira a contribuir com a proteção dessa espécie e construir, conjuntamente com a comunidade, um Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças para servir de instrumento ao desenvolvimento do ecoturismo planejado e de forma participativa, e possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e a conservação ambiental.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um programa de ecoturismo para a Vila das Peças, integrado ao projeto de conservação do papagaio-de-cara-roxa, que demonstre as aptidões ecoturísticas locais, contribua para a melhoria da qualidade de vida local mediante a geração de renda, e colabore com a conservação ambiental.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1. Levantar informações referentes à infraestrutura existente na Vila das Peças, atrativos naturais e culturais, bem como o perfil dos visitantes de forma a embasar o Programa de Ecoturismo;

2.2.2. Formar um grupo de condutores da Vila das Peças capacitados para desenvolver a atividade do ecoturismo nas áreas e comunidades do entorno do Parque Nacional do Superagui, mediante a realização de capacitações, workshops e oficinas.

2.2.3. Esclarecer, para a comunidade, a importância do PARNA do Superagui na proteção da biodiversidade regional.

2.2.4. Elaborar, conjuntamente com a comunidade da Vila das Peças, um documento prévio contendo uma proposta para o Programa de Ecoturismo a ser implantado na região.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 ECOTURISMO

3.1.1 Histórico

O termo ecoturismo possui sua etimologia ou origem bastante confusa, cujo conceito é relativamente novo e, de forma geral, ainda mal compreendido e mal utilizado (DRUMM *et al.*, 2000).

Segundo ORAMS (1995) e HVENEGAARD (1994), este termo surgiu ao final dos anos de 1980, enquanto que para HIGGINS (1996), o ecoturismo teve sua origem nos anos de 1970, por intermédio do trabalho de MILLER (1989) sobre ecodesenvolvimento.

BOO (1990) cita que Ceballos-Lascuráin, em 1983, fez referência ao termo durante a criação da Pronatura, uma Ong do México, e o definiu como viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas nem contaminadas, com objetivo específico de estudar e admirar o cenário e seus animais e plantas selvagens, assim como quaisquer manifestações culturais encontradas nesta área.

HERTZER (1965), em data ainda anterior, utilizou o termo para explicar o intrincado relacionamento entre os turistas, o meio ambiente e as culturas nos quais interagem. Este mesmo autor indicou quatro princípios fundamentais a serem observados para se realizar uma forma mais responsável de turismo, sendo eles: impacto ambiental mínimo; respeito máximo às culturas anfitriãs; máximos benefícios econômicos para as comunidades; e satisfação recreacional máxima para os turistas participantes.

Para NELSON (1994), o ecoturismo é mais antigo, tendo manifestação no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando pesquisadores ficaram preocupados com o uso inadequado dos recursos naturais. Este autor sugere que o termo ecodesenvolvimento tenha sido introduzido como um meio de reduzir esse desenvolvimento inadequado.

Já outros exemplos citados na literatura, descrevem a prática do ecoturismo pelo menos desde o período romântico, onde eram realizadas viagens a regiões selvagens só pela natureza intrínseca da experiência. Como exemplos estão as citações de NASH (1982), que escreve que durante o século XIX muitas pessoas viajaram pela Europa e pela América do Norte com o objetivo principal de apreciar a natureza.

FENNEL (1998) sugere que o ecoturismo provavelmente teve uma evolução convergente e que em muitos lugares e pessoas responderam independentemente à necessidade de maiores oportunidades de viagens à natureza e alinhadas com os esforços da sociedade de se tornar ecologicamente mais responsável.

3.1.2 Conceitos

HONEY (1999) conceituou ecoturismo como uma viagem para áreas geralmente protegidas, frágeis e intocadas, em pequena escala e que busca causar baixo impacto. Ajuda a educar o viajante, proporciona recursos para a conservação, beneficia diretamente o desenvolvimento econômico, e o poder político das comunidades locais, e estimula o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos.

Mais recentemente KADOTA *et al.* (2003), definiu que o Ecoturismo representa uma nova tendência na prática do turismo e se caracteriza por ser uma forma menos convencional e que permite contato com os atrativos naturais, seja para admirar sua beleza ou para desenvolver atividades com os seus recursos.

A definição mais concisa e válida se deu em 1990, onde a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES, 1998) definiu ecoturismo como viagem responsável para áreas naturais, que conserve o meio ambiente e promova o bem-estar da população local.

Seguindo este consenso, o conceito foi aprimorado por diversas instituições nacionais e internacionais, sendo que no Brasil o Ministério do Meio Ambiente (EMBRATUR/IBAMA, 1994), o define como um segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural de maneira sustentável promove a conservação e o desenvolvimento econômico das populações envolvidas, enquanto busca a formação de uma consciência através da interpretação ambiental.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 1997) descreve o ecoturismo como viagem ambientalmente responsável e visita a áreas naturais a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existente, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visita de baixo impacto e promova de maneira benéfica o envolvimento sócio-econômico ativo das populações locais.

The Nature Conservancy (TNC, 2002) adotou o conceito de ecoturismo como um tipo de turismo cujo uso recomenda práticas rigorosamente conservacionistas quando

praticada especialmente em áreas protegidas. Representa um excelente meio para beneficiar tanto a população local quanto a área protegida em questão, sendo um componente ideal para uma estratégia de desenvolvimento sustentável na qual os recursos naturais possam ser utilizados como atrativos turísticos sem causar dano à área natural.

Ainda para TNC (2002), o ecoturismo deve ter impacto mínimo sobre os recursos naturais de uma área protegida; envolver os principais interessados (comunidades, ecoturistas, operadores de turismo e instituições governamentais) nas fases de planejamento, desenvolvimento, implantação e monitoramento; respeitar culturas e tradições locais; gerar renda sustentável e equitativa para as comunidades locais; gerar renda para a conservação da área protegida; e, por fim, promover educação de todos os principais interessados no que diz respeito a seu papel na conservação.

Semelhantemente, as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994), conceituam o segmento do ecoturismo como uma atividade que deve utilizar o patrimônio natural e cultural de maneira sustentável; promover a conservação e o desenvolvimento econômico das populações envolvidas, enquanto busca a formação de uma consciência através da interpretação ambiental. Seus principais objetivos são aumentar a receita gerada nas diversas áreas conservadas, possibilitando-lhes recursos para a manutenção destas e das comunidades locais; fomentar a visita ordenada; preservar os recursos naturais florísticos, faunísticos e as paisagens cênicas locais; promover a utilização racional do patrimônio natural.

No Estado do Paraná o documento intitulado Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Estado do Paraná (PARANÁ, 2001) adota a definição da EMBRATUR (1994), que define o ecoturismo como o conjunto de atividades turísticas que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Este mesmo documento considera ainda que o ecoturismo é uma subdivisão do Turismo em áreas naturais, definido como aquele que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos (PARANÁ, 2001).

3.1.3 Princípios e Critérios do Ecoturismo

Para orientar a operação do ecoturismo foram criados critérios, diretrizes, normas, códigos de ética ou programas de certificação, sendo que cada país, estado ou localidade tem autonomia para criar seus conceitos, embasados em uma proposta participativa. O governo federal, através dos ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, e do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, elaborou as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994), documento que vem norteando o desenvolvimento do ecoturismo no país. Com base nos objetivos e estratégias destas diretrizes cada governo de estado ou prefeitura pode criar suas estratégias regionais, seguidas de normas para a operação, ou propostas de caráter voluntário, como códigos de ética, ou ainda aderir a um programa de certificação de nível nacional ou internacional.

Diversas organizações desenvolveram princípios (considerados como os componentes fundamentais, filosóficos de uma atividade) e critérios (forma como se viabiliza ou consolida um dado princípio) próprios. The Ecoplan:net Institute (ECOPLAN:NET, 1994) preconiza os seguintes princípios:

- a) Apoiar a conservação e a proteção ambiental.
- b) Operar de maneira responsável com base nos princípios da administração verde.
- c) Estabelecer parcerias com associações locais e ONGs.
- d) Operar somente o turismo de baixo impacto.
- e) Trabalhar com guias capacitados e responsáveis.
- f) Potencializar os benefícios econômicos às comunidades locais.
- g) Fornecer educação e sensibilização quanto às questões ambientais.
- h) Elaborar planejamentos integrados e sustentáveis.
- i) Permitir a participação das populações locais no planejamento e desenvolvimento do ecoturismo.
- j) Fornecer uma experiência exótica e inesquecível.

Alguns países ou grupos de empresas preferem os códigos de ética para a operação do ecoturismo que é uma maneira interessante de assegurar que os princípios da atividade sejam garantidos. Um exemplo é fornecido pela Associação de Ecoturismo da Austrália (*Ecotourism Association of Australia*) que tem um Código de Práticas para Operadoras de Ecoturismo abrangendo os seguintes pontos (EAA, 1998; NIEFER & SILVA, 1999):

- a) Fortalecer os esforços para a conservação e aumentar a integridade natural dos locais visitados.
- b) Respeitar a sensibilidade de outras culturas.
- c) Ser eficiente no uso de recursos naturais (água, energia).
- d) Garantir que o descarte do lixo tenha um impacto mínimo ambiental e estético.
- e) Desenvolver um programa de reciclagem.
- f) Apoiar fornecedores que tenham ética na conservação.
- g) Estar consciente de assuntos políticos e ambientais atuais da região visitada.
- h) Apoiar a educação e treinamento para guias e administradores.
- i) Fornecer educação, interpretação e diretrizes apropriadas aos clientes, respeitando a história natural e cultural da área visitada.
- j) Usar produtos locais que beneficiem as comunidades, e não comprar bens confeccionados com espécies ameaçadas.
- k) Nunca perturbar ou encorajar a perturbação da vida selvagem ou dos seus habitats.
- l) Manter os veículos somente nas rotas indicadas.
- m) Aceitar as regras das áreas naturais.
- n) Manter os padrões de segurança australianos.
- o) Assegurar verdade na publicidade.
- p) Maximizar a qualidade da experiência para o hóspede e o anfitrião.

A partir da definição da Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994) foram estabelecidos objetivos que visam compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais; fortalecer a cooperação inter-institucional; possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor; promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo; promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade de ecoturismo e promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental. Com base nos objetivos desta Política os princípios do Ecoturismo estão calcados na conservação e uso sustentável dos recursos naturais e culturais; informação e interpretação ambiental; é um negócio e deve gerar recursos; deve haver reversão dos benefícios para a comunidade local e para a conservação dos recursos naturais e culturais; deve ter envolvimento da comunidade local.

Já os critérios do Ecoturismo, seguindo esta mesma Política, preveem o manejo e administração verde do empreendimento; associações e parcerias entre os setores

governamentais e não governamentais locais, regionais e nacionais; educação ambiental para o turista e para a comunidade local; guias conscientes, interessados e responsáveis; planejamento integrado, com preferência à regionalização; promoção de experiências únicas e inesquecíveis em um destino exótico; monitoramento e avaliação constante; turismo de baixo impacto; código de ética para o mercado do ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

3.1.4 Impactos do Ecoturismo

Considera-se o termo impacto como qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrentes das atividades antrópicas (humanas), que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais (SALVATI, 2002a,b).

A adoção do ecoturismo como estratégia deve ser destinada a causar mínimo impacto no ecossistema, contribuir economicamente com as comunidades locais, respeitar as culturas locais, ser desenvolvida por meio de processos participativos que envolvam todos os interessados, e ser monitorada a fim de se detectar impactos positivos e negativos (TNC, 2002). De acordo com TERBORGH *et al.* (2002), práticas de desenvolvimento sustentável que não sejam relacionadas com ecoturismo são incompatíveis com a conservação da natureza.

Segundo SALVATI (2002a,b) as atividades ecoturísticas podem ter impactos positivos e negativos, e que os mesmos podem ser minimizados e os benefícios potencializados, desde que suas atividades sejam corretamente planejadas. Este mesmo autor cita que estes impactos, a princípio, estão relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado, aos benefícios socioeconômicos e ambientais, esperados a níveis regional e nacional. Em contrapartida aos riscos ambientais e comunitários, o Ecoturismo apresenta significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais. Dentre estes benefícios pode-se citar a diversificação da economia regional, através da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios; geração local de empregos; fixação da população no local; melhoramento das infraestruturas de transporte, comunicações e saneamento; criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de

Conservação; diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural; diminuição do impacto no plano estético-paisagístico; e melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

Os principais impactos citados por SALVATI (2002a,b) são:

- a) Impactos econômicos positivos: geração de empregos; diversificação da economia; desenvolvimento regional; ganhos em moeda estrangeira; aumento da renda tributária; desenvolvimento de infraestruturas; e melhoria da qualidade de vida da população.
- b) Impactos econômicos negativos: transformação nas ocupações profissionais; impacto sobre a estrutura e distribuição da população; desvio dos benefícios econômicos; e efeito Multiplicador.
- c) Impactos socioculturais positivos: conservação do patrimônio; reafirmação da identidade cultural; e intercâmbio cultural.
- d) Impactos socioculturais negativos: comercialização excessiva e perda de autenticidade das manifestações culturais; perda da identidade cultural mediante influência no estilo de vida tradicional; modificação dos padrões de consumo a partir da influência dos turistas nos hábitos de compras da população local, despertando necessidades econômicas até então desconhecidas; relacionamento precário entre hotel e hóspede devido a mal-entendidos relacionados a diferenças de idioma, de costumes, de valores e de padrões de comportamento; aumento da população residente e sazonal, e conseqüente perda das comodidades dos habitantes; e aumento dos problemas sociais como drogas, crime e prostituição.
- e) Impactos ambientais positivos: conservação de áreas naturais importantes; conservação de lugares históricos e arqueológicos, bem como do patrimônio arquitetônico local; melhoria da qualidade do meio ambiente; melhoria da infraestrutura; aumento da consciência sobre o meio ambiente; criação de áreas protegidas; e manutenção da paisagem.
- f) Impactos ambientais negativos: poluição da água; poluição do ar; poluição sonora; poluição visual; problemas de saneamento básico; degradação ecológica; danos aos lugares históricos e arqueológicos; problemas relativos ao uso e à ocupação do solo; e alterações nas condições estéticas da paisagem;
- g) Impactos positivos sobre a vida silvestre: geração de conhecimento técnico científico sobre as espécies; auxílio na conservação de áreas naturais; e conscientização sobre o equilíbrio do meio ambiente.

- h) Impactos negativos sobre a vida silvestre: alterações na reprodução, comportamento e hábitos alimentares da fauna; coleta e comércio ilegal de espécies silvestres; erosão e desmatamento em trilhas; estradas inadequadas; meios de transporte poluentes.

3.1.5 Tipologia do Turismo em Áreas Naturais

Segundo Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais (PARANÁ, 2001), existem outras tipologias do mesmo nível hierárquico do ecoturismo, que embora sejam desenvolvidas em ambientes naturais, possuem especificidades que as diferenciam substancialmente do ecoturismo, pois não seguem os princípios norteadores deste segmento, que preveem a exploração racional do patrimônio natural e cultural, a minimização dos impactos negativos, e a busca de benefícios econômicos diretos para as populações locais, além da conservação da natureza (EMBRATUR/IBAMA, 1994). Neste sentido destacam-se:

- a) o turismo de aventura, no qual as pessoas atuam como protagonistas, desenvolvendo atividades participativas de menor ou maior intensidade, necessitando, no segundo caso, de equipamentos e serviços especializados. As atividades compreendem também expedições em busca de lugares isolados de baixa frequência, exigindo trabalho de equipe na maioria das vezes;
- b) o turismo rural, considerado o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade;
- c) o turismo histórico-cultural, que é o conjunto de atividades turísticas que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e que permitem a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retratando seus usos e costumes, tanto atuais como de seus antepassados;
- d) o turismo técnico-científico, que é o conjunto de atividades que atrai grupos específicos de turistas que buscam o intercâmbio in loco de informações científicas e técnicas.

Segundo TNC (2002), outros termos que também se confundem com ecoturismo em nível nacional é o turismo voltado à natureza, que é simplesmente o turismo baseado na

visitação a áreas naturais, não envolvendo necessariamente a conservação ou a sustentabilidade; o turismo sustentável voltado à natureza, que apesar de ser uma atividade muito próxima ao ecoturismo não obedece todos os critérios deste; turismo científico ou de estudo, que possui objetivos especificamente investigativos; turismo cultural, étnico ou de patrimônio cultural, que se concentra nas tradições e nas populações locais como seu principal atrativo; e turismo verde sustentável, que se refere a viagens que usam os recursos naturais de forma sensata, podendo ser considerado como a mudança da indústria do turismo em direção ao turismo verde.

Mesmo havendo várias definições para o termo ecoturismo, é possível reconhecer em todas elas três princípios básicos, que formam o tripé de sustentação do ecoturismo, fundamentado na promoção da conservação da natureza, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

3.1.6 Códigos de ética do ecoturismo

O movimento ambientalista, intensificado a partir da década de 60, popularizou a mentalidade preservacionista que defendia a exclusão das atividades humanas em certas áreas naturais para evitar o impacto inerente a elas. Mais recentemente, talvez como incorporação da lógica neoliberal de um mundo globalizado, defende-se a possibilidade de "uso racional", "sustentável", dos recursos naturais. Assim, as chamadas zonas intangíveis das unidades de conservação passam a ser vistas com outro enfoque: o da utilização sustentável dos organismos ali preservados (NEIMAN & MENDONÇA, 2000).

Neste sentido, o Ecoturismo assume papel fundamental, pois as operadoras de turismo e as comunidades locais precisam compreender que o interesse dos visitantes em determinada área natural, incluídas as unidades de conservação, é diretamente proporcional ao estado de conservação dessas áreas. Quanto mais conservadas e engajadas em processos de planejamento, que promovam a sua proteção, mais interesse o público alvo terá em visitá-las.

Além disso, a criação de um sistema de unidades de conservação não é garantia suficiente de que existirão, no futuro, ecossistemas viáveis até mesmo do ponto de vista utilitário (NEIMAN & MENDONÇA, 2000).

Os códigos de ética assumem, neste contexto, um papel balizador que ordena as atividades passíveis de desenvolvimento, em níveis que não sejam prejudiciais ao

ambiente, mediante a formação de agentes que respeitem o equilíbrio entre os interesses de geração de renda nas comunidades com a conservação dos recursos naturais e culturais, principalmente em áreas com alta vulnerabilidade/sensibilidade.

No Brasil, criou-se em 1993, a Associação Brasileira de Ecoturismo, com membros das áreas operacionais do turismo ambiental, consultores e pesquisadores do tema em todo o país que, apesar dos esforços dos seus dirigentes, ainda não conseguiu congrega os interesses dos seus associados no sentido de se tomarem medidas preventivas para a proteção dos meios receptores e na efetiva originalidade das viagens ecoturísticas ou, ainda, na criação de um código de ética para o setor (RUSCHMANN, 1998).

3.1.7 Métodos de planejamento do ecoturismo

Antes de descrever alguns dos métodos utilizados em planejamento, faz-se necessário uma reflexão sobre o conceito de planejamento. Diversas são as definições existentes na literatura, mas, para efeito desta discussão, será adotada a definição da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ - *Gesellschaft für technische Zusammenarbeit* - GmbH), que diz que Planejamento de um projeto ou programa é um pacote de medidas inovadoras, claramente delimitado em função dos recursos, tempo e local, que estabelece objetivos e metas a serem alcançados por meio de um processo interativo entre todos os atores envolvidos e cuja implementação se dá por meio das instituições executoras, organizações ou grupos sociais (MÉTODOS, 2005).

Já o Planejamento Participativo é um instrumento para o trabalho comunitário. Por meio de discussões e exercícios que auxiliam a ampla compreensão de uma realidade, analisa-se um problema central e as propostas para solucioná-lo, resultando na elaboração de um plano de ação para combatê-lo. A participação conjunta dos moradores, comitês, instituições governamentais e não governamentais cria elos que promovem compromissos sociais. A ética de compromissos é a alavanca da mudança (BRASIL, 1998).

O Planejamento Participativo garante que os representantes das comunidades e instituições locais tenham envolvimento e co-responsabilidade pelas iniciativas de conservação, tendo representadas suas necessidades, prioridades e expectativas na relação homem-meio ambiente (CI, 2003).

As razões para a utilização do planejamento participativo na definição dos planos de um projeto ou de um programa podem ser resumidas como um apoio considerável para:

- a) Planejar projetos mais consistentes e mais transparentes;
- b) Definir objetivos claros e realistas com base numa análise de problemas que reflita uma situação atual;
- c) Definir indicadores objetivamente comprováveis para acompanhar e avaliar as ações e resultados e objetivos previstos;
- d) Melhorar a comunicação, a integração e a cooperação entre as instituições parceiras, grupos e pessoas envolvidas;
- e) Integrar os diferentes níveis dos parceiros;
- f) Definir as responsabilidades e deveres de todos os parceiros
- g) Aumentar a probabilidade de êxito do plano;
- h) Aumentar as garantias de sustentabilidade dos efeitos das ações realizadas.

O Planejamento Participativo, independentemente do método para sua realização deve compreender as seguintes fases: planejamento do projeto, operacionalização das ações, organização do projeto, acompanhamento, monitoria e avaliação dos resultados complementadas com os respectivos ajustes necessários para manter os rumos do projeto (MÉTODOS, 2005).

Cabe ainda diferenciar o termo Diagnóstico Participativo que, segundo GUTIÉRREZ (1993), é um processo contínuo que gera um conhecimento que se enriquece na medida em que a realidade se transforma. Quando os objetivos de um projeto são alcançados ele termina, mas seus efeitos devem ter sustentabilidade no tempo, mesmo após o seu encerramento. Há que se considerar que nada é estático. Todos os processos são dinâmicos e, como tal, sujeitos a mudanças nem sempre previsíveis. Por isso, um projeto por mais bem planejado que tenha sido, deve passar por avaliações periódicas. Os ajustes, por que deve passar um plano para corrigir o rumo das ações, são realizados dentro dos eventos de avaliação e monitoria do projeto. Quando os desvios do plano não podem ser corrigidos apenas com ajustes significa que os objetivos deixaram de ser plausíveis e o projeto está seriamente comprometido, tendo, provavelmente que ser encerrado (MÉTODOS, 2005).

Uma gestão criteriosa não descuida para que, periodicamente, o projeto seja submetido à avaliação e aos ajustes necessários, sem perder de vista os objetivos iniciais, mas dentro de uma realidade que espelha as condições do momento. Ainda dentro da ideia de planejamento como um processo, não basta definir um plano estratégico ou tático e seu correspondente plano operacional, mas integrá-lo a outras análises complementares.

Qualquer mudança que se processe num plano deve ser sempre de comum acordo entre as partes envolvidas e daí a necessidade de se manter o enfoque participativo durante toda a vigência do projeto. É justamente em função de toda essa reflexão que pode-se afirmar que o planejamento é um processo e não uma atividade isolada, e que possibilita compreender melhor o ciclo de vida de um projeto (MÉTODOS, 2005).

As experiências de implementação de planejamento estratégico, principalmente no ambiente do estado e do terceiro setor, têm revelado que os principais condicionantes do sucesso ou do fracasso destas iniciativas residem principalmente na qualidade do processo nas quais se inserem. Sinteticamente, esta qualidade está referida principalmente ao modo como os atores são previamente sensibilizados e mobilizados por preocupações comuns e dispostos a debaterem conjuntamente formas de enfrentamento de situações-problema; a qualidade da relação entre o conjunto de atores que planeja; o grau de consciência das potencialidades e debilidades que o grupo que planeja possui; a maior ou menor percepção das condições que sustentam e condicionam a viabilidade das ações planejadas; a vontade política para a implementação e a existência de mecanismos que monitoram tanto o plano quanto os elementos contextuais que lhe deram origem (REDEDLIS, 2004).

3.1.7.1 Método ZOOP

O método ZOPP (sigla em alemão para *Zielorientierte Projektplanung* que significa planejamento de projetos orientado por objetivos), concebido no final da década de 70 e início dos anos 80 pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ - *Gesellschaft für technische Zusammenarbeit - GmbH*). O objetivo principal do método ZOPP é proporcionar o envolvimento dos agentes sociais participantes no processo de mudanças para que os objetivos sejam alcançados com maior transparência, objetividade e com uma maior garantia de sustentabilidade de seus efeitos a médio e longo prazo (MÉTODOS, 2005).

O ZOPP faz uso de dinâmicas e instrumentos voltados à facilitação do processo participativo e da estruturação de ideias, tais como a tempestade de ideias, o trabalho visualizado, a discussão em grupo, tudo sob a orientação e moderação de um agente facilitador. A estruturação de ideias serve para promover um maior envolvimento das pessoas nas discussões, gerenciar eventuais conflitos e definir ações e estratégias para o alcance dos objetivos propostos. Ela pode ser aplicada em qualquer circunstância e com qualquer grupo de pessoas. Uma característica essencial do método ZOPP é a adoção do

enfoque participativo no decorrer de todo o ciclo de vida do projeto, o que permite aos atores diretamente envolvidos, e demais interessados, uma participação efetiva na troca de informações, experiências e ideias, na construção do consenso, na tomada de decisão e na própria gestão das ações planejadas (MÉTODOS, 2005).

3.1.7.2 Método PLAPP (Planejamento Participativo de Projetos de Desenvolvimento)

O método PLAPP nada mais é do que uma adaptação do ZOPP para facilitar sua compreensão e uso de acordo com as necessidades locais e regionais de nosso país. A maior diferença entre eles, além dos instrumentos recomendados para diagnósticos e prognósticos, está no planejamento da participação social, como um passo anterior ao processo de planejamento propriamente dito, o que vai influenciar todo o ciclo de vida do projeto (MÉTODOS, 2005).

3.1.7.3 Estruturação Visualizada de Ideias

A estruturação visualizada de ideias é uma técnica que serve para promover o envolvimento das pessoas numa discussão, gerenciar conflitos e buscar os objetivos propostos por meio de negociação e construção do consenso. O método pode ser aplicado em qualquer circunstância e com qualquer grupo de pessoas, sem nenhuma restrição. A técnica é fundamental para o processo de moderação de reuniões, grupos de trabalho e oficinas de treinamento (MÉTODOS, 2005).

3.1.7.4 Método “Oficina do Futuro”

Para facilitar o desenvolvimento de planos de ação, a *Conservation International-Brasil* utiliza a metodologia "Oficina de Futuro". Criada pelo Instituto Ecoar para a Cidadania, com base em técnicas do ZOOP, a Oficina de Futuro aplica a prática "pesquisa-ação", que considera as dimensões do sonho coletivo, da estruturação da realidade e do contexto histórico. Ao longo de uma Oficina de Futuro os participantes são convidados a discutir suas responsabilidades e papéis, de forma a colocarem em prática o que foi planejado. Vários exercícios sociais e dinâmicas de grupo são utilizados, permitindo que os participantes criem identidade e sintam-se pertencentes ao grupo (CI, 2003).

3.1.7.5 Método de Planejamento Participativo

O método de planejamento participativo com visualização de resultados consiste em um conjunto articulado de instrumentos, voltado para assegurar maior participação, objetividade e transparência aos processos coletivos de planejamento. Em reuniões baseadas exclusivamente em comunicações orais, a participação normalmente fica restrita a um pequeno número de participantes, que devido a características pessoais (maior desinibição, experiência de falar em público, etc.) ou à posição hierárquica, tende a monopolizar o uso da palavra. Outro problema frequente nesse tipo de reuniões, refere-se à dificuldade de se extrair das diversas intervenções orais (nem todas focadas nos temas em questão) elementos sintéticos, capazes de exprimir com objetividade e clareza os consensos (e mesmo os dissensos) alcançados durante a reunião. O método de planejamento participativo busca superar essas dificuldades e aumentar a qualidade dos processos de planejamento através do uso articulado de três técnicas: visualização, moderação e dinâmica de grupo (REDEDLIS, 2004).

A visualização consiste na utilização de instrumentos como cartões e painéis para o registro escrito das discussões e a visualização simultânea e continuada dos resultados alcançados em cada etapa da oficina. A moderação envolve um conjunto de técnicas de sensibilização, motivação, organização e desenvolvimento lógico-conceitual, utilizadas pelo moderador / facilitador da oficina. O moderador deve atuar como mediador das opiniões e propostas dos participantes da oficina não devendo, portanto, estar diretamente envolvido com o grupo ou o tema em discussão. As dinâmicas de grupo podem assumir diferentes formas no decorrer da oficina, tais como: problematização (reflexão e discussão entre os participantes a partir de questões e perguntas propostas pelo moderador), a alternância entre trabalho em grupo (para o tratamento de temas específicos) e sessões plenárias (para a abordagem de temas gerais e socialização dos resultados do trabalho em grupo), o mercado de informações (técnica que simula um stand de exposições e na qual um grupo tenta "vender" as suas ideias, expostas em painéis, aos demais participantes da oficina) e diversas outras (REDEDLIS, 2004).

As oficinas conduzidas com base no método de planejamento participativo devem observar alguns princípios básicos no relacionamento entre os participantes. Os mais importantes são: oportunidades iguais de intervenção para todos os participantes, independente de vinculação institucional, posição hierárquica ou outros fatores; condução compartilhada da oficina entre o moderador e os participantes; e construção negociada de

resoluções consensuais. As votações, quando ocorrem, referem-se apenas a questões de encaminhamentos e não envolvem definições de conteúdo. Na impossibilidade de se chegar a uma formulação consensual, as divergências devem ser claramente explicitadas e incorporadas aos resultados da oficina (REDEDLIS, 2004).

A aplicação exitosa do método depende de uma série de fatores, alguns internos à oficina de planejamento e outros externos. Entre os primeiros incluem-se a existência de um espaço físico confortável e adequado à aplicação do método, disponibilidade e boa qualidade dos instrumentos de visualização, existência de uma moderação neutra e eficiente e adequação entre os resultados esperados da oficina, o tempo disponível e o número de participantes. Os condicionantes externos referem-se às atividades anteriores e posteriores à oficina de planejamento. No caso das atividades anteriores, é fundamental que seja feito um trabalho de sensibilização prévia com todos os atores envolvidos, acerca da importância do processo de planejamento e que seja estabelecido um consenso básico sobre os objetivos, estratégias e instrumentos desse processo. As atividades pós-oficina envolvem um conjunto de procedimentos destinados a incorporar os resultados do planejamento na cultura e no cotidiano de trabalho dos atores participantes, bem como os esforços contínuos de monitoramento, ajuste e atualização das metas e diretrizes estabelecidas na oficina (REDEDLIS, 2004).

3.1.7.6 O modelo da WWF – Ecoturismo de Base Comunitária

A *World Wildlife Fund* - Brasil (WWF, 2003a) elaborou o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável, que reúne, na forma de capítulos, diversos temas relacionados ao desenvolvimento da atividade ecoturística. Mediante o emprego de fichas específicas o método obtém informações sobre os atrativos turísticos, sobre os eventos culturais, sobre o artesanato, sobre os serviços prestados na comunidade (hospedagem, fornecimento de alimentação, condução de visitantes, etc.), e infraestrutura disponível para o ecoturismo (pousadas, hotéis, campings, etc.), além do perfil dos visitantes.

Este método já foi aplicado em diversos projetos no Brasil, inclusive com a realização de um inventário participativo na comunidade da Barra do Superagui, em Guaraqueçaba – PR. Um dos objetivos daquele trabalho foi o desenvolvimento de ações conjuntas com a comunidade de forma que houvesse maior integração com o projeto e maiores benefícios sociais e econômicos para a população local. Entre as ações

desenvolvidas destacam-se a realização de um inventário da infraestrutura, equipamentos, serviços e atrativos turísticos existentes no entorno do Parque Nacional do Superagui, mais especificamente na Ilha do Superagui, capacitando a comunidade no processo de pesquisa e planejamento de ecoturismo. Dessa forma, resolveu-se aplicar o método participativo de inventário de ecoturismo (WWF, 2003a).

3.2 ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

3.2.1 Princípios de planejamento para o ecoturismo em áreas protegidas e Unidades de Conservação¹

Há muitas razões relevantes pelas quais o ecoturismo pode ser um instrumento de gestão de áreas protegidas, podendo proporcionar uma opção mais adequada para a área natural que outras atividades econômicas que sejam incompatíveis com a conservação dos recursos. Projetos de ecoturismo, se bem planejados e implementados, podem gerar oportunidades para a educação ambiental, intercâmbio cultural, valorização e consciência do visitante, manutenção e enriquecimento da biodiversidade, criação de postos de trabalho, geração de renda, melhorar o relacionamento entre as comunidades locais e a administração da área protegida, e ainda servir de justificativa para a criação e manutenção de unidades de conservação (TNC, 2002).

Por outro lado, se planejados de forma negligente e mal implementados, os projetos de ecoturismo tendem a tornarem-se projetos de turismo convencional, com todos os impactos negativos associados a este tipo de turismo. As ameaças potenciais neste caso referem-se à degradação ambiental, distorções econômicas e culturais, redução da visitação, conflitos entre as comunidades locais e a administração das áreas protegidas, entre outros. O ecoturismo tem, portanto, potencial de minimizar as ameaças trazidas pelo turismo convencional para áreas naturais e para as comunidades que vivem em seu entorno (TNC, 2002).

¹ Há uma diferença conceitual entre área protegida e unidade de conservação. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), unidade de conservação pode ser definida como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Embora as Unidades de Conservação sejam áreas protegidas, nem todas as áreas protegidas configuram-se como Unidades de Conservação, pois segundo o Código Florestal (Lei 4.771 de 1965), área protegida engloba ainda as áreas de preservação permanente e de reserva legal.

De acordo com BOO (1995) e BRANDON (1996), antes de se iniciar qualquer atividade de ecoturismo em áreas protegidas deve-se ter pleno conhecimento dos participantes-chaves que estão envolvidos neste processo, avaliando a interferência que cada um pode vir a ter quando o empreendimento for colocado em prática. Dentre alguns participantes-chaves podem ser citados as comunidades locais, administrador da área protegida, organizações não governamentais locais, órgãos do governo, operadores do turismo, instituições financeiras e ecoturistas. Além disto, deve-se considerar antes de finalizar o planejamento do ecoturismo, aspectos quanto à viabilidade e tendências do mercado para o ecoturismo na região, conflitos entre participantes-chaves e quais elementos em comum podem trazer êxito para o projeto e, principalmente, entender como os participantes-chaves vão interagir com os produtos gerados pela atividade ecoturística.

De maneira geral ações de ecoturismo em unidades de conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável, pressupõem a participação de pelo menos três atores principais: órgão responsável pela manutenção e administração da unidade; moradores da região e, em alguns casos, os residentes em seu interior; e os agentes promotores de ações na região. Dependendo da história da unidade, do contexto local e, ainda, das características destes atores ocorrem ou não relações entre eles (SOARES *et al.*, 2002). Neste sentido, a participação e cooperação destes atores, no planejamento e na gestão de atividades ecoturísticas, são essenciais para aumentar os benefícios da conservação de uma área bem como para a transformação das atividades da comunidade vistas como “ameaças” em “oportunidades”, contribuindo assim para o seu desenvolvimento (TNC, 2002). As diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) preconizam que devem ser consideradas as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais.

3.2.2 Critérios para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas em áreas protegidas

Devido ao crescimento das atividades de ecoturismo no Brasil, as áreas protegidas têm se tornado um grande atrativo às pessoas que procuram nas paisagens silvestres um maior contato com a natureza. Nesse sentido, as categorias de manejo de unidades de conservação que permitem visitação pública, passaram a ter um crescente fluxo de

visitantes, que tem impulsionado os gestores destas áreas a procurarem garantir uma infraestrutura e serviços adequados ao recebimento destes visitantes. Sendo assim, a implementação do ecoturismo deve ser parte integrante da estratégia de gestão para uma área protegida que, se implementada de forma apropriada, constitui-se em uma atividade sustentável ideal (TNC, 2002).

Com relação à multiplicidade de objetivos de conservação, há de se considerar também, para a implementação de programas de ecoturismo em áreas protegidas, a existência de tipos distintos ou categorias de manejo de unidades de conservação, cada uma das quais atendendo prioritariamente a determinados objetivos que poderão ter maior ou menor significado para a preservação da biodiversidade e dos sistemas naturais (FUNATURA, 1989), e conseqüentemente, do sucesso das atividades ecoturísticas.

Dentre as categorias de manejo das Unidades de conservação que permitem a prática do ecoturismo estão os Parques Nacionais ou Estaduais, que são áreas que se destinam à proteção integral de ambientes naturais de grande relevância ecológica, cênica, científica, cultural, educativa e recreativa, onde não se permite qualquer interferência humana direta. É uma das categorias de unidades de conservação mais conhecidas do público, pois possibilita a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo. Daí decorre sua importância porque, de acordo com a nova tendência mundial, as Unidades de Conservação não sobreviverão se não se integrarem ao planejamento regional, fornecendo oportunidades de desenvolvimento. O turismo gerado pela oportunidade de visitação a essas áreas pode, se bem administrado, trazer diversos benefícios econômicos para a própria unidade e, sem dúvida, para as comunidades de entorno (KINKER, 2000).

Da mesma forma, o ecoturismo pode ser implementado nas categorias de manejo de uso sustentável, como por exemplo, em Áreas de Proteção Ambiental, que segundo o SNUC (2000) são áreas em geral extensas, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

3.3 ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O ecoturismo de base comunitária é descrito como o turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade (WWF, 2003a). Esta premissa também é aplicável às unidades de conservação, desde que permitam esse tipo de uso, de acordo com sua categoria de manejo. Este é o caso da Vila das Peças em relação ao Parque Nacional do Superagui.

De acordo com TNC (2002) comunidade se refere a um grupo heterogêneo de pessoas que vivem na mesma área geográfica e acessa um conjunto de recursos naturais locais. O grau de coesão e diferenciação sociais, crenças, instituições comuns, diversidade cultural e outros fatores, variam grandemente dentro das comunidades e entre elas.

As atividades ecoturísticas devem estar fundamentadas no interesse, na capacidade organizacional, na experiência, na sensibilidade cultural, na presença de uma liderança forte, na qualidade de recursos naturais e culturais, na demanda por turismo, nas oportunidades de treinamento, na disponibilidade de parceiros e no interesse do setor privado. Para tanto, é necessário que os projetos de ecoturismo estejam fundamentados em avaliações preliminares dos sítios e em um bom planejamento participativo e análise da viabilidade do projeto (TNC, 2002).

Segundo TOLEDO & MITRAUD (2003), participação é uma atuação voluntária, ou não; individual ou de grupo, articulada numa experiência coletiva ou no mínimo associada. Pode ser eventual ou processual. Parceria é o processo de cooperação mútua entre duas ou mais partes, acordado e comprometido com a satisfação de interesses comuns e/ou complementares.

Atualmente, o ecoturismo está sendo inserido em diversas comunidades por desenvolver sua economia, viabilizar projetos adequados ao meio ambiente, gerar empregos e em outros aspectos que envolvem a população local e os visitantes nas questões de conscientização ambiental e proteção do patrimônio natural.

Por outro lado, a exclusão da participação das populações locais nas atividades ecoturísticas pode configurar-se como um risco, especialmente se tais atividades forem conduzidas por operadoras que não possuam relação orgânica com a região, podendo gerar valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e social (SALVATI, 2002a,b).

Existem vários exemplos de programas de ecoturismo de base comunitária, onde as atividades ecoturísticas foram fortalecidas pelo envolvimento de grupos comunitários e organizações sociais locais. Dentre eles podem ser citados o Projeto de Ecoturismo desenvolvido na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, que integrou as diversas iniciativas em ecoturismo e meio ambiente na região mediante um plano regional, que objetivava entre outras atividades, apoiar iniciativas ligadas ao fortalecimento do ecoturismo na região. Este projeto, dividido em três componentes, teve como estratégias o apoio e desenvolvimento de um plano regional de ecoturismo, apoio às áreas protegidas da região e a promoção da criação de RPPNs no entorno das demais unidades de conservação. Todo este trabalho foi baseado no mapeamento de atores sociais que promoviam ações na região, formando um cadastro. A base deste plano foi um diagnóstico da infraestrutura e serviços, da comercialização do produto turístico, do perfil da demanda e dos atrativos existentes nos municípios da região. A partir deste diagnóstico foram planejadas oficinas para análise dos pontos fortes e fracos e dos riscos de implantação do ecoturismo na região (WWF, 2003a).

Um outro modelo de participação integrada de planejamento foi desenvolvido no município de Silves, na Amazônia, onde a comunidade assumiu o controle total de um projeto para consolidação de um plano de desenvolvimento e conservação da várzea, por meio de diferentes programas de intervenção, aliado a um processo organizado de envolvimento e participação comunitária. O método utilizado consistiu na formação de equipes multidisciplinares e multitemáticas, compostas em sua maior parte pelos próprios comunitários, que percorriam as comunidades em barcos equipados com materiais educativos e técnicos para atuar com educação ambiental e assistência técnica, enfocando os temas de interesse local, como gestão de lagos, controle da pesca, qualidade da água, agricultura (permacultura) e pecuária, turismo e lixo, entre outros. Após o período de diagnóstico as comunidades escolheram os principais problemas a serem tratados prioritariamente. Para monitorar estas ações foram elaborados formulários simplificados para estabelecer quais as necessidades, atividades, custos, responsáveis e ações futuras (WWF, 2003a).

A Fundação Biodiversitas vem desenvolvendo na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata do Sossego, no município de Simonésia, Minas Gerais, atividades junto às comunidades rurais do entorno da RPPN para promover o fortalecimento de grupos comunitários e organizações locais na conservação dos recursos naturais da Mata do Sossego, voltadas ao desenvolvimento de uma agricultura com bases agroecológicas,

que tem a organização rural como um dos caminhos para assegurar as políticas em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades e a preservação do meio ambiente. Além disto, dá suporte técnico à conservação e ao manejo de unidades de conservação da Floresta Atlântica do Estado de Minas Gerais, mais conhecido como “Projeto Doces Matas”. Os resultados positivos deste projeto são resultantes das alianças e parcerias com organizações locais e comunidades nos entornos das unidades de conservação da região da bacia do rio Doce. A primeira etapa do projeto deu-se com um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para a aproximação ao contexto das comunidades rurais e do município. A segunda etapa caracterizou-se pela construção continuada de conhecimentos trabalhados de forma conjunta como reuniões de monitoramento com avaliações de procedimentos e resultados. Essas atividades proporcionaram a troca de conhecimentos técnicos e locais, o exercício e o fortalecimento das lideranças novas e atuais em suas habilidades, capacidades de percepção e atuação sobre a realidade local. A terceira etapa desenvolveu-se pelo planejamento participativo de ações, execução e avaliação das mesmas, tendo como foco as comunidades rurais vizinhas à RPPN Mata do Sossego. O planejamento participativo definiu atividades em concordância com as possibilidades e capacidades locais, de modo a garantir a realização das mesmas de forma sustentável, sem artificialização de grandes aportes externos, humanos ou financeiros (ITO *et al.*, 2004).

O projeto de condutores da Chapada dos Veadeiros, localizado na região central do Brasil, investiu na capacitação de condutores locais, pertencentes à Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros, em diversos temas, como o planejamento de execução de técnicas de manejo e interpretação de trilhas, utilizando métodos que reduzissem o impacto da visitação, ao mesmo tempo em que promoviam a segurança dos visitantes e valorizavam os elementos naturais e culturais do local. Para selecionar os condutores que participariam da capacitação foram utilizados os critérios de interesse, disposição e envolvimento com a região. Após definidos os participantes foi realizado um curso para o grupo, sobre a construção da trilha e sua utilização como elemento de interpretação ambiental. Os principais problemas enfrentados foram a falta de costume dos participantes trabalharem com planejamento, cronograma, e horários a serem cumpridos, provocando atrasos e contratempos nas tarefas realizadas e, em alguns casos, dificuldades dos participantes assimilarem conteúdos técnicos mais elaborados (WWF, 2003a).

O Projeto TAMAR/IBAMA, partiu da biologia de uma espécie, no caso as tartarugas marinhas, onde atuou com a conservação e manejo por mais de 20 anos de

atuação, até o envolvimento comunitário com pescadores que originalmente se beneficiavam das espécies de tartarugas marinhas como recurso alimentar. Ao longo dos anos, o TAMAR foi expandindo suas estratégias para buscar a auto sustentabilidade. As duas atividades melhor sucedidas na geração de recursos próprios foram a venda de produtos com a marca do Projeto TAMAR e o ecoturismo. Em ambos os casos o Projeto valeu-se das informações geradas pelo programa de pesquisa para oferecer produtos únicos para o público. Vários aspectos tornaram o TAMAR pioneiro, entre eles o envolvimento comunitário, a criação de Unidades de Conservação Marinhas e Litorâneas, a idealização de Centros e Parques de Visitação Turística, chegando à efetiva participação em discussões internacionais sobre a espécie foco do projeto (WWF, 2003a).

O Ecoparque de Una, localizado em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), no município de Una, sul do Estado da Bahia, é um projeto demonstrativo de ecoturismo. Trata-se de uma parceria do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) com a *Conservation International* (CI), que tem como principal objetivo demonstrar a viabilidade do ecoturismo como alternativa economicamente viável, dando ênfase às possibilidades de desenvolvimento de empreendimentos comerciais que sejam ambientalmente amigáveis, voltados à conservação do mico-leão-de-cara-dourada e do macaco-prego-de-peito-amarelo. Uma pesquisa sobre o potencial de mercado do ecoturismo para a região, realizada em 1994, demonstrou que existia uma forte demanda por atividades de lazer ao ar livre que envolvam caminhadas em trilhas e visitas à parques naturais. Dessa maneira, IESB e CI decidiram implantar um parque de ecoturismo que servisse de projeto demonstrativo da viabilidade do ecoturismo na região (IESB, 2005).

Outros projetos que partiram desta linha de conservação de uma espécie para outras linhas de atuação, em especial o ecoturismo, são os trabalhos realizados pelo Instituto de Pesquisa Ecológicas (IPÊ), no Parque Estadual do Morro do Diabo, dirigido à conservação do mico-leão-preto, e da Associação Mico Leão Dourado na Reserva Biológica de Poço das Antas, dirigido à conservação do mico-leão-dourado, que agregaram componentes relevantes de políticas públicas em suas respectivas regiões. No Estado do Paraná, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), concentrou esforços desde o início do projeto no Parque Nacional do Superagui e entorno, para a conservação do papagaio-de-cara-roxa incluindo, a partir de 2003, o componente de ecoturismo por considerá-lo relevante para a manutenção da integridade da unidade de conservação (SOARES *et al.*, 2002).

Em todos estes projetos a participação comunitária foi decisiva para assegurar o alcance dos objetivos, tanto para a própria comunidade como para as unidades de conservação e as espécies nelas existentes. O ecoturismo, portanto, gera impactos potenciais nas comunidades, mediante as possibilidades de fonte de renda sustentável, melhoria nos serviços e fortalecimento da cultura local. Também as unidades de conservação são beneficiadas mediante a redução das ameaças e desenvolvimento econômico compatível. Porém, sem a participação da comunidade ocorre a desigualdade econômica e a erosão cultural, que influenciam diretamente as populações locais e, sobretudo, a conservação dos recursos naturais (TNC, 2002).

Cabe salientar que, mesmo quando há semelhanças na forma como os beneficiários estão organizados, não se pode afirmar o mesmo quanto ao envolvimento, ou seja, os níveis de participação diferenciados levam, também, a resultados distintos. Instituições que, no planejamento de suas intervenções buscaram a colaboração de parceiros e beneficiários costumam atuar a partir de demandas locais e obter maior envolvimento dos beneficiários. É o caso, entre outros, do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA – ZM), que atua no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, em Minas Gerais, e da Fundação Vitória Amazônica (FVA), que trabalha com moradores do Parque Nacional do Jaú e com comunidades de seu entorno, na Amazônia (SOARES *et al.*, 2002).

As duas organizações realizaram diagnósticos socioeconômicos com a participação de moradores, além de encontros e reuniões para discutir a unidade de conservação e planejar ações. Com isso, têm conseguido trabalhar demandas das comunidades, tanto no que diz respeito às questões que envolvem a unidade, como elaboração de plano de manejo, negociação de usos, etc., quanto no desenvolvimento das comunidades, com capacitação em técnicas agroecológicas, beneficiamento e comercialização de produtos, geração de renda, etc. Entretanto, apenas o desenvolvimento dos beneficiários não garante a plenitude na obtenção de resultados. A Fundação Vitória Amazônica (FVA) tem problemas na efetividade e continuidade da participação, dadas as dimensões continentais do Parque Nacional do Jaú. Por outro lado, o CTA- ZM enfrenta a falta de continuidade e a lentidão, devido a questões políticas, como mudanças nas administrações públicas e disputa de espaço com o poder público e demais instituições envolvidas (SOARES *et al.*, 2002).

Outro fator determinante percebido no envolvimento dos beneficiários é o nível de organização das populações. Há também que se levar em conta a capacidade das

instituições promotoras das ações se articularem com essas organizações, visando objetivos comuns. Quando a população é desmobilizada e está fragilizada, torna-se bastante difícil o envolvimento dos moradores para discutir soluções relativas à conservação e ao desenvolvimento. Por outro lado, onde há movimentos organizados com os quais a instituição promotora consegue estabelecer uma boa relação, há maior probabilidade de ocorrer participação mais efetiva (SOARES *et al.*, 2002).

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 FLORESTA OMBRÓFILA DENSA (FLORESTA ATLÂNTICA)

A Floresta Atlântica abrangia, originalmente, mais de 1,5 milhão de km² de cobertura vegetal, estendendo-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul no Brasil, até a porção oriental do Paraguai e da província de Misiones na Argentina (*BIODIVERSITY SUPPORT PROGRAM*, 1995). Em território brasileiro cobria cerca de 100 milhões de hectares de extensão, os quais atualmente foram reduzidos a apenas 5% de florestas primárias, caracterizando-se como uma das áreas mais ameaçadas de todo o planeta, e uma das prioridades mundiais de conservação (*DINERSTEIN et al.*, 1995; *REIS et al.*, 1999).

Este bioma, segundo *AYRES et al.* (1997), está entre os cinco primeiros *hotspots*² mundiais que abriga uma parcela expressiva da diversidade biológica do País. Estimativas indicam que 53,5% das espécies arbóreas e 37,5% das espécies não arbóreas (77,4% incluindo bromélias) são endêmicas a essa formação (*MORI et al.*, 1981). Quanto à fauna, a região abriga cerca de 261 espécies de mamíferos, dos quais 73 deles são endêmicos; 620 espécies de aves, sendo 160 endêmicas e 260 anfíbios, com 128 casos de endemismo (*SMA*, 1996).

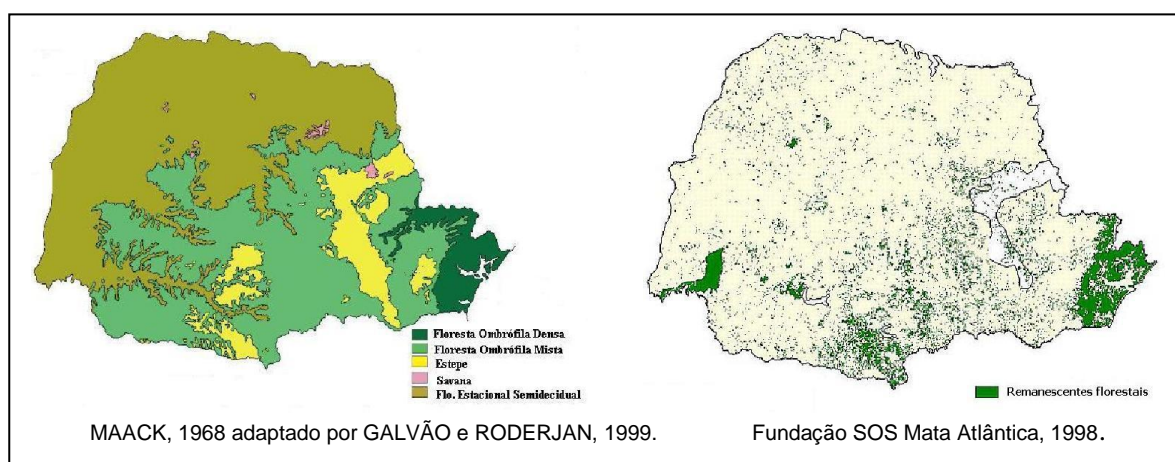
No Estado do Paraná, mapeamentos das áreas de Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) realizados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente através do Programa PRÓ-ATLÂNTICA (*SEMA/ PRÓ-ATLÂNTICA*, 2002), indicaram que os remanescentes florestais, considerando todos os estágios de sucessão, somam 45.178,86 km², correspondendo a apenas 24,87% das florestas primitivas outrora existentes no Estado, representando uma perda florestal de 75,13%. Segundo tal levantamento, a situação é ainda mais crítica quando são contabilizados apenas os estágios mais desenvolvidos (médio e avançado), com 14,64% (perda de 85,36%), ou somente o estágio avançado, com apenas 3,40% (perda de 96,60%).

Estes remanescentes, em sua grande maioria, encontram-se dispostos de forma descontínua e fragmentada, altamente descaracterizados e seriamente comprometidos quanto ao funcionamento de seus processos ecológicos, tendo sido reduzidos a pequenas manchas que, com o passar do tempo, tendem a desaparecer (*SEMA/ PRÓ-ATLÂNTICA*,

² *Hotspots*: Denominados pontos quentes em diversidade biológica do planeta devendo ser, portanto, as prioridades de conservação (*MYERS et al.*, 2000).

2002), o que pode ser visualizado na Figura 1. Neste processo acelerado de perda da cobertura florestal, espécies da flora e da fauna associadas a este Bioma, também foram influenciadas negativamente, sendo que algumas são consideradas oficialmente em extinção. Das 7.000 espécies da flora ocorrentes no Estado, estima-se que 70% têm seus ambientes degradados. Destas, 593 espécies são listadas como ameaçadas de extinção (PARANÁ, 1995). Quanto à fauna 206 espécies estão listadas como ameaçadas, destas 167 são de aves, 56 de mamíferos, 50 de peixes, 13 de répteis, 25 de anfíbios, 18 de abelhas e 15 de borboletas (MIKICH & BÉRNILS, 2004).

FIGURA 1: FORMAÇÕES VEGETACIONAIS E REMANESCENTES FLORESTAIS DO PR.



Os principais remanescentes desta formação estão em unidades de conservação, algumas das quais ainda não possuem instrumentos legais de criação e/ou planos de manejo, e, portanto nenhuma garantia de conservação efetiva da diversidade, e, por conseguinte dos recursos potenciais contidos nestas florestas. De acordo com JACOBS (1997), dos 1.685.886,53 ha de áreas protegidas estaduais e federais instituídas no Estado, somente 93.148,433 ha (1,1%) representam áreas de Floresta Ombrófila Densa efetivamente protegidas.

4.1.1 Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba

Criada em 31 de janeiro de 1985, através do Decreto n.º 90.883, com cerca de 313.000 ha, a APA de Guaraqueçaba é uma unidade de conservação de uso múltiplo localizada entre as coordenadas 48º00'55'' e 48º49'25'' longitude Oeste e 24º48'45'' e 25º31'15'' latitude Sul. Abrange os municípios de Guaraqueçaba, Paranaguá, Antonina e Campina Grande do Sul, sendo que o primeiro está totalmente incluso na APA. Tem como

objetivo geral promover a conservação da biodiversidade regional, compatibilizando-a com a permanência de comunidades humanas e atividades produtivas (RIBAS-LANGE, 1997).

Duas feições definem a APA: o complexo estuarino da porção norte da Baía de Paranaguá, que representa cerca de 20% da região, e o perfil montanhoso da Serra do Mar, que representa cerca de 80% da APA. Partindo-se do oceano Atlântico a primeira paisagem que se têm são as ilhas do Superagui e Peças, as quais fazem parte do Parque Nacional do Superagui. Entre estas ilhas e a linha costeira, estão as Baías das Laranjeiras e dos Pinheiros, as quais fazem parte do complexo estuarino. Na porção continental destacam-se: a planície costeira, e a medida que a altitude aumenta, a Floresta Ombrófila Densa das encostas da Serra do Mar (RIBAS-LANGE, 1997).

O acesso à região se faz pela rodovia PR-440 que liga o município de Antonina à localidade do Cacatu. A partir deste ponto, segue-se pela PR-405 (Cacatu-Guaraqueçaba). É possível, também, tomar um barco em Paranaguá, o qual atravessa as baías de Paranaguá e das Laranjeiras, até Guaraqueçaba.

Dentre as unidades de conservação existentes no estado do Paraná a APA de Guaraqueçaba representa a maior em extensão, diversidade de ambientes e nível de integridade dos ecossistemas, compreendendo o núcleo e elemento-chave da conservação da Floresta Atlântica costeira do estado (RIBAS-LANGE, 1997). Além disto, a APA, se analisada em um contexto geral, constitui-se em um “corredor ecológico” entre o estado do Paraná (Serra do Mar) e o estado de São Paulo (Parque Estadual do Jacupiranga e APA de Cananéia) (VIDOLIN, 2004).

O clima da APA, segundo Köeppen, é do tipo Af – Tropical Super Úmido sem seca, que associado aos fatores pedológicos, hídricos e ao gradiente altitudinal dão ao caráter ombrotérmico à região, ou seja, alta pluviosidade e temperaturas relativamente elevadas, com geadas pouco frequentes, interferem na estrutura e no aspecto fisionômico da vegetação (VIDOLIN, 2004).

As unidades fitogeográficas ocorrentes na APA a caracterizam por um mosaico de ecossistemas sob influência atlântica de alta relevância ambiental, marcada pela transição de ambientes marinhos dentre os quais se destacam as Formações Pioneiras de Influência Flúvio-marinha (manguezais e marismas), Marinha (restinga) e Fluvial (caxetais), e os ecossistemas terrestres caracterizados pela Floresta Ombrófila Densa e suas respectivas sub-formações: Terras Baixas, Aluvial, Submontana, Montana e Altomontana.

De acordo com RIBAS-LANGE (1997) as formações vegetais da APA de Guaraqueçaba, 52,90% são caracterizadas por áreas de Floresta Ombrófila Densa Montana

e Altomontana, 28,68% por Floresta Ombrófila Densa de Planície Aluvial e áreas de Formação Pioneira de Influência Marinha, 5,76% por áreas de Formação Pioneira de Influência Flúvio-Marinha, e 13,66% por áreas estuarino-lagunares.

Quanto à fauna a APA de Guaraqueçaba é de singular relevância. MARGARIDO *et al.* (1997) diagnosticaram na Unidade uma grande diversidade de espécies da mastofauna, incluindo, segundo MIKICH & BÉRNILS (2004), algumas ameaçadas de extinção no Estado do Paraná. Dentre os registros relevantes realizados por esses autores estão os endêmicos *Leontopithecus caissara* (mico-leão-da-cara-preta), ocorrente em ambientes de Formação Pioneira de Influência Marinha e de Influência Fluvial, e o *Amazona brasiliensis* (papagaio-de-cara-roxa), ocupando ambientes de Formações Pioneiras de Influência Marinha e Flúvio-marinha).

a) Atividades produtivas da APA

Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas pela população ativa da APA de Guaraqueçaba estão a pesca, agricultura de subsistência, a prestação de serviços temporários locais (pedreiro, servente, canoeiro, caseiros, construção civil, serviços para pesca turística), e o pequeno comércio e o artesanato, basicamente cestarias (IPARDES, 1990).

A pesca é caracterizada como artesanal e utiliza principalmente a mão-de-obra familiar, sendo utilizadas canoas a motor e a remo, entre outros apetrechos simplificados, como pequenas redes, espinhéis e o gerival. Os principais produtos provenientes desta atividade, em ordem de importância, são o camarão e o peixe, no entanto, a extração de ostras e a captura do caranguejo e do siri complementam a renda da população. A comercialização é intermediária, realizada principalmente por um morador que detenha melhor situação financeira, geralmente comerciante local, proprietários de barcos a motor e de redes. O sistema de trabalho consiste na utilização de todos os apetrechos necessários à pesca pelo pescador, que no final partilha o pescado capturado com o proprietário dos equipamentos como forma de pagamento pelo uso do barco e das redes. Geralmente o próprio proprietário dos equipamentos compra do pescador os produtos pescados (IPARDES, 1990). Há queixas generalizadas a respeito da escassez de pescados, decorrentes do crescente número de pescadores, tanto locais como vindos de fora, em período de alta produção, que utilizam barcos e técnicas de pesca mais sofisticadas e, portanto, com maior capacidade de responder à demanda de polos urbanos por pescados.

A produção agrícola predominantemente limita-se ao consumo familiar, sendo que uma pequena parcela dos lavouristas utilizam a atividade como fonte principal de recurso financeiro. As fontes básicas de renda são o cultivo da banana e da mandioca. A extração do palmito (*Euterpe edulis*) também representa um importante produto para o mercado, sendo uma das principais fontes de renda monetária para muitas famílias (IPARDES, 1990). Em função dessas atividades áreas de grande extensão foram removidas e substituídas por áreas de agricultura de subsistência e bananais. A retirada do palmito se deu de maneira intensa em algumas localidades, ameaçando a espécie de extinção local.

Associado a agricultura, a pecuária, em especial a bubalinocultura, também fez com que a vegetação fosse suprimida para formação do pasto. Com isto herbáceas nativas passaram a ser substituídas por *Brachiaria decumbens* e *B. mutica* (braquiária) e de *Melinis minutiflora* (capim-gordura), espécies que causam atraso nos processos sucessionais das espécies nativas (GATTI, 2000).

A APA possui áreas de grande interesse turístico, e por englobar outras categorias de manejo, como, por exemplo, o Parque Nacional do Superagui, recebe um grande fluxo de visitantes, principalmente no período de alta temporada (verão). Desta forma, o turismo vem se configurando como uma das principais atividades econômicas locais, sendo uma fonte de geração e complementação de renda às comunidades locais. Segundo IPARDES (1990) esta atividade parece estar se consolidando como uma atividade importante regionalmente, tendo sido verificado a implantação de equipamentos tais como pousadas, hotéis, serviços de alimentação e transporte na região. No entanto, moradores da sede do município que já dispunham de alguns equipamentos, infraestrutura ou capital para ingressar na atividade são os mais beneficiados. A população tradicional tem participado de forma indireta, principalmente através da prestação de serviços informais.

b) Aspectos demográficos e sociais

A densidade demográfica da APA de Guaraqueçaba é de cerca de 4 hab/km², sendo a população total estimada em 8.347 habitantes, na sua grande maioria no meio rural (IBGE, 2001).

No município de Guaraqueçaba, a população está distribuída na sede do município (única concentração urbana, com cerca de 1.700 habitantes) e em cerca de 55 pequenas vilas, localizadas principalmente ao longo dos vales, na porção costeira da laguna e nas

ilhas. Nestes locais a população varia de 10 a 1000 habitantes, sendo que cerca de 87% das comunidades têm entre 10-249 habitantes (SPVS, 1992; RIBAS-LANGE, 1997).

A população tradicional (composta de pescadores artesanais e agricultores familiares) responde a dominialidade de apenas 4,4% da área total declarada dos imóveis, sendo que em mais de 90% dos casos a propriedade não ultrapassa 100 ha. Os minifúndios (áreas até 20 ha) respondem por 41,7% dos imóveis (IPARDES, 1990).

O município de Guaraqueçaba é o que apresenta uma das piores condições de ensino de todo o estado do Paraná. Cerca de 72% da população com mais de 18 anos não são escolarizados ou sabem somente ler e escrever. Nas escolas existentes na maioria das comunidades a população tem acesso somente ao ensino fundamental (1ª a 4ª séries), em boa parte com classes multisseriadas (RIBAS-LANGE, 1997). Como resultado desta precariedade (corpo docente pouco capacitado, disponibilidade e qualidade de material didático, desestímulo profissional da educação e perspectivas dos próprios alunos) (IPARDES, 1990), a população, em especial a mais jovem, tende a migrar para os centros urbanos próximos (Antonina, Paranaguá e Curitiba), em busca de melhores condições de estudo e trabalho futuro. Há, portanto uma tendência à permanência da população mais velha na região.

Para a população que fica a falta generalizada de perspectiva tem levado, homens e jovens, em especial, ao alcoolismo, e em vários casos ao uso de entorpecentes. Como consequência tem havido um aumento da violência, com um maior número de brigas e separações entre casais (IPARDES, 1990).

Na maioria das comunidades há falta dos serviços básicos de abastecimento de água e saúde. A falta de tais condições reflete-se no coeficiente de mortalidade infantil e no alto índice de casos de verminose (RIBAS-LANGE, 1997). Da mesma forma, os serviços de energia elétrica e comunicação são precários em algumas localidades.

c) Aspectos culturais

A APA de Guaraqueçaba possui uma mistura de hábitos e tradições, resultados dos costumes dos povos que participaram de sua colonização (índios, portugueses, negros e europeus de diversas áreas). As histórias apresentam inúmeros personagens do folclore, sempre integrados aos ciclos biológicos, à regulação do estoque de caça, pesca e madeira. Atualmente, estas lendas e outras credices locais foram substituídas por novos conceitos, em especial aqueles provenientes dos princípios religiosos das igrejas pentecostais e evangélicas, as quais estão se multiplicando na região (IPARDES, 1990).

O artesanato destaca-se pela arte do trançado de chapéus, peneiras, cestos e balaios, os quais são comercializados na sede do município de Guaraqueçaba. Também a fabricação de rabecas (tipo de violino rústico), violas e violões a base madeira da caxeta (SPVS, 2000) caracteriza-se como um produto de grande expressão da cultura local.

A música e a dança típica da região é o fandango, ritmo tradicionalmente litorâneo. Os bailes eram realizados em local onde os convidados participavam de um mutirão para a realização de atividades coletivas. O salão onde se realizava tal evento era composto de um tablado de madeira, onde os dançarinos usavam tamancos e os músicos tocavam rabeca, viola e pandeiro, em diferentes formas de batidos (SPVS, 2000).

d) Demais Áreas Naturais Protegidas inseridas na APA de Guaraqueçaba

A APA de Guaraqueçaba abrange Reservas do Patrimônio Natural (RPPNs do Cachoeira e do Itaqui, pertencentes à SPVS; a Reserva Natural Salto Morato, pertencente à Fundação do Boticário de Proteção à Natureza; e ainda a RPPN Reserva Ecológica Sebuí, de propriedade da Gaia Operadora de Ecoturismo), o PARNA do Superagui e a Estação Ecológica de Guaraqueçaba.

A primeira Unidade de Conservação, criada em 1982, foi a Estação Ecológica de Guaraqueçaba com 13.000 ha, visando proteger os manguezais da região. Em 1983, ocorreu o Tombamento da Ilha do Superagui como patrimônio natural pela Secretaria de Estado da Cultura, no sentido de ampliar sua conservação. Em 1985, foram decretadas a APA de Guaraqueçaba, que abrange 313.000 ha, e as ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico) das ilhas do Pinheiro e do Pinheirinho, esta última voltada para a conservação do papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), espécie ameaçada de extinção, cuja única área de ocorrência insere-se entre o sul do litoral paulista e o norte de Santa Catarina (IBAMA, 2000).

Compreendendo as ilhas do Superagui e das Peças, foi criado, em 1989, o Parque Nacional do Superagui, protegendo uma área de aproximadamente 21.000 ha, no interior da qual, além do papagaio-de-cara-roxa, encontra-se o habitat do também ameaçado de extinção mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*) (IBAMA, 2000).

Em 20 de novembro de 1997, a Lei nº 9.513/97 ampliou os limites do Parque Nacional do Superagui, abrangendo partes da APA e ARIE e estendendo sua proteção ao continente, para a bacia do rio dos Patos, totalizando 34.254 ha. No final desta década,

outras áreas da APA foram adquiridas para serem convertidas em Reservas Particulares dentro da APA, consolidando a sua aptidão para a conservação da natureza (IBAMA, 2000).

Dentre estas Unidades a de maior relevância para o enfoque deste trabalho é o Parque Nacional do Superagui (PARNA), parque marinho, criado pelo Decreto nº 97.688, de abril de 1989, com o objetivo de proteger amostras de ecossistemas como: Floresta Atlântica, restinga, manguezais, praias e dunas, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidade controlada para uso pelo público, educação e pesquisa científica (IBAMA, 2000).

Localiza-se no município de Guaraqueçaba, próximo à divisa dos estados do Paraná e São Paulo e faz parte dos Biomas Floresta Atlântica e Ecossistema Costeiro, pertencendo ao Complexo Estuarino Lagunar de Iguape - Cananéia. Limita-se ao Norte com o estado de São Paulo - Parque Estadual da Ilha do Cardoso - e ao Sul com o município de Paranaguá - Estação Ecológica da Ilha do Mel - e abrange quase a totalidade da Ilha do Superagui, Peças, Pinheiro e Pinheirinho (IBAMA, 2000).

Em 1991 a região foi abrangida pela Reserva da Biosfera Vale do Ribeira - Serra da Graciosa e em 1999 foi intitulada pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade. O PARNA encontra-se fechado à visitação devido à inexistência do Plano de Manejo e de um programa de uso público para a área. Portanto o turismo acontece em áreas de seu entorno, como as vilas de moradores e praias (IBAMA, 2000).

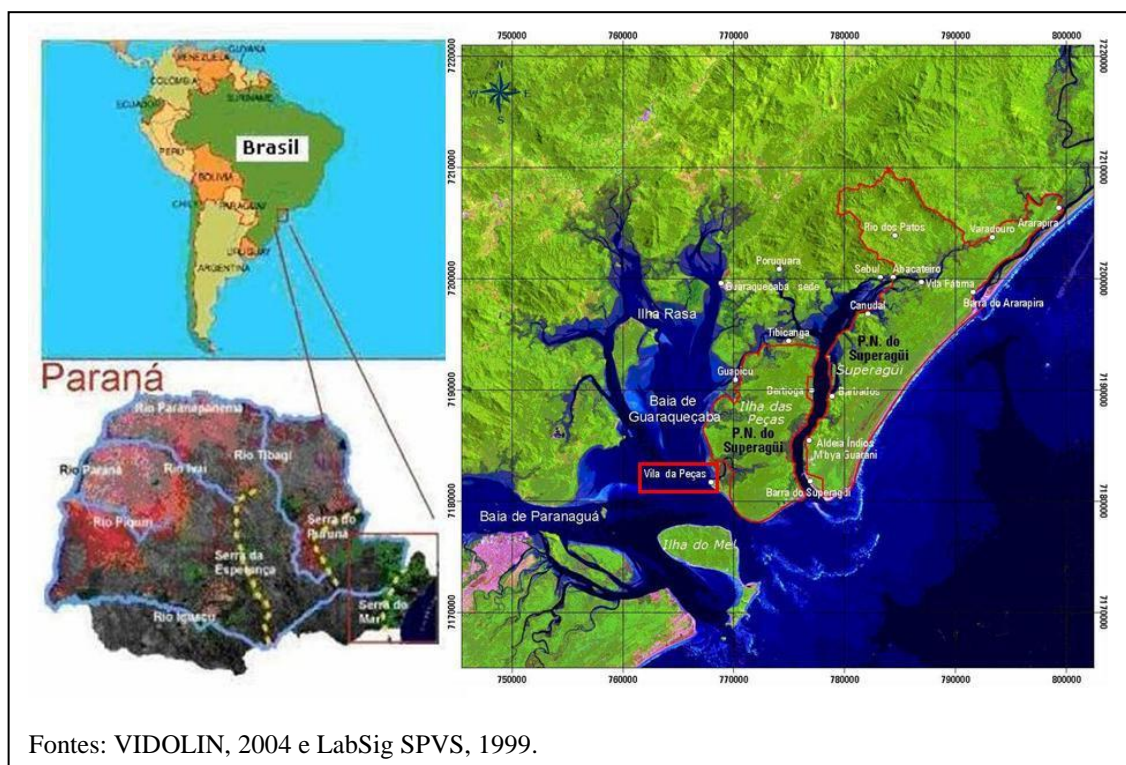
4.2 ÁREA DE ESTUDO

A comunidade da Vila das Peças, onde foi realizado este estudo, situa-se na Ilha das Peças pertencente ao município de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná, e entorno do Parque Nacional do Superagui. A Ilha das Peças situa-se entre as coordenadas UTM 767000 e 777500, e 7178000 e 7195000 (Figura 2), em uma posição estratégica, estando no centro geográfico aproximado entre Paranaguá, Guaraqueçaba, Ilha do Mel e Ilha do Superagui. O acesso até a Ilha se dá pela rodovia PR-440 que liga o município de Antonina à localidade do Cacatu. A partir deste ponto, segue-se pela PR-405 (Cacatu-Guaraqueçaba). É possível, também, tomar um barco em Paranaguá, o qual atravessa as baías de Paranaguá e das Laranjeiras, até a Ilha das Peças.

A vegetação da Vila das Peças é caracterizada por áreas de Formação Pioneira de Influência Marinha e de Influência Flúvio-Marinha e pela Floresta Ombrófila Densa, com destaque para as sub-formações Floresta Ombrófila Densa Aluvial e de Terras Baixas.

Com relação à fauna ocorrente na Vila, uma espécie de destaque é o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) psitacídeo endêmico, que só ocorre na faixa litorânea, que abrange o sul de São Paulo, litoral paranaense e o norte de Santa Catarina. No Paraná esta espécie é considerada como “em perigo” de extinção (MIKICH & BÉRNILS, 2004).

FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DA VILA DAS PEÇAS.



Na Vila existe uma escola municipal com cursos de 1ª a 8ª séries, um posto de saúde e um posto telefônico. A população tem acesso aos meios de comunicação como rádio e televisão. O abastecimento de água se dá mediante um sistema de canalização submarina realizado pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, que abastece continuamente a Ilha com água potável, provinda do rio Poruquara. O sistema de saneamento básico se dá por fossas sépticas seguidas de sumidouro existentes nas residências.

Existem localmente três grupos sociais organizados: a Associação dos Moradores da Vila das Peças, o Grupo de Mulheres Solidárias e a Cozinha Comunitária. Além destes

grupos, há a participação dos pescadores locais na Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba.

A Vila das Peças, assim como as demais comunidades existentes no município de Guaraqueçaba, devido à colonização de portugueses, índios, negros e europeus de diversas áreas, mostra uma mistura de hábitos e tradições, dentre os quais se destacam as lendas, músicas e danças típicas e artesanato, gerando uma grande variedade cultural.

No artesanato destacam-se produtos provenientes da cestaria, com a fabricação de balaios, cestas, gaiolas, entre outros. Também é característica a fabricação de instrumentos musicais como a rabeca e violas utilizando a madeira da caxeta (*Tabebuia cassinoides*). Estes instrumentos fazem parte do tradicional fandango, um baile típico do folclore regional. Também são realizadas várias festas populares, organizadas pela associação de Moradores da Vila das Peças.

Na comunidade da Vila das Peças vivem cerca de 400 habitantes que têm como atividade predominante a pesca artesanal. Como a Vila situa-se em áreas limítrofes ao PARNA do Superagui, serviços para o turismo também são ofertados, porém de forma ainda incipiente. No local existem algumas pousadas e restaurantes que prestam atendimento aos visitantes.

4.3 METODOLOGIA

4.3.1 Fluxograma de implementação do Programa de Ecoturismo

A fim de facilitar a identificação dos procedimentos necessários para a implementação do Programa de Ecoturismo na Vila das Peças foi elaborado especialmente para este estudo um fluxograma de implementação do programa. Este fluxograma teve como referência uma série de perguntas e respostas básicas, que podem ser utilizadas em outros estudos e regiões, que incluíram a percepção da comunidade quanto ao potencial ecoturístico da região, nível de consciência ambiental e interesse em atuar com a atividade de ecoturismo, e principalmente se o programa é viável ou não, e ainda, se é condizente com os princípios e critérios do ecoturismo .

Como a atividade ecoturística afeta e é afetada por diferentes atividades produtivas existentes em uma comunidade, a participação dos diferentes setores interessados possibilita que muitas visões e expectativas sejam incorporadas na estruturação dos planos e projetos de desenvolvimento. Muitos projetos que envolvam comunidades, entretanto,

não têm alcançado todos os objetivos a que se propõem por desconsiderarem o caráter participativo que deve subsidiar todo o processo.

Neste sentido, a elaboração e utilização de um fluxograma de ordenamento das etapas de implementação do programa de ecoturismo, possibilitou a realização de um diagnóstico da situação atual, identificando as necessidades e as propostas de comum interesse da comunidade e sua validação, o que foi fundamental para o fortalecimento e definição de estratégias de desenvolvimento do próprio programa, além de sua avaliação e monitoramento constantes.

A análise do fluxograma (Figura 3) deu-se mediante uma série de perguntas e respostas como segue:

Pergunta 1: As comunidades já estão sensibilizadas para atuarem com ecoturismo?

Sim: Há a necessidade de iniciar um processo de capacitação que irá melhorar a qualidade da prestação de serviços, mediante a oferta de oficinas de capacitação. Paralelamente deve ser realizado o inventário participativo sobre os atrativos naturais e culturais da região, bem como a infraestrutura existente e perfil dos visitantes.

Não: Será necessário esclarecer aos moradores os objetivos e benefícios da atividade, mediante campanhas de esclarecimento sobre o projeto, principalmente pela aptidão da região, que abriga inúmeras unidades de conservação.

Pergunta 2: Os conhecimentos repassados nas oficinas foram absorvidos e consolidados pelos participantes?

Sim: A comunidade, em conjunto com os demais atores, elaborará propostas que irão compor o programa de ecoturismo, através da realização de um seminário.

Não: Novas oficinas de capacitação devem ser realizadas antes de passar à etapa seguinte (seminário).

Pergunta 3: As ações propostas no seminário são passíveis de implementação, com os cuidados ambientais e culturais necessários?

Sim: O programa começa a ser delineado.

Não: Será necessário, novamente, esclarecer aos moradores os objetivos e benefícios da atividade, mediante campanhas de esclarecimento sobre o projeto, principalmente pela aptidão da região, que abriga inúmeras unidades de conservação.

Pergunta 4: O Programa é viável e atende ao manejo da área natural protegida?

Sim: As práticas recomendadas começam a ser implementadas.

Não: Necessidade de sensibilização da comunidade e adequação das propostas que compõem o programa.

Pergunta 5: O monitoramento das ações indica que o programa apresenta condições próximas ao desejado?

Sim: Os resultados esperados com a implementação do programa são alcançados.

Não: O processo deve ser revisto e o programa deve contemplar alternativas para o alcance dos objetivos a que se propõe.

O programa de ecoturismo somente deverá ser implementado se todas as perguntas obtiverem respostas positivas, caso contrário o processo deve ser retomado do ponto em que a resposta foi negativa, para as devidas correções.

A aplicação deste fluxograma mostrou-se eficaz uma vez que além de indicar as etapas a serem seguidas, serviu também como forma de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas em cada etapa.

Cabe ressaltar que, devido ao caráter dinâmico de participação dos moradores locais, onde novos participantes podem ingressar ou sair do programa, este fluxograma deve ser de aplicação contínua, para manter as condições ideais necessárias ao sucesso do programa.

4.3.2 Etapas de desenvolvimento do Programa

Após a aplicação do fluxograma de implementação do Programa de Ecoturismo foram definidas as etapas necessárias e subseqüentes para desenvolvimento do programa. Neste sentido, o método que mais se aproximou das necessidades indicadas pelo fluxograma foi aquele desenvolvido por WWF (2003a), especialmente no que se refere ao inventário participativo.

A primeira etapa indicada pelo fluxograma foi a realização de reuniões, encontros e palestras sobre o tema ecoturismo, visando a seleção e capacitação de uma equipe voluntária, constituída por moradores locais para a realização de inventário participativo, mediante a aplicação de questionários. Este inventário participativo propiciou a obtenção de informações sobre o potencial ecoturístico local, considerando seus atrativos naturais (praias, trilhas, belezas cênicas, etc.), culturais (comidas típicas, artesanato, danças, entre outros), serviços oferecidos aos visitantes e a infraestrutura disponível para atender os turistas (pousadas, restaurantes, lanchonetes).

A segunda etapa indicada referiu-se à necessidade de oficinas de formação de condutores para atuarem com o ecoturismo na região do entorno do Parque Nacional do Superagui, as quais trataram de temas referentes à introdução ao ecoturismo e conservação da natureza, práticas recomendadas para empreendimentos de ecoturismo, e formação de condutores. Nesta etapa incluíram-se, ainda, circuitos ecoturísticos possíveis de serem realizados na região, definidos em conjunto com a comunidade, após consulta prévia ao IBAMA, além da averiguação do sucesso dos mesmos, mediante práticas com estudantes das Faculdades Integradas Curitiba.

A terceira etapa indicada referiu-se-se ao planejamento técnico e operacional de um programa de ecoturismo propriamente dito. Para conclusão desta etapa foi realizado um *workshop* para discussão do programa de ecoturismo a ser elaborado e implantado na região. Tal evento contou com a participação de membros da comunidade da Vila das Peças e da Vila do Superagui, órgãos ambientais, organizações não-governamentais com atuação na região, e agências de ecoturismo, também com atuação local. O passo seguinte foi a redação final do documento, conforme as discussões e sugestões resultantes do evento, incluindo o estabelecimento de um plano estratégico de ação.

4.3.2.1 Inventário participativo

O inventário participativo pressupõe o efetivo envolvimento da comunidade local no levantamento do potencial ecoturístico de uma região. Neste sentido, a comunidade local da Vila das Peças foi envolvida nesta etapa do trabalho, mediante a realização de reuniões técnicas com a mesma, e discutidas as possibilidades dos moradores locais estarem envolvidos em tal inventário. Foram identificados, no grupo inicial, três moradores locais, os quais receberam treinamento sobre como realizar o inventário, bem como para o preenchimento das fichas de avaliação dos atrativos e serviços oferecidos pela comunidade da Vila das Peças. Os modelos de fichas foram adaptados daqueles sugeridos pela WWF (2003a) (Anexo I).

As etapas de desenvolvimento do inventário participativo na Vila das Peças contemplaram:

- a) Identificação e consolidação de um grupo de três voluntários interessados em realizar o inventário da comunidade da Vila das Peças (levantamento dos atrativos, da infraestrutura e aplicação de questionários com os visitantes para definição de seu perfil);
- b) Apresentação e discussão das fichas utilizadas para a realização do inventário participativo com o grupo de voluntários, a fim de dirimir possíveis dúvidas e esclarecer termos utilizados em tais fichas;
- c) Identificação e registro fotográfico dos atrativos e das estruturas levantadas nas fichas;
- d) Avaliação dos resultados obtidos nas fichas e realização do diagnóstico participativo, ou seja, conhecimento da situação atual e das condições oferecidas pela Vila das Peças para o recebimento dos visitantes;
- e) Retorno dos resultados alcançados com a pesquisa para a comunidade;
- f) Avaliação de possíveis alternativas para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas na Vila das Peças, com auxílio e sugestões da comunidade.

4.3.2.2 Oficinas de capacitação

Foram realizadas três oficinas de formação de condutores para atuarem com o ecoturismo na região do entorno do Parque Nacional do Superagui, totalizando 40 horas/aula. Estas contaram com a participação de diferentes profissionais com atuação em atividades ecoturísticas e em temas relacionados à conservação da natureza.

A primeira oficina denominada “Introdução ao Ecoturismo”, teve como o objetivo o nivelamento do conhecimento sobre ecoturismo e conservação, suas inter-relações; a importância da participação comunitária no ecoturismo, suas oportunidades e benefícios.

O conteúdo programático abordou os seguintes temas:

- a) Conservação da natureza: uma visão geral da questão ambiental;
- b) Unidades de conservação;
- c) O Parque Nacional do Superagui;
- d) Quadro geral do turismo na região;
- e) Ecoturismo: histórico e definição;
- f) Mercado para turismo/ecoturismo no Brasil e na região;
- g) Participação e parcerias;
- h) Diretrizes, princípios e critérios do ecoturismo;
- i) Códigos de ética de ecoturismo - desenvolvimento de um código para comunidade;
- j) Exemplos de empreendimentos de ecoturismo de base comunitária de sucesso no Brasil e no mundo.

A segunda oficina, denominada “Práticas recomendadas para empreendimentos de Ecoturismo”, teve como objetivo fornecer informações técnicas sobre políticas e diretrizes nacionais e estaduais e sobre a proposta de normatização para o turismo em áreas naturais no estado do Paraná, elaborada pelo Instituto Ambiental do Paraná (PARANÁ, 2001). Contou com o seguinte conteúdo programático:

- a) Política nacional e estadual de turismo;
- b) Práticas recomendadas para meios de hospedagem;
- c) Práticas recomendadas para meios de transporte;
- d) Práticas recomendadas para agências e operadoras de ecoturismo;
- e) Práticas recomendadas para serviços de alimentação.

A terceira e última oficina, denominada “Formação de Condutores”, objetivou a capacitação de condutores e teve, como principais produtos a elaboração de roteiros turísticos que valorizem os aspectos naturais e culturais da região, com foco no papagaio-de-cara-roxa. A escolha do papagaio-de-cara-roxa foi definida por se tratar de uma espécie bandeira do litoral, com um projeto já consolidado na região, e que tem forte apelo junto aos visitantes da Ilha das Peças. Essa oficina teve como conteúdo programático os seguintes temas:

- a) Conservação da natureza, com foco no papagaio-de-cara-roxa;
- b) Unidades de conservação – o Parque Nacional do Superagui;

- c) A figura do condutor de visitantes;
- d) Técnicas de caminhada;
- e) Recursos culturais da região;
- f) Técnicas de interpretação da natureza;
- g) Elaboração de produtos turísticos (roteiros);
- h) Técnicas de prevenção de acidentes - primeiros socorros;
- i) Caminhada/trilha interpretativa.

4.3.2.3 Planejamento do Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças

O Programa de Ecoturismo para Vila das Peças configura-se como um instrumento catalisador da prática de atividade ecoturísticas na região, de forma a organizar tais atividades, bem como adequá-las aos princípios conservacionistas e critérios adequados ao ecoturismo, para que as mesmas possam contribuir de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e assegurar a conservação da natureza, o uso racional dos recursos naturais, e valorizar os recursos culturais das comunidades caiçaras.

O Programa foi elaborado com base nas informações provenientes do inventário participativo, da valoração dos atrativos naturais, bem como das experiências adquiridas e compartilhadas com moradores locais durante reuniões e oficinas de capacitação realizadas.

Os resultados destas etapas propiciaram a elaboração de uma versão prévia do Programa de Ecoturismo da Vila das Peças, que posteriormente, foi validada pela comunidade local. Tal validação foi obtida durante a realização do *workshop* de turismo sustentável, realizado na Vila das Peças, que reuniu representantes das comunidades locais, órgãos ambientais, organizações não-governamentais e agências de ecoturismo, todos com atuação local. Durante este evento os participantes tiveram conhecimento do conteúdo do documento e sugeriram correções e complementações necessárias ao documento. Dentre os objetivos do Programa de Ecoturismo foram priorizadas as atividades e as ações entendidas como aquelas mais emergenciais, que devem ser iniciadas a curto prazo. Estas, por sua vez, darão subsídios as ações subsequentes entendidas como necessárias, porém com um cenário de implantação de médio e longo prazos.

Para facilitar a identificação das atividades e ações prioritárias, utilizaram-se os mesmos temas de discussão propostos no Plano de Ação: Articulação institucional, Ecoturismo, Comunicação, Captação de recursos, Conservação da natureza, Capacitação,

Parcerias, Apoio e integração à comunidade e Pesquisa. A discussão de cada um destes temas baseou-se na organização dos participantes em pequenos grupos de discussão, de forma a facilitar a análise do documento (Apêndice I). Após esse procedimento cada grupo apresentou suas considerações e contribuições para o Programa. Associado ao Programa de Ecoturismo foi elaborado um plano estratégico de ação (Apêndice II), para planificar as ações necessárias ao alcance dos objetivos do Programa, identificando-se atividades prioritárias, fluxograma de ações / procedimentos a serem adotados para a execução das atividades, quem executa e quais são os prazos de execução.

4.3.2.4 Disponibilização dos Resultados para a Comunidade

Uma das principais considerações feitas pelas comunidades, quando se inicia uma pesquisa, é de que dificilmente há um retorno das informações para os principais interessados, neste caso os moradores da Vila das Peças. Neste sentido, para reverter esta situação foi realizado um evento para a entrega oficial do documento intitulado Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças, que ocorreu no mês de agosto de 2005. Para esta entrega foram convidadas, além dos moradores locais, todas as pessoas de instituições que direta ou indiretamente, têm influência sobre os destinos do ecoturismo na região. Durante o evento foram disponibilizadas cópias do documento para a Associação de Moradores da Vila das Peças e para a biblioteca da escola existente na Ilha.

Outras ações planejadas pressupõem a instalação de um pequeno mural com as principais informações levantadas durante a elaboração do Programa de Ecoturismo, e a veiculação dos principais resultados e avanços mediante matérias veiculadas no Jornal Maré de Lua, publicação semestral da SPVS, destinada às comunidades da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba onde o Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa atua, sendo a Vila das Peças uma destas comunidades, juntamente com Ilha Rasa, Almeida, Ponta do Lanço, Mariana, Medeiros, Bertioga e Barra do Ararapira.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

As estratégias adotadas para a sensibilização da comunidade foram a realização de reuniões, encontros, palestras, visitas às residências, e por fim, a realização de oficinas que trataram de diferentes temas relacionados ao ecoturismo.

Foram realizadas reuniões com grupos de alunos do supletivo da escola local, onde houve a participação de 16 pessoas; com o Grupo de Mulheres Solidárias, que contou com a participação de 20 representantes deste grupo; com a presidência e diretoria da Associação de Moradores; além de 25 visitas às residências, onde realizou-se contato direto com os respectivos moradores. Todos os eventos coletivos foram previamente divulgados mediante a utilização de cartazes, que foram dispostos em locais estratégicos da Vila das Peças.

Estas reuniões trataram especificamente dos objetivos, procedimentos, propósitos e resultados esperados com a implementação do programa de ecoturismo, dando ênfase que a intenção era de construir um processo de elaboração e implementação do programa de forma participativa, de modo que o mesmo fosse compatível com os princípios e critérios do ecoturismo e viável às expectativas da comunidade, sendo portanto aceito e implementado pela mesma.

A principal dificuldade encontrada no início do contato com a comunidade foi a obtenção da sua confiança e da credibilidade em relação aos objetivos do programa, bem como na participação dos eventos programados. Este fato também se referiu à pré-disposição da comunidade em compreender a importância do ecoturismo para melhoria de sua qualidade de vida, que de maneira geral, era um tema de pouco ou nenhum conhecimento por parte dos moradores. No entanto, à medida que as reuniões, encontros e palestras foram intensificadas, tais dificuldades foram sendo gradativamente superadas, e a comunidade passou a participar ativamente do processo, apresentando problemas existentes na Vila das Peças, que auxiliaram na definição do diagnóstico, além de suas expectativas e sugestões para implementação do programa.

5.2 INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

O inventário participativo da Vila das Peças foi realizado por um grupo de três moradores locais, identificados e selecionados durante a realização das oficinas de

capacitação técnica, os quais receberam treinamento referente aos objetivos da realização do inventário, bem como sobre os procedimentos e formas de preenchimento dos formulários adotados, conforme preconizado por WWF (2003a), que diz que o ecoturismo deve ser controlado pelas comunidades locais. Este grupo realizou o levantamento do potencial ecoturístico da Vila Peças, considerando seus atrativos naturais, histórico-culturais, serviços oferecidos aos visitantes e a infraestrutura disponível para atender os turistas. O inventário foi realizado durante o mês de agosto de 2003 e as informações constantes nas fichas foram compiladas e organizadas em planilhas eletrônicas, configuradas segundo a base de dados Microsoft Excel.

Dentre os resultados positivos da adoção deste método destaca-se a participação da comunidade no desenvolvimento desta etapa. A capacitação da equipe local, para realização de inventário da oferta turística e a realização do inventário da infraestrutura, equipamentos, serviços e atrativos naturais existentes, foi realizada em reuniões com os três voluntários, esclarecendo quais os procedimentos para o correto preenchimento das fichas adotadas.

Algumas questões das fichas suscitaram dúvidas e necessitaram de repetição das explicações para seu preenchimento. Outras questões relativas às fichas demandaram sua reestruturação pelo fato de que os modelos de fichas originais sugeriam a coleta de informações inerentes a alguns aspectos inexistentes na região, como por exemplo, a existência de cavernas.

Segundo a análise do inventário participativo, realizado por um grupo de três voluntários, foi possível identificar os atrativos, e os tipos de infraestruturas e serviços existentes na Vila das Peças. De forma geral, no momento da realização do inventário, os serviços e estruturas voltadas ao atendimento de visitantes eram incipientes, embora os atrativos locais tenham grande potencial.

5.2.1 Atrativos naturais

Os atrativos naturais são os mais procurados na região da Vila das Peças em função de sua beleza, diversidade e possibilidade de realização de atividades de recreação. Os dados provenientes do inventário participativo, realizado por três moradores locais, identificaram como atrativos ecoturísticos os seguintes locais:

a) Praia da Ilha das Peças

A Ilha das Peças apresenta uma praia deserta com sete quilômetros de extensão, a partir da Vila das Peças, de onde se avista a Ilha do Mel e parte da topografia acidentada da Serra do Mar. Este percurso também dá acesso à Vila do Superagui, após travessia de barco. A praia possui uma extensa faixa de areia, com ondulações formadas pelo avanço e recuo do mar (Figura 4), caracterizada por vegetação de restinga (Figura 5), sendo possível observar inúmeras espécies da fauna, em especial crustáceos e aves marinhas. É plana, com mar de ondas fracas em sua primeira porção, e sujeita as ondas mais fortes quando se aproxima da Barra do Superagui. É apropriada para banhos de mar, sendo utilizada para a pesca com rede pelos moradores locais. Não possui infraestrutura turística, porém é o atrativo que mais atrai visitantes para a região.

FIGURA 4: PRAIA DA ILHA DAS PEÇAS.



FIGURA 5: VEGETAÇÃO DE RESTINGA.



b) Trilha da Torre

Esta trilha tem início na Vila das Peças, partindo da praia ao lado do trapiche, e término na torre pequena, de onde se avista a Ilha do Mel e uma extensa faixa de vegetação que caracteriza a Ilha das Peças. Ao longo do trajeto diversos tipos de ambientes podem ser observados, como por exemplo, áreas de restinga (Figura 6), em diferentes estágios sucessionais, e manguezais. Associada a estes ambientes a fauna característica e/ou indícios da presença de animais também podem ser observados (Figura 7).

FIGURA 6: TRILHA DA TORRE PEQUENA, COM DETALHE DA VEGETAÇÃO.

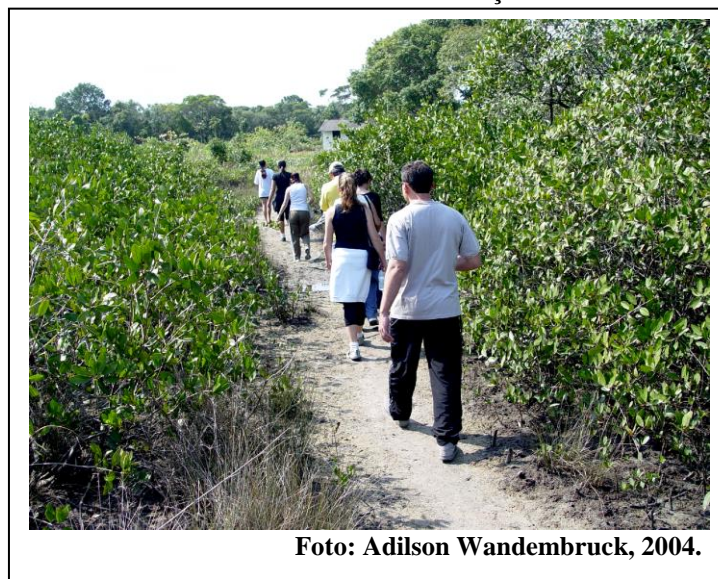


Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

FIGURA 7: INDÍCIOS DA PRESENÇA DE ANIMAIS NA TRILHA DA TORRE PEQUENA.



Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

Apesar da visitação intensa nesta trilha, a mesma não possui infraestrutura, sendo sua utilização causadora de impactos sobre o mangue e sobre os sítios arqueológicos ali existentes. Inexiste um planejamento que contemple a adequação do caminho quanto às técnicas de construção de trilhas e à proteção dos ambientes.

c) Torre Pequena e Torre Grande

Estas torres eram utilizadas para fiscalização e orientação das embarcações que navegavam pela região (Figuras 8 e 9). Atualmente estão desativadas e em estado precário de conservação, não sendo recomendável a sua utilização sem que antes sofram um processo de recuperação, principalmente para garantir condições de segurança a seus usuários.

Devido à localização privilegiada as mesmas podem ser utilizadas como mirantes, associando a observação e o contato direto com a natureza com a utilização de outros atrativos naturais, como por exemplo, a trilha da Torre Pequena, cujo destino final é justamente a própria torre. Assim, ecoturistas que percorram tal trilha podem observar a paisagem de forma mais ampla.

FIGURA 8: TORRE PEQUENA.

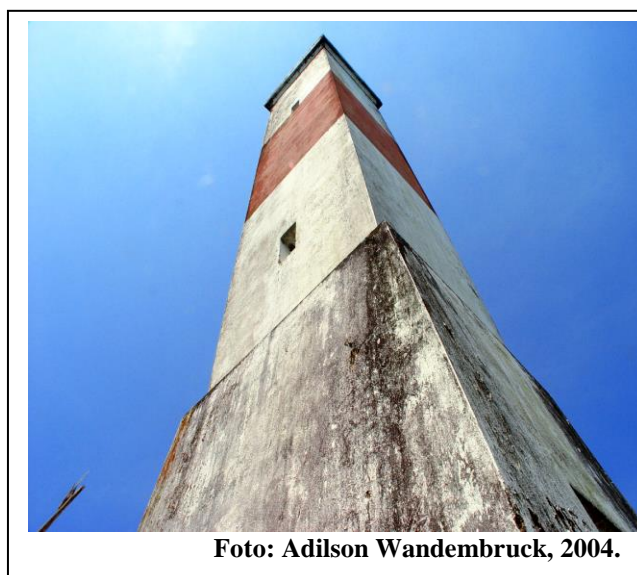


FIGURA 9: TORRE GRANDE.

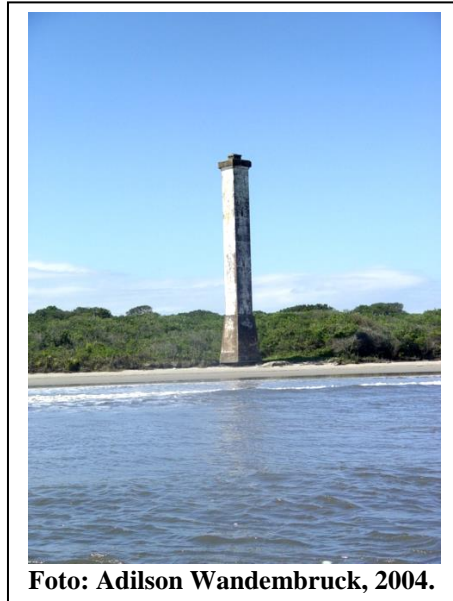


Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

d) Região do entorno da casa na pedra

Este atrativo é conhecido por possuir uma casa em madeira construída sobre uma rocha na beira do mar (Figura 10). Na realidade a casa na pedra não se configura como um atrativo natural, mas sim, como um mirante natural de onde podem ser observadas extensas áreas de campos salinos (Figura 11) e de mangue; e a desembocadura do Rio das Peças no mar. Este atrativo atrai os visitantes por configurar-se também como um “berçário” dos botos, onde grupos de vários indivíduos podem ser facilmente visualizados.

Este ambiente, pela sua fragilidade, encontra-se ameaçado pelo uso indiscriminado de barcos a motor, utilizados inadequadamente por turistas na observação dos botos. Ressalta-se que esta prática vem sendo realizada por algumas operadoras de turismo que não estão integradas ao contexto local, por desconhecimento das implicações que acarretam sobre a fauna.

FIGURA 10: CASA NA PEDRA.

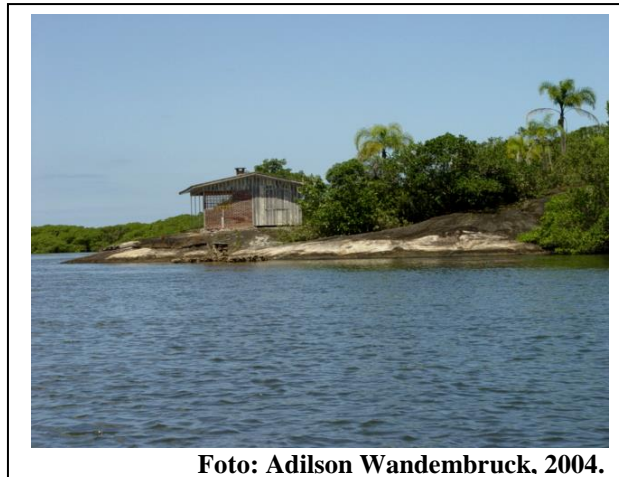
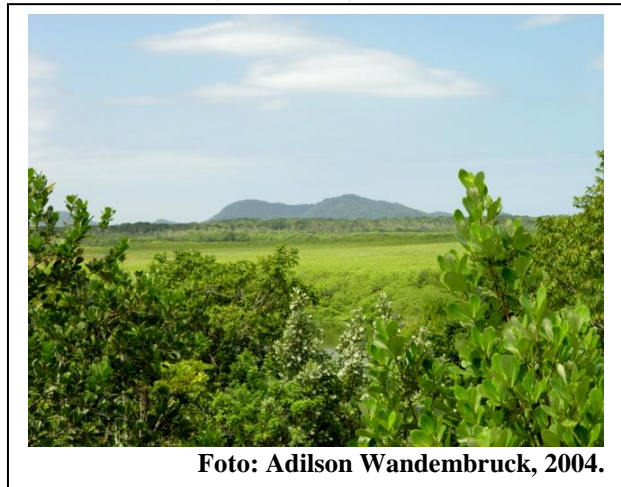


Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

FIGURA 11: VISTA GERAL DOS CAMPOS SALINOS A PARTIR DO MIRANTE NATURAL EXISTENTE NA CASA NA PEDRA.



e) Flora e fauna local

A vegetação da Vila das Peças é caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa, sendo facilmente observadas, ao longo das trilhas, trajeto de barco e caminhadas nas praias extensas, áreas de Formações Pioneiras, entre as quais destacam-se as áreas de Influência Marinha e de Influência Flúvio-Marinha, e áreas de Floresta Ombrófila Densa Aluvial e de Terras Baixas.

A Formação Pioneira de Influência Flúvio-Marinha (Figura 12) é observada nas áreas onde há o contato entre os rios e o ambiente marinho. Nestas áreas ocorrem as três espécies típicas desta formação, ou seja, mangue-vermelho ou bravo (*Rhizophora mangle*), mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue-seruba ou siriuba (*Avicennia schaueriana*). Ao longo de alguns trajetos existentes na Vila das Peças podem ser observados também os campos salinos, com agrupamentos, entre outras espécies vegetais, de cebolama (*Crinum salsum*).

FIGURA 12: FORMAÇÃO PIONEIRA DE INFLUÊNCIA FLÚVIO-MARINHA



Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

A Formação Pioneira de Influência Marinha (Figura 13) é observada ao longo da faixa da praia deserta da Vila das Peças, com sete quilômetros de extensão, de onde se avista a Ilha do Mel e parte da topografia acidentada da Serra do Mar. Nesta faixa podem ser observadas espécies psamófilas e halófilas rasteiras, herbáceas e arbustivas típicas da restinga como salsa-brava (*Ipomoea asarifolia*), capim-das-dunas (*Panicum racemosum*), capim-pancuã (*Paspalum distichum*), pinheirinho-da-praia (*Remirea maritima*), entre outras.

FIGURA 13: FORMAÇÃO PIONEIRA DE INFLUÊNCIA MARINHA.

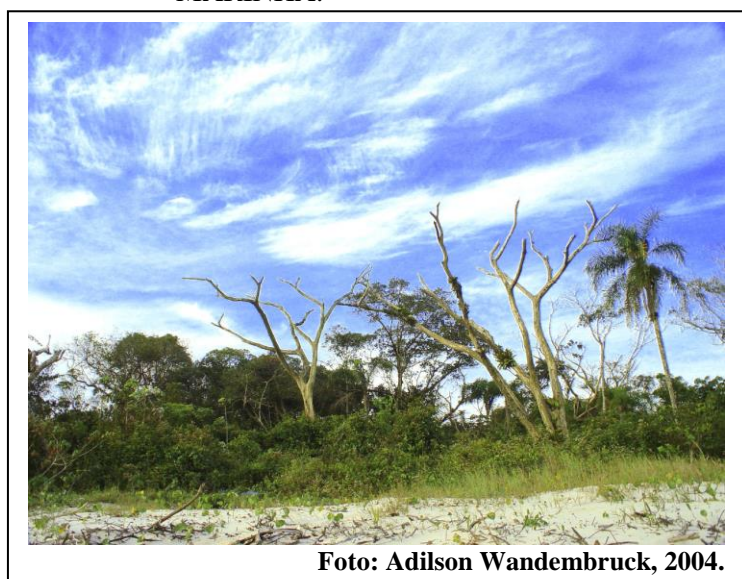


Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

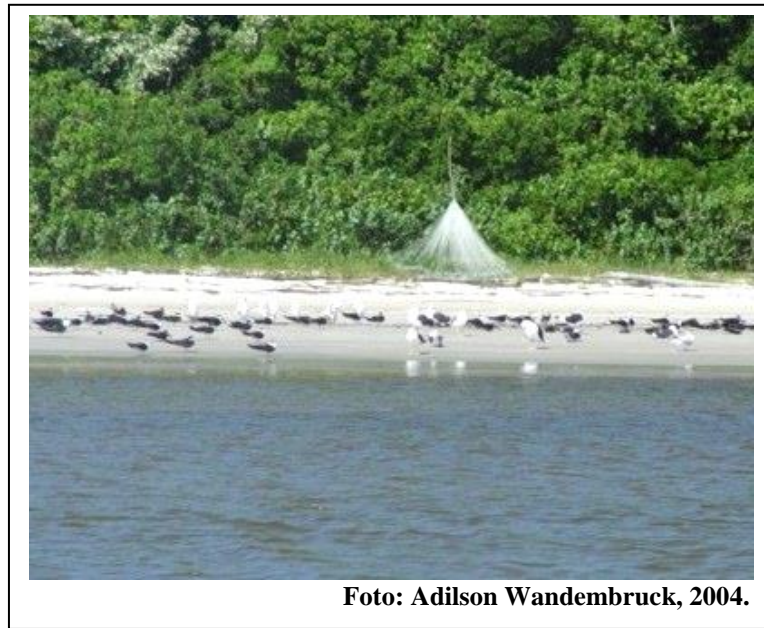
À medida que o processo de sucessão avança, é possível observar a presença de guanandi (*Callophyllum brasiliensis*), espécie arbórea de grande relevância na região por ser utilizada pelo papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) para construção dos ninhos. Assim, a restinga passa a perder sua fisionomia típica para a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas.

Um dos grandes atrativos ecoturísticos da região é a observação do pouso do papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) na Ilha dos Pinheiros no período crepuscular, onde é possível avistar centenas de papagaios (Figura 14). Durante os passeios é possível também observar outras espécies de aves que utilizam os bancos de areia, expostos pela maré baixa, ou a própria praia, como áreas de descanso e alimentação. Nestas áreas é possível observar uma grande diversidade de espécies (Figura 15).

FIGURA 14: *Amazona brasiliensis* (PAPAGAIO-DE-CARA-ROXA).



FIGURA 15: DIFERENTES ESPÉCIES DE AVES NA PRAIA



Outra espécie atrativa e facilmente observada na Ilha é o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), em especial durante as travessias de barco até a Vila das Peças, como também próximo à praia e no trapiche existentes na Vila. Estes animais podem ser observados durante longos períodos em grupos de até dez indivíduos, incluindo filhotes (Figura 16).

FIGURA 16: FÊMEA DE *Sotalia guianensis* COM FILHOTE.



f) Unidades de Conservação limítrofes à Vila das Peças

A principal unidade de conservação limítrofe à Ilha das Peças, considerando-se o potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas é o Parque Nacional do Superagui. Esta área abrange quase a totalidade das Ilhas do Superagui e Peças, além das Ilhas Pinheiro e Pinheirinho. Oferece vários atrativos naturais e culturais, porém, não dispõe de infraestrutura uma vez que não está aberto à visitação devido à inexistência do Plano de Manejo e de um programa de uso público para a área, motivo pelo qual o turismo acontece em áreas de seu entorno, como as vilas de moradores e praias (IBAMA, 2000).

5.2.2 Atrativos histórico-culturais

A Vila das Peças, assim como as demais comunidades existentes no município de Guaraqueçaba, devido à colonização de portugueses, índios, negros e europeus de diversas áreas, mostra uma mistura de hábitos e tradições, dentre os quais destacam-se os sambaquis, as lendas, músicas, danças típicas e artesanato, gerando uma grande variedade cultural.

a) Sambaquis

Registros históricos estimam que haviam de seis a oito mil índios Carijós no litoral paranaense desenvolvendo atividades cotidianas que incluíam como base de sua subsistência a caça, a pesca, a coleta de ostras, mexilhões, bacucus, caranguejos entre outros. A presença desses antigos povos na planície litorânea pode ser evidenciada pelos vestígios deixados denominados sambaquis (SPVS, 2000).

Na Vila das Peças existe um sítio localizado na trilha da Torre Pequena (Figura 17) que é resultado da ação das antigas populações que ocupavam a Ilha das Peças, pelo depósito de restos de alimentação (conchas de ostras e ossos de peixes). Pode ser caracterizado como vestígios arqueológicos de forma circular a ovalada, de superfície, e com exposição a céu aberto. Ao contrário de muitas localidades do litoral paranaense, o sambaqui da Ilha das Peças de forma geral, ainda se encontra em bom estado de conservação, e necessita ser estudado por arqueólogos, para que as suas características possam ser interpretadas aos visitantes.

FIGURA 17: SAMBAQUI SITUADO NA TRILHA DA TORRE PEQUENA.



b) Lendas

As histórias existentes na Vila das peças apresentam inúmeros personagens do folclore, sempre integrados aos ciclos biológicos, à regulação do estoque de caça, pesca e madeira, como as lendas da Caipora, do Caboclinho-da-água, do Sacissaperê (Saci-pererê), incluindo aquelas de origem indo-européia, como a do Lobisomem. Há ainda as lendas próprias, como a do Tangará, do Jaó, do Bicho-vermelho e do Curuia (SPVS, 2000).

Atualmente, estas lendas e outras crendices locais foram substituídas por novos conceitos, em especial aqueles provenientes dos princípios religiosos das igrejas pentecostais e evangélicas, as quais estão se multiplicando na região (IPARDES, 1990).

O Programa de Ecoturismo pretende resgatar as lendas originais e disponibilizá-las mediante a inclusão, nos roteiros de ecoturismo, de eventos que promovam o encontro dos visitantes com contadores de história locais, preferencialmente as pessoas de terceira idade da Vila das Peças.

c) Artesanato

A diversidade cultural da população da Vila das Peças reflete-se na produção artesanal, com destaque aos produtos provenientes da cestaria, com a fabricação de balaios, cestas, gaiolas, entre outros, utilizando matéria-prima local.

O artesanato produzido tem certo apelo comercial, sendo algumas peças encontradas à venda no centro cultural existente no centro de Guaraqueçaba e também na

própria Vila das Peças. Um único artesão da Ilha comercializa peças esculpidas em madeira junto à Secretaria de Estado da Cultura, em Curitiba. A falta de estruturas organizadas, como por exemplo, uma cooperativa de divulgação, produção e distribuição do artesanato local, faz com que a produção artesanal não atinja o potencial de oferta que poderia vir a desenvolver.

Outro produto típico da Vila das Peças provém da fabricação de instrumentos musicais como a rabeca e violas utilizando a madeira da caxeta (*Tabebuia cassinoides*). Estes instrumentos fazem parte do tradicional fandango, um baile típico do folclore regional (SPVS, 2000).

d) Fandango

O fandango chegou ao litoral do Paraná, segundo alguns historiadores, com os primeiros casais de colonos açorianos, por volta de 1750, sendo considerado a mais legítima manifestação popular do Paraná (SPVS, 2000).

Hoje este costume não é mais praticado com tanta expressividade pelas comunidades locais, sendo apresentado somente durante as festividades realizadas na Vila das Peças. Algumas tentativas de resgatar esta cultura foram efetivadas de maneira não contínua, como por exemplo, o documentário sobre o fandango que a TV Cultura filmou em 2004 (SIQUEIRA, R.P., comentário pessoal, 2005, morador da Vila das Peças).

e) Festas populares

Na Vila das Peças são realizadas várias comemorações as quais são festejadas com eventos que envolvem as comunidades locais e que também atraem visitantes de outras localidades. As principais comemorações são de cunho religioso, destacando-se a festa de São Sebastião, realizada no mês de janeiro, onde a comunidade homenageia o Santo de sua devoção com celebrações religiosas e populares, com barracas de comidas típicas e bailes públicos. Em março ocorre a festa do Município de Guaraqueçaba, com comemorações cívicas, festivais da canção, concurso “Garota Guaraqueçaba”, apresentações teatrais, atividades esportivas, barracas com comidas típicas, além de culto ecumênico.

O Padroeiro dos Pescadores é homenageado no mês de junho, com celebrações religiosas, além de torneios de futebol, bailes públicos, barracas com comidas típicas, em uma confraternização entre os moradores das diversas ilhas do município de Guaraqueçaba. No mês de agosto ocorre a festa de homenagem ao padroeiro Senhor Bom Jesus dos Perdões, também com a realização de festejos religiosos e populares, com

novenas, missas, barracas com comidas típicas e outras diversões.

f) Gastronomia

Muito embora o Barreado seja a primeira comida típica lembrada, quando se trata do litoral paranaense, é nos pratos à base de frutos do mar que as comunidades locais têm se dedicado para atrair os visitantes. Entretanto, houve uma perda da diversidade da cozinha local, pois quase todos os restaurantes acabam servindo um cardápio restrito, à base de peixe frito, camarão ao molho, camarão frito, arroz e batatas fritas, embora vários moradores tenham admitido que esta opção de cardápio visa muito mais atender o paladar do turista do que apresentar um prato típico.

Quando perguntados sobre quais outros pratos eram realmente típicos da Vila das Peças vários moradores citaram um cozido de peixe preparado com legumes, mas que não é servido nos restaurantes locais. A ostra e a casquinha de siri aparecem como complementos, servidos em alguns restaurantes e, no caso da ostra, a mesma pode ser encontrada em comunidades próximas à Vila das Peças, servida gratinada ou apenas com limão após o seu cozimento.

g) Pesca com tarrafa

A pesca na Vila das Peças é caracterizada como artesanal e utiliza principalmente a mão-de-obra familiar, sendo utilizadas canoas a motor e a remo, entre outros apetrechos simplificados, como pequenas redes, espinhéis, gerival.

Os principais produtos provenientes desta atividade, em ordem de importância, são o camarão e o peixe, no entanto, a extração de ostras e a captura do caranguejo e do siri complementam a renda da população. A comercialização é intermediária, realizada principalmente por um morador que detenha melhor situação financeira, geralmente comerciante local, proprietários de barcos a motor e de redes. O sistema de trabalho consiste na utilização de todos os apetrechos necessários à pesca pelo pescador, que no final partilha o pescado capturado com o proprietário dos equipamentos como forma de pagamento pelo uso do barco e das redes. Geralmente o próprio proprietário dos equipamentos compra do pescador os produtos pescados (IPARDES, 1990).

Há uma queixa generalizada a respeito da escassez de pescados, decorrente do crescente número de pescadores locais, mas também daqueles vindos de fora, em período de alta produção, que utilizam barcos e técnicas de pesca mais sofisticadas, e, portanto, com maior capacidade de responder à demanda de pólos urbanos por pescados.

A pesca com tarrafa realizada na Vila também se constitui como uma atividade de interesse ecoturístico, uma vez que os visitantes que freqüentam a Ilha buscam esta prática junto aos pescadores como uma opção recreativa (Figura 18).

FIGURA 18: PESCADORES ENSINANDO VISITANTES A MANUSEAREM A TARRAFA.



A escolha destes atrativos pela comunidade foi baseada na observação/percepção do que atrai a atenção dos visitantes durante sua permanência na Vila das Peças, mesmo que na maioria dos casos não seja explorada de maneira contínua ou planejada. Os diferentes públicos que frequentam a Vila das Peças possuem os mais variados interesses e, não sendo possível prever qual segmento deste variado público irá realizar visitas em determinado período, a comunidade optou por elencar o maior número de atrativos existentes para definir um planejamento mais amplo.

5.2.3 Infraestrutura local

De acordo com WWF (2003b), para que uma região esteja apta a atender à demanda turística, não é suficiente conter apenas atrativos turísticos, mas é fundamental que possua infraestrutura básica para garantir que a região, como um todo, esteja preparada

para receber e atender o turista. Meios de hospedagem, serviços de alimentação, centros de informação, facilidade de acesso, sinalização, telefones públicos, saneamento, edificações e diversos outros tipos de serviços compõem a oferta turística de uma localidade, além de seus atrativos naturais e culturais. Nesse sentido, a qualidade e oferta são fundamentais para o efeito multiplicador do ecoturismo, pois incentiva o retorno do turista e contribui para a geração de emprego e renda,

O inventário participativo realizado na Vila das Peças apontou uma infraestrutura básica para atendimento ao visitante, que pode ser dividida em meios de hospedagem; restaurantes; estabelecimentos comerciais; e serviços de saúde, educação e comunicação. Embora a atividade ecoturística seja crescente na região alguns destes serviços ainda se apresentam de forma incipiente, necessitando de melhorias em suas estruturas, otimização de seu gerenciamento, especialmente em termos administrativos e operacionais. Serviços de recepção e informações ao visitante, por exemplo, inexistem na Vila.

a) Meios de hospedagem

As únicas duas pousadas existentes na Vila das Peças são de estrutura bastante simples, necessitando de aprimoramento estrutural, tecnológico e operacional. São elas:

1. Pousada Teodoro Dias, com capacidade para hospedar 12 pessoas. Possui duas suítes com cama de casal e dois quartos com dois beliches em cada, todos com ventiladores. Disponibiliza serviços de restaurante e churrasqueira para os hóspedes. Os valores das diárias são de R\$ 20,00 por pessoa com café da manhã para os quartos quádruplos, e R\$ 25,00 por pessoa com café da manhã para as suítes.
2. Pousada do Carlinhos, com capacidade para 21 pessoas, com quartos quádruplos. Dois sanitários, externos aos quartos, são disponibilizados aos hóspedes. Oferece serviços de venda de iscas para pescaria, ostras e peixes e acompanhamento para pescaria. O valor da diária é de R\$ 20,00 por pessoa com café da manhã (Figuras 19 e 20).

De maneira geral, as pousadas existentes atendem a demanda de turistas durante a maior parte do ano, com exceção de feriados prolongados, férias de verão e na festa de São Sebastião, onde o fluxo de pessoas aumenta bastante e a prática de ofertar acampamentos informais, sem estrutura consolidada, acaba prevalecendo para atender estas pessoas.

FIGURA 19: VISTA GERAL DA POUSADA DO CARLINHOS.



Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

FIGURA 20: DETALHE DO INTERIOR DE UM DOS QUARTOS DA POUSADA DO CARLINHOS.



Fonte: Adilson Wandembruck. 2004.

b) Restaurantes

A Vila das Peças disponibiliza aos visitantes cinco restaurantes, sendo dois deles caracterizados como cozinhas comunitárias, administrados por grupos sociais organizados. Estes serviços de alimentação embora possuam grande potencial de atração turística, possuem pequena capacidade física, não comportando por este motivo uma grande quantidade de pessoas. São eles:

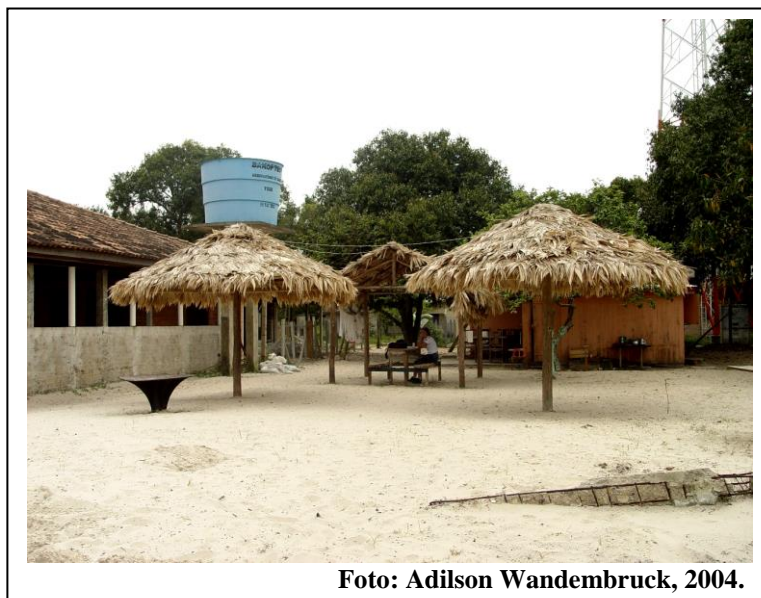
1. Cozinha Comunitária, cujo cardápio é bastante variado, sendo servido prato com saladas, arroz, feijão, peixe frito, batata frita, camarão ao molho e camarão frito, além das opções de pão caseiro, lanches, porções, bebidas, bolos, tortas e doces. O valor das refeições é em média de R\$10,00 por pessoa, sem bebidas incluídas (Figura 21).

FIGURA 21: COZINHA COMUNITÁRIA.



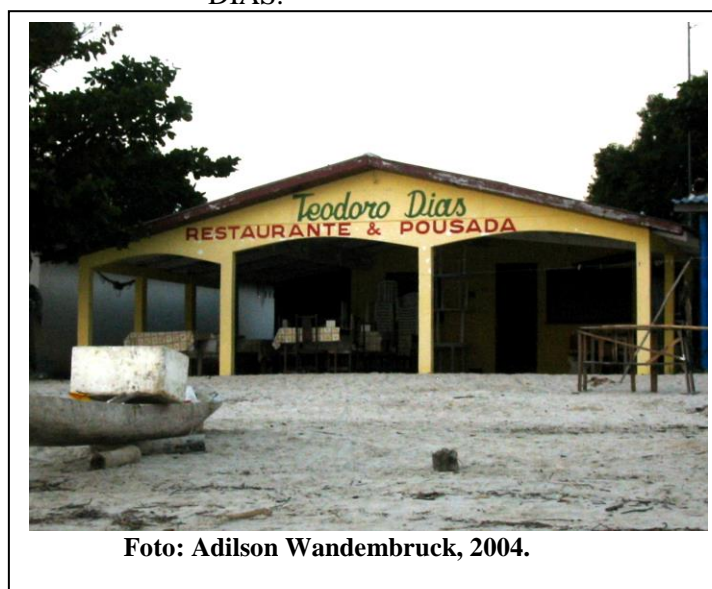
2. Restaurante do Grupo de Mulheres Solidárias, administrado pelo Grupo de Mulheres Solidárias da Vila das Peças. Entre os pratos oferecidos estão saladas, arroz, feijão, peixe frito, camarão frito, camarão ao molho e batata frita, e opções como porções, bolos, tortas e frutas. O valor das refeições é em média de R\$10,00 por pessoa sem bebidas incluídas (Figura 22).

FIGURA 22: RESTAURANTE DO GRUPO DE MULHERES SOLIDÁRIAS.



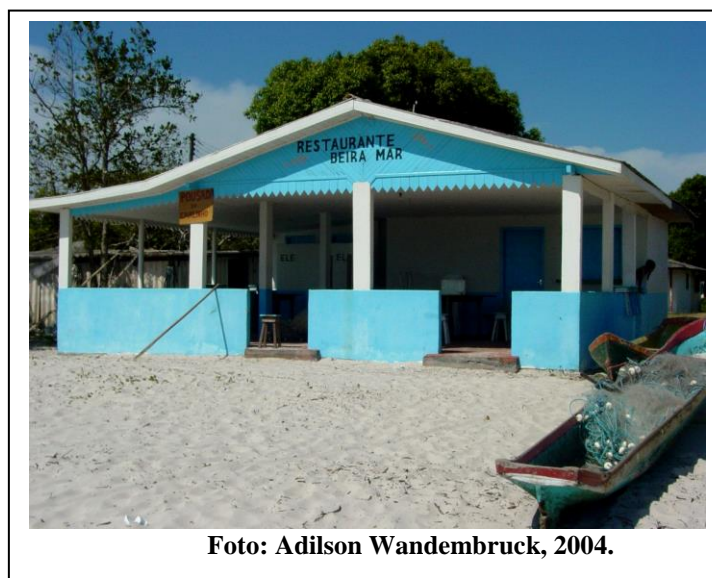
3. Restaurante Teodoro Dias (Figura 23), o que comporta o maior número de pessoas, com capacidade para atender até 60 pessoas. Os pratos oferecidos incluem saladas, arroz, peixe frito, batata frita, camarão ao molho, camarão frito e casquinha de siri, entre outras opções, como iscas de peixe e ostra gratinada. O valor das refeições é em média de R\$12,00 por pessoa sem bebidas incluídas.

FIGURA 23: RESTAURANTE E POUSADA TEODORO DIAS.



4. Restaurante Beira Mar, que oferece como pratos principais saladas, arroz, feijão, peixe frito, batata frita, camarão ao molho e camarão frito, além de ostra ao bafo e gratinada. O valor das refeições é de R\$ 12,00 por pessoa sem bebidas incluídas (Figura 24).

FIGURA 24: RESTAURANTE BEIRA MAR.



5. Restaurante Iná II, com capacidade para atender até 50 pessoas. Os pratos oferecidos são saladas, arroz, peixe frito, batata frita, camarão ao molho, camarão frito, casquinha de siri e panqueca de siri, além das opções de porções, lanches, iscas de peixe e ostras gratinadas. O valor das refeições é de R\$13,00 por pessoa sem bebidas incluídas (Figura 25).

FIGURA 25: RESTAURANTE INÁ II.



Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

A gastronomia local praticamente aboliu o preparo de pratos realmente típicos, como é o caso do cozido de peixe preparado com legumes, oferecendo uma refeição que consideram mais adaptada ao paladar dos turistas.

A estrutura dos restaurantes, de maneira geral, é bem simples e nenhum dos proprietários demonstrou interesse em ampliar as instalações ou fazer melhorias em curto prazo, sendo a questão financeira o principal argumento para limitar tais investimentos.

c) Estabelecimentos Comerciais

A Vila das Peças possui apenas dois estabelecimentos comerciais, sendo um deles uma mercearia (Mercearia Alvorada) e um mini-mercado (Mercado do Jaime). Os moradores utilizam mercados localizados na sede do município de Guaraqueçaba e também aqueles localizados em Paranaguá, onde são encontradas maiores variedades de produtos alimentícios e de vestuário. O mesmo acontece em relação aos serviços bancários e hospitalares.

O comércio local atende basicamente a comunidade da Vila das Peças, com produtos de primeira necessidade e, na maior parte dos casos, complementam apenas o que não é trazido do comércio de Paranaguá e de Guaraqueçaba. Em relação aos turistas a

participação no faturamento mensal deste comércio é praticamente insignificante, uma vez que a quase totalidade de produtos necessários à permanência dos mesmos durante a visitação, já é trazida pelos turistas, com exceção da alimentação realizada nos restaurantes locais.

d) Saúde, educação e comunicação

Na Vila das Peças existe um único posto de saúde. O sistema de saneamento básico se dá por fossas sépticas seguidas de sumidouro existentes nas residências. O abastecimento de água se dá mediante um sistema de canalização submarina realizado pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, que abastece continuamente a Ilha com água potável, provinda do rio Poruquara. Na Vila existe uma escola municipal com cursos de 1ª a 8ª séries, um posto de saúde e um posto telefônico. A população tem acesso a meios de comunicação como rádio e televisão.

O conjunto de serviços oferecidos é rudimentar, e não apresenta apoio efetivo da prefeitura de Guaraqueçaba. O posto de saúde atende apenas ocorrências simples, sendo que as demais situações precisam ser encaminhadas para Guaraqueçaba ou Paranaguá. Em relação ao ensino a limitação de oferta só até a 8ª série faz que os moradores tenham que optar por cursar a continuidade dos estudos em Paranaguá ou Guaraqueçaba, o que dificulta ou inviabiliza, muitas vezes, que os moradores cursem o Ensino Médio ou a Universidade.

5.2.4 Diagnóstico do Inventário Participativo

De maneira geral o inventário participativo mostrou-se um método eficaz, tanto para inventariar os atrativos naturais e culturais da Vila das Peças como para alcançar o envolvimento da comunidade local.

Com relação aos atrativos, alguns necessitam de melhorias na infraestrutura, como por exemplo a trilha que dá acesso à Torre Pequena, que atualmente apresenta um traçado que atravessa uma área de mangue, e necessita de alteração do trajeto ou construção de uma passarela elevada para sua transposição, evitando impactos negativos sobre este tipo de vegetação.

Quanto aos serviços de hospedagem e alimentação, a Vila das Peças, considerando-se os períodos de alta e baixa temporada, possui condições para atender uma pequena demanda de visitantes. Na alta temporada, onde o número de visitantes aumenta

consideravelmente, as pousadas existentes não comportam o excedente de visitação durante este período, necessitando ampliação do número de leitos oferecidos, bem como a qualificação para alguns serviços específicos, notadamente para a melhoria na recepção e atendimento de visitantes. O setor de alimentação, apesar de possuir diversos restaurantes, não diversifica seus cardápios, disponibilizando poucas opções para os visitantes.

Serviços como sinalização, divulgação dos atrativos e posto de informações turísticas são inexistentes, o que torna a visitação uma atividade desordenada pelo próprio desconhecimento das áreas permitidas para uso público.

5.2.5 Perfil dos visitantes

A aplicação de 25 questionários foi apenas um treinamento para que os moradores locais aprendessem o correto preenchimento do referido questionário para obter o perfil dos visitantes, sendo realizada de forma preliminar, apenas no mês de agosto de 2003, sem pretensão alguma de ter valor estatístico. Os dados obtidos são apresentados a seguir (Figuras 26 a 37):

FIGURA 26: GRÁFICO DA ORIGEM DOS VISITANTES

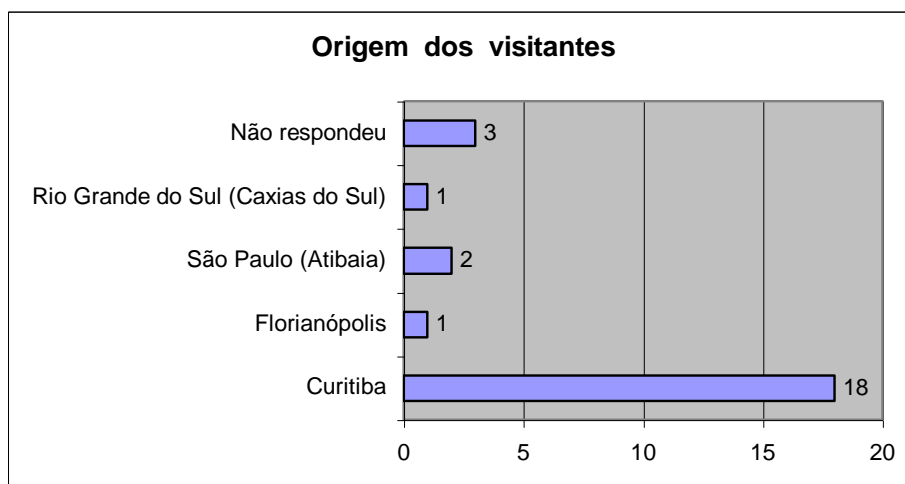


FIGURA 27: GRÁFICO DO SEXO DOS ENTREVISTADOS

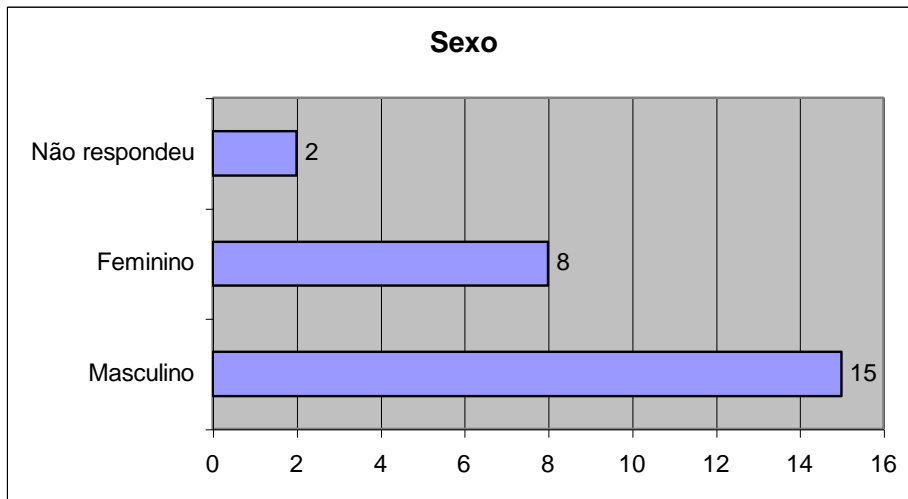


FIGURA 28: GRÁFICO DO ESTADO CIVIL DOS ENTREVISTADOS

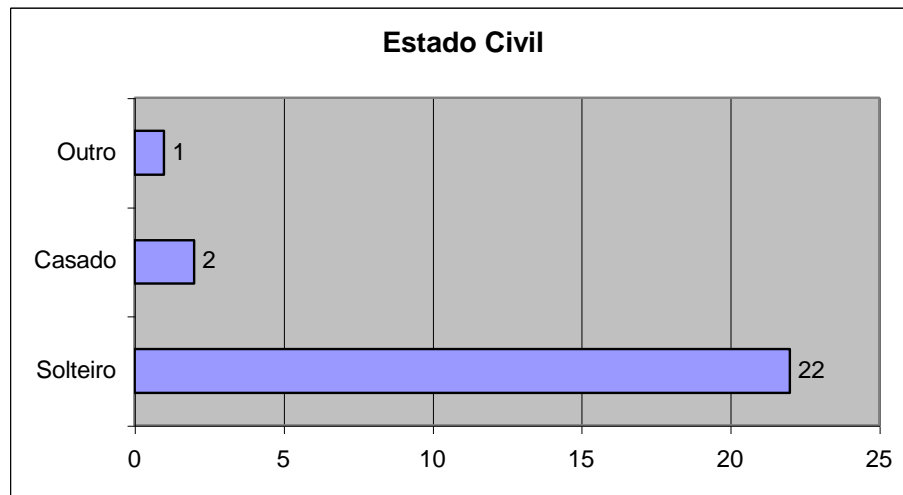


FIGURA 29: GRÁFICO DO TIPO DE ACOMPANHANTES DOS ENTREVISTADOS

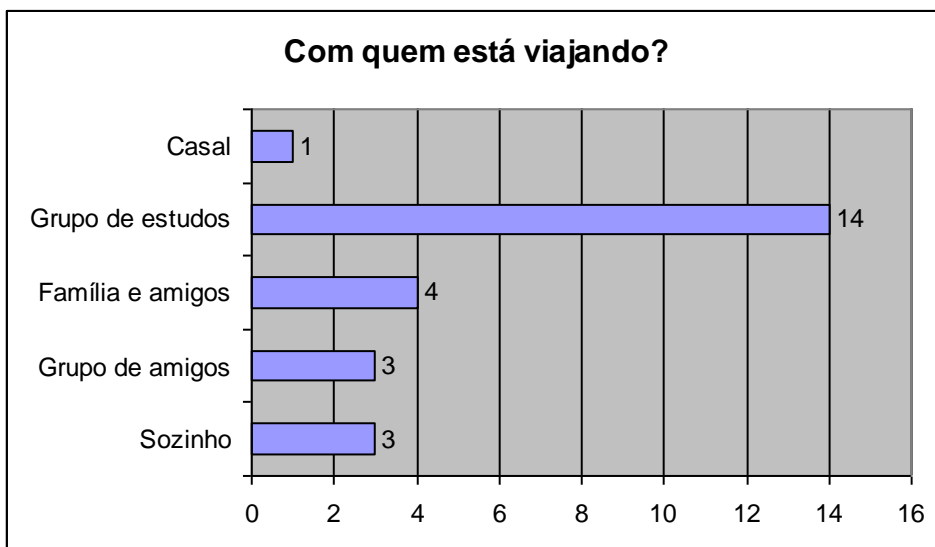


FIGURA 30: GRÁFICO DO LOCAL DE HOSPEDAGEM DOS ENTREVISTADOS

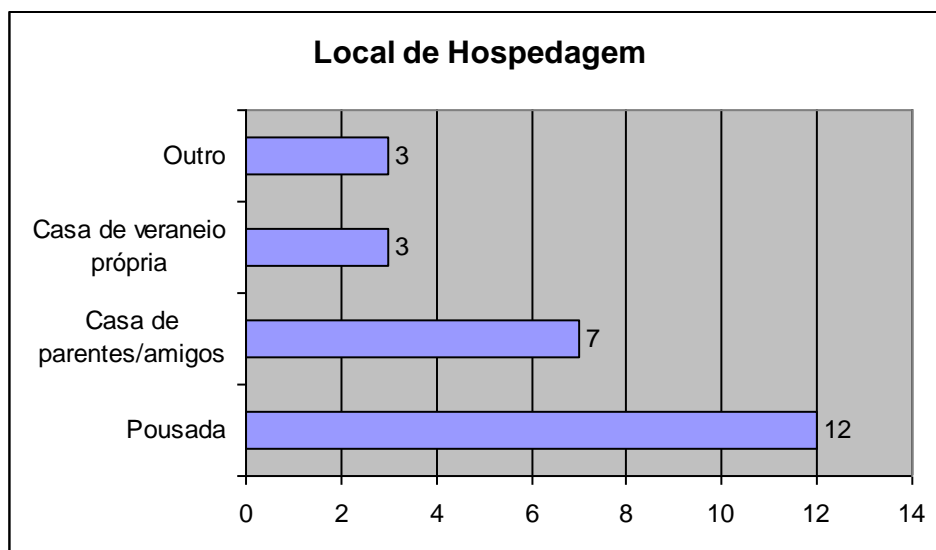


FIGURA 31: GRÁFICO SOBRE VISITAS ANTERIORES À REGIÃO



FIGURA 32: GRÁFICO SOBRE A ÉPOCA DE VISITAÇÃO

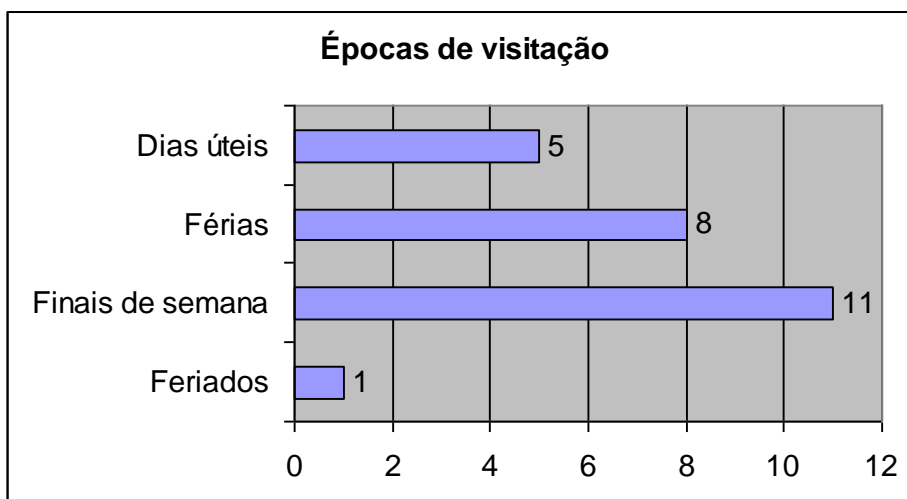


FIGURA 33: GRÁFICO SOBRE O TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA NA REGIÃO

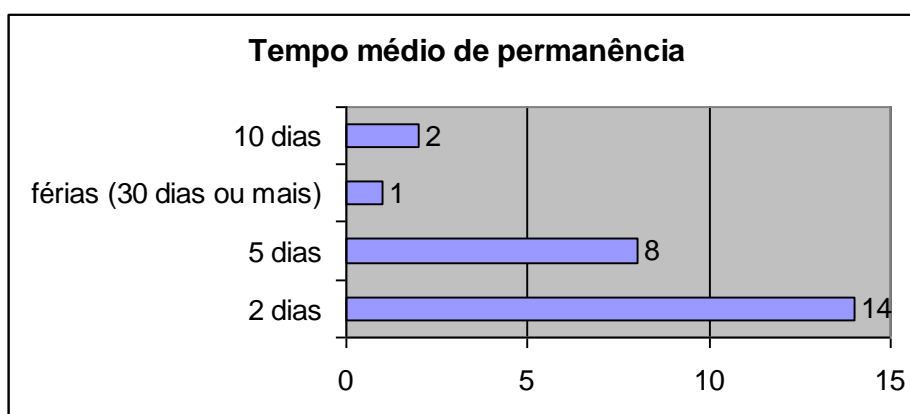


FIGURA 34: GRÁFICO SOBRE AS EXPECTATIVAS DA VIAGEM

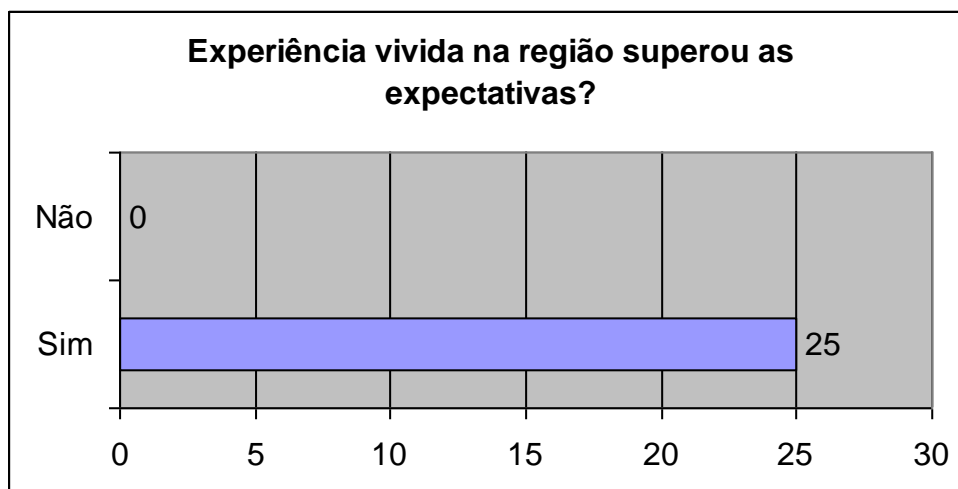


FIGURA 35: GRÁFICO SOBRE INTENÇÃO DE RETORNO À REGIÃO

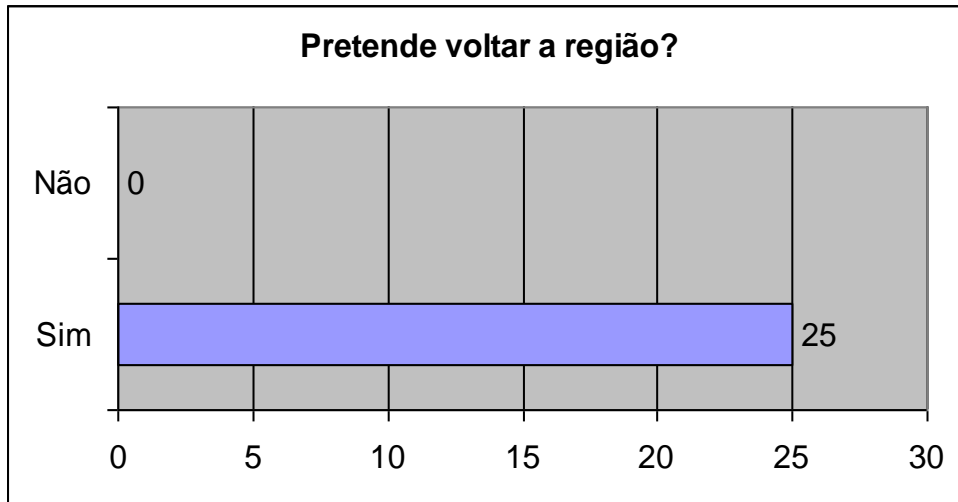


FIGURA 36: GRÁFICO SOBRE ATIVIDADES REALIZADAS NA VIAGEM

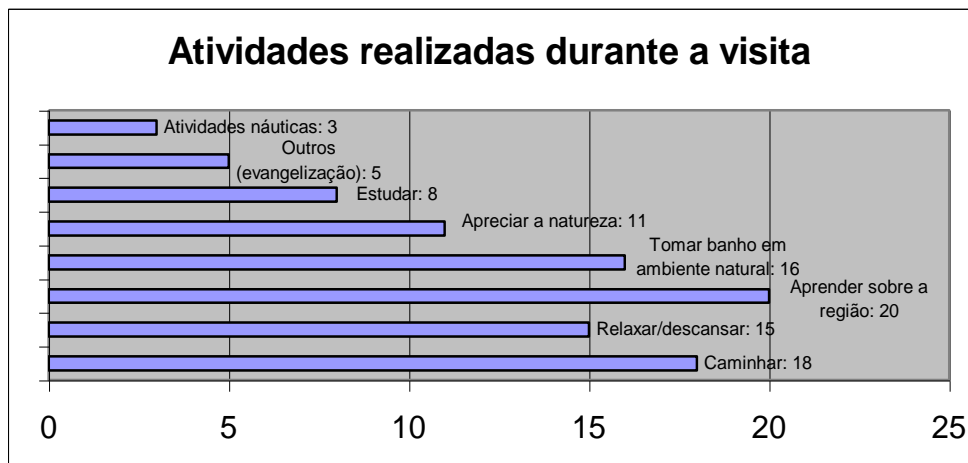
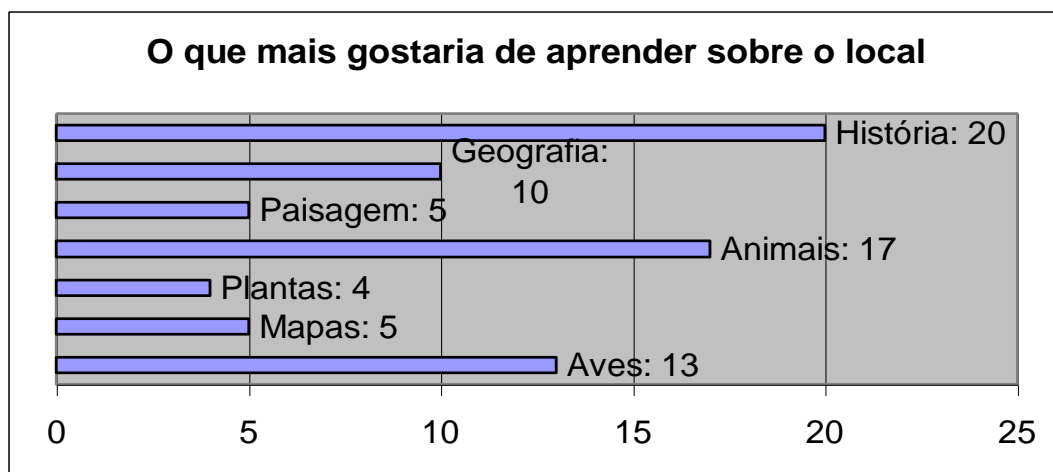


FIGURA 37: GRÁFICO SOBRE INTERESSE DE APRENDIZADO SOBRE A REGIÃO



A coleta de dados, entretanto, foi incipiente devido ao pequeno número de questionários aplicados, sendo necessária a sua complementação, especialmente em períodos de alta temporada, quando a Vila das Peças recebe um maior fluxo de visitantes.

Como os moradores já receberam este treinamento é recomendável que a própria comunidade estabeleça um sistema de acompanhamento periódico, de longo prazo, para que os dados obtidos tenham valor prático para programar atividades futuras. O modelo de questionário aplicado baseou-se na ficha desenvolvida por WWF (2003), que é apresentada no Anexo I.

Pesquisa semelhante sobre o perfil dos visitantes, desenvolvida na Barra do Superagui (SPVS, 1999), realizada durante o período de Carnaval em fevereiro de 1999, demonstrou que este tipo de levantamento das informações, com pesquisadores da própria comunidade, é uma prática viável e preferível, pois alcança um nível de envolvimento e comprometimento necessário para etapas seguintes da implementação de programas de ecoturismo. Nesta oportunidade constatou-se que dos 77 entrevistados, 49,35% eram do sexo feminino e 50,65% do sexo masculino; a idade média era de 33 anos; e quanto ao estado civil constatou-se que, 50,65% eram solteiros, 37,66% eram casados, 9,09% desquitados ou divorciados e 2,60% tinham outro estado civil. Quanto à origem dos visitantes, verificou-se que 51,30% eram procedentes de Curitiba-PR, 15,79% de Paranaguá-PR, 6,58% de Guaraqueçaba-PR, 6,58% de São Paulo-SP, e 19,75% de outras cidades brasileiras.

Em um projeto sobre ecoturismo na APA de Guaraqueçaba, realizado pelo U.S.D.A *Forest Service* - NC, *Duke University* e a SPVS, foram entrevistados turistas nacionais e estrangeiros, em locais de grande fluxo do estado. Cerca de 90% dos entrevistados estariam dispostos a pagar uma taxa de entrada na APA, se tivessem garantia que a arrecadação fosse usada para a conservação dos recursos naturais, para a construção de um centro de educação ambiental ou em benefício das comunidades locais (CUBBAGE, *et al.*, 1995).

5.3 OFICINAS DE CAPACITAÇÃO

Foram realizadas cinco visitas à comunidade nos meses de junho, julho e agosto de 2003, no intuito de apresentar a proposta de realização de oficinas de capacitação em ecoturismo e de convidar todos os moradores da Vila das Peças a participar das mesmas.

Como estratégia de sensibilização e estimulação da participação comunitária nas oficinas foram realizadas reuniões para apresentação do projeto com a Associação de Moradores da Vila das Peças, Grupo de Mulheres, alunos do curso do supletivo da escola local, proprietários de restaurantes, pousadas e outros pequenos estabelecimentos comerciais existentes na Ilha, além da realização de visitas às residências da Vila das Peças, totalizando o contato direto com 75 moradores, que correspondem a aproximadamente 20% da comunidade local. Os demais moradores foram informados mediante a utilização de materiais de divulgação. Estas estratégias vêm de encontro ao que afirmam TOLEDO & MITRAUD (2003), quando citam que participação é uma atuação voluntária, ou não; individual ou de grupo, articulada numa experiência coletiva ou no mínimo associada, e que pode ser eventual ou processual.

Após este período de divulgação foram planejadas e realizadas três oficinas de capacitação.

5.3.1 Primeira oficina de capacitação

A 1ª oficina de capacitação, denominada Introdução ao Ecoturismo, foi realizada nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2003 na Escola da Vila das Peças, contou com a participação de 11 moradores locais (Figura 38).

FIGURA 38: PARTICIPANTES DA 1ª OFICINA DE ECOTURISMO REALIZANDO UMA DINÂMICA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS EXISTENTES NA ILHA DAS PEÇAS.



Como o modelo das oficinas foi baseado na participação da comunidade, elaborou-se uma apostila objetiva e interativa na qual as informações específicas da Vila das Peças foram repassadas pelos próprios participantes através de exercícios e dinâmicas, que estimularam o preenchimento de quadros referentes aos recursos naturais, a forma de ocorrência atual de visitação, problemas de ordem ambiental, social e econômica, e formas de resolução ou minimização de impactos. Os questionamentos realizados de forma a obter informações dos próprios participantes, bem como as respostas obtidas estão expressas no Quadro 1.

Com relação às respostas do grupo participante da oficina pode-se constatar que existe um senso crítico em relação às questões que afetam diretamente o modo de vida na Vila, e que há uma preocupação em conservar os recursos naturais e resgatar a história e a cultura caiçara. Esta preocupação foi externada pelos participantes em discussões sobre a descaracterização das festas tradicionais realizadas na ilha, como a Festa de São Sebastião, realizada anualmente em janeiro, que recebeu no ano de 2002 aproximadamente 6.000 pessoas, deixando graves problemas para a comunidade, entre eles: o grande acúmulo de lixo; pessoas de outras localidades com barracas para comercializar alimentos; e pessoas que acabam não utilizando os restaurantes e pousadas da ilha. Também ficou evidente a expectativa de que a atividade ecoturística possa de fato reverter na melhoria de qualidade

de vida. De acordo com OMT (2003) o turismo pode gerar empregos e renda para o local onde for desenvolvido, trazendo vantagens que conduzem à melhoria do padrão de vida dos residentes.

QUADRO 1: QUESTIONAMENTOS REALIZADOS COM OS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA OFICINA DE CAPACITAÇÃO E RESPOSTAS OBTIDAS.

Perguntas realizadas	Respostas obtidas
1. Que atividades os turistas vêm fazer hoje na Ilha das Peças?	Caminhar; velejar; conhecer; pescar; esquiar; surfar; tomar banho de mar; fotografar; almoçar; realizar pesquisas; descansar; sujar e predar.
2. Que atividades a comunidade gostaria que eles viessem fazer?	Observar a fauna e a flora com condutores da comunidade; comprar artesanato; dormir nas pousadas; comprar os pescados e demais frutos do mar; conhecer mais sobre a história; manter limpo o ambiente; conhecer melhor os sambaquis para entender a vida e a história da comunidade com condutores capacitados.
3. O que o visitante traz de bom para a comunidade?	Trabalho; renda para a comunidade; animação para os jovens; novidades.
4. O que o visitante traz de ruim para a comunidade?	Poluição sonora; extrativismo; doenças; lixo; influência cultural negativa; diminuição do espaço físico.
5. Para você o que é Ecoturismo?	Atividade turística em harmonia com a natureza; qualidade de vida; geração de renda para a comunidade; conservação da natureza.
6. O que a Ilha das Peças já possui que seja positivo para o Ecoturismo?	Mirantes (artificial e natural); paisagens naturais; novas pousadas; trilha; fauna endêmica; fauna e flora abundante; história interessante; restaurantes; mangue; comunidade com cultura caiçara; sambaquis; botos; praia; campo de futebol; frutos do mar (mariscos e filé de peixe).
7. Como a comunidade deve se preparar para receber os visitantes que deseja?	Organizando a infraestrutura que já existe para receber o visitante; procurando aprender mais sobre a vida e história do nosso povo; ampliando os conhecimentos; fazendo cursos de capacitação; tendo um sistema de divulgação eficiente; tendo visão geral da questão ambiental.
8. O que você acha sobre a qualidade de vida na Vila das Peças? Aspectos positivos.	Ambiente natural, bonito e conservado; ar puro; tranquilo; taxa de mortalidade quase zero; meio de transporte de boa qualidade nos trechos Paranaguá - Vila das Peças e Vila das Peças - Guaraqueçaba; saúde; trabalho; solidariedade; liberdade para as crianças; contato com os animais; boa pesca; local para esportes; passeios de canoa.
9. O que você acha sobre a qualidade de vida na Vila das Peças? Aspectos negativos.	Lixo; falta de organização comunitária; atendimento médico precário; falta de remédios e de uma voadeira para transporte de doentes; precariedade na educação escolar.

Uma contribuição muito significativa dos participantes foi a ideia de elaborar um produto turístico na Vila das Peças com o tema “Caiçara por um fim-de-semana”, que trata de uma programação onde o visitante permaneceria um final de semana com os moradores aprendendo seu modo de vida, convivendo com suas facilidades e dificuldades. Outro fator levantado pelos moradores foi a existência de um jogo muito parecido com a bocha que era

praticado na Vila há décadas atrás, o Jogo de Balin, que poderia ser resgatado como parte da cultura e das tradições dos moradores da Vila das Peças.

O encerramento desta primeira oficina deu-se com a presença da Chefe do Parque Nacional do Superagui, que conversou e solucionou algumas dúvidas dos participantes, com relação aos limites do Parque, áreas em que os condutores poderão trabalhar, licenças para abertura de pousadas, entre outros temas. Esta palestra da Chefe do parque possibilitou reforçar o que indica o Art. 5º do SNUC, que trata das diretrizes pelas quais o mesmo deve ser regido, e que em seus incisos III e IX preconizam a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, e consideram as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais.

5.3.2 Reedição da primeira oficina de capacitação

Após a realização da primeira oficina constatou-se que algumas pessoas, interessadas em participar da capacitação, não puderam estar presentes na data de sua realização, o que motivou a sua reapresentação no dia 12 de outubro de 2003, para estes novos interessados, que na sequência viriam a participar com o grupo inicial. Esta adesão possibilitou que pessoas de diferentes segmentos de prestação de serviços (donos de restaurantes, donos de barcos a motor, donos de canoas, donos de pousadas, condutores, etc.), tornassem o grupo mais diversificado favorecendo a troca de experiências e englobando vários serviços que podem atuar conjuntamente no programa de ecoturismo.

Nesta reedição, além de seis novos integrantes estiveram presentes três participantes da primeira oficina, que solicitaram uma nova participação para consolidarem os conhecimentos adquiridos.

No intuito de executar uma parte prática foi planejada e realizada, em conjunto com as Faculdades Integradas Curitiba, uma viagem para a Vila das Peças, de dois dias, totalizando 23 acadêmicos do Curso de Turismo os quais foram recepcionados e atendidos pelo grupo de participantes das oficinas. A programação (Apêndice III) foi elaborada conjuntamente com os participantes da oficina.

No primeiro dia de atividades os condutores, capacitados pelas oficinas de ecoturismo, acompanharam o grupo durante as atividades. No passeio de barco até o Rio das Peças, um dos participantes das oficinas repassou informações sobre as características

do mangue, o declínio da atividade pesqueira na região e expectativa sobre o ecoturismo no Parque Nacional do Superagui (Figura 39).

No final da tarde o grupo fez uma caminhada pela praia para observar o papagaio-de-cara-roxa, acompanhados dos integrantes do projeto, que falaram informalmente durante a caminhada sobre as atividades desenvolvidas para conservar esta espécie ameaçada de extinção.

FIGURA 39: CONDUTOR LOCAL EM UMA EXPLANAÇÃO SOBRE A REGIÃO.



Foto: Adilson Wandembruck, 2004.

Esta experiência foi bastante produtiva, pois possibilitou a troca de ideias entre os moradores e estes acadêmicos, de maneira crítica e enriquecedora para ambas as partes, uma vez que os alunos, com a visão do turismo e do ecoturismo, puderam fazer várias sugestões e, ao mesmo tempo, a comunidade pode mostrar inúmeros pontos a serem abordados para a elaboração de projetos de ecoturismo. Segundo WWF (2003b), cita como um exemplo de produto turístico em áreas do Vale do Ribeira, as visitas de estudantes do ensino médio e superior, guiados por monitores ambientais locais, incluindo os serviços de hospedagem, transporte e alimentação obtidos na própria comunidade ou com a utilização de produtos locais.

5.3.3 Segunda oficina de capacitação

A segunda oficina de capacitação, denominada Práticas Recomendadas para Empreendimentos de Ecoturismo ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2003 no Clube da Associação de Moradores da Vila das Peças, cedido pela Associação de Moradores, e contou com a participação de 15 moradores locais.

Durante esta oficina foram apresentadas inúmeras formas de divulgação de atividades ecoturísticas (Figura 40), como *folders* criados para divulgar o Circuito Italiano de Colombo, a Fazenda Duas Barras, em Planaltina do Paraná, entre outros, os quais serviram de bases para que os participantes elaborassem um modelo de um informativo da Vila das Peças, com o objetivo de orientar os visitantes quanto aos atrativos naturais/culturais e os serviços/ infraestrutura disponível aos que desejam conhecer a Ilha.

FIGURA 40: EXEMPLOS DE FOLDERS E PANFLETOS.



5.3.4 Terceira oficina de capacitação

A terceira oficina de capacitação, denominada Formação de Condutores, foi realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2003 no Clube da Associação de Moradores da Vila das Peças. Esta oficina contou com a participação de 14 moradores locais.

Durante esta oficina os participantes elaboraram e testaram circuitos ecoturísticos possíveis de serem realizados na Vila das Peças, seguindo as recomendações do IBAMA quanto aos locais liberados para visitação.

5.3.5 Curso de primeiros-socorros

Após a realização da terceira oficina foi sugerida pelos participantes a realização de uma prática de “Salvamento no Mar”, em virtude da grande maioria dos moradores terem forte ligação com a pesca e com atividades ecoturísticas que incluem passeios de barco, banhos de mar, entre outros. Sendo assim, foi realizada em maio de 2004, com dez moradores, uma prática para capacitá-los no resgate e salvamento de vítimas no mar. Esta prática foi desenvolvida na praia ao lado do trapiche da Vila das Peças, quase em frente à Cozinha Comunitária, por oferecer as melhores condições para execução dos exercícios no que diz respeito à correnteza e profundidade do mar. Esta prática teve a seguinte programação:

- a) Técnicas de aquecimento pré-entrada no mar;
- b) Demonstração das diferentes técnicas utilizadas para abordar a vítima;
- c) Explicação sobre o uso dos equipamentos (nadadeiras e boia) (Figura 41);
- d) Exercícios de salvamento próximos à praia (Figura 42).

Esta programação foi elaborada e conduzida por um especialista neste tipo de atividade, pertencente ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, e que desenvolve este mesmo curso para diversos públicos, em localidades distintas.

FIGURA 41: USO DE BOIA PARA O RESGATE.



FIGURA 42: ATIVIDADES DE SALVAMENTO NA PRAIA.



5.3.6 Diagnóstico das oficinas de capacitação

Em termos gerais pode-se afirmar que os moradores da Vila das Peças não dispunham de capacitação para realizarem as atividades de recepção, informação e atendimento de visitantes.

A participação dos moradores foi bastante positiva. Todos os 22 participantes que frequentaram as oficinas demonstrando um grande interesse nos assuntos abordados durante o curso, e reforçaram o caráter de aplicabilidade dos temas tratados em seu dia a dia. As oficinas também possibilitaram a construção de laços de confiança entre os moradores e a equipe do projeto, possibilitando a sua integração no processo de construção do programa de ecoturismo.

Outros pontos positivos das oficinas foram as possibilidades de avaliação entre a equipe do projeto e comunidade, sobre possíveis soluções dos problemas de ordem comunitária, política e social; a integração entre as diferentes frentes de serviço prestados, de forma que os mesmos sejam praticados de forma cooperativa e complementar, ou seja, os donos de pousadas, restaurantes e os condutores atuem de forma conjunta.

Além disso, outro benefício alcançado neste período de capacitação foi o caráter de multiplicação, pois diversos participantes estimularam novas pessoas a procurarem as oficinas para ampliar o conhecimento sobre a atividade ecoturística e as formas de otimizar os serviços prestados na comunidade, ou ainda, passaram a atuar como agentes multiplicadores dos temas tratados nas oficinas.

5.4 PLANEJAMENTO DO PROGRAMA DE ECOTURISMO PARA A VILA DAS PEÇAS

O Programa de Ecoturismo foi elaborado com base nos resultados obtidos durante o Inventário Participativo, Oficinas de Capacitação e no *Workshop* de Turismo Sustentável, desenvolvido especialmente para consolidação, junto à comunidade, das propostas elaboradas. Esta metodologia é corroborada por WWF (2003b), para o plano estratégico de ecoturismo do Vale do Ribeira, onde houve a participação de diferentes atores com interesse no ecoturismo em oficinas de um grupo consultivo, gerando um documento que foi previamente submetido à consulta, debate e aprovação dos integrantes deste grupo.

Assim como o plano elaborado para o Vale do Ribeira (WWF, 2003b), o Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças trata da visão compartilhada dos atores envolvidos e representa um grande esforço coletivo na busca de soluções, estratégias e propostas para o desenvolvimento da atividade ecoturística na região, orientando projetos e políticas públicas.

O Programa de Ecoturismo da Vila das Peças foi dividido em sub-programas, que tratam de temas considerados prioritários para o desenvolvimento do ecoturismo na Vila, visando facilitar o ordenamento das ações necessárias a sua implementação. Associado a este programa foi elaborado um plano de ação, com o objetivo de planificar ações necessárias ao alcance dos objetivos do Programa de Ecoturismo da Vila das Peças, ou seja, a definição do quê, por que, quem, como, quando e quais as limitações do fazer. Este documento serviu ainda para embasar o *Workshop* de Turismo Sustentável.

5.4.1 Objetivos do Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças

Os objetivos do Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças foram embasados nas relações do ecoturismo e de seu respeito e valorização ao ambiente; no respeito às tradições das comunidades locais; na inexistência do plano de manejo do Parque Nacional do Superagui, que levou a uma postura mais reservada, sem a obrigatoriedade de propor roteiros antes da definição do zoneamento e programa de uso público do Parque; e que a implementação do Programa é um processo dinâmico, que depende diretamente do engajamento das pessoas da localidade para que as ações propostas possam, de fato, contribuir na melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas.

5.4.1.1 Objetivo Geral do Programa de Ecoturismo

Servir como elemento catalisador para a prática desta atividade na região e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, baseado em princípios conservacionistas e critérios adequados ao ecoturismo, assegurando a conservação da natureza e o uso racional dos recursos naturais, e valorizando os recursos culturais das comunidades caiçaras.

5.4.1.2 Objetivos Específicos do Programa de Ecoturismo

1. Para a comunidade:

- a) Estimular a participação da comunidade na tomada de decisões, planejamento e operação da atividade de ecoturismo;
- b) Indicar estratégias para a geração de renda nas comunidades envolvidas;
- c) Auxiliar as Associações de Moradores, mediante a colaboração na execução do Programa de Ecoturismo;
- d) Criar um grupo de condutores devidamente capacitados para o recebimento de visitantes;
- e) Respeitar a cultura local e demonstrar que o ecoturismo pode complementar a atividade da pesca, que é tradicional nas comunidades envolvidas.

2. Para a conservação do Parque Nacional do Superagui:

- a) Demonstrar a importância ambiental do Parque;
- b) Colaborar para a aproximação entre os moradores locais e as instituições ambientais que atuam na região, principalmente o IBAMA.

3. Para a implementação do Programa de Ecoturismo:

Quanto à gestão

- a) Estimular a interação entre a Associação de Moradores e os setores público, privado e terceiro setor;
- b) Indicar as práticas mais adequadas para a implementação do ecoturismo na Vila das Peças e entorno do Parque Nacional do Superagui;
- c) Incentivar a prática do trabalho em grupo dentro da comunidade, como forma de consolidar o programa e garantir uma melhor distribuição da renda gerada.
- d) Estimular a inter-relação com outros serviços ecoturísticos existentes na região.

Quanto à oferta de produtos:

- a) Indicar um menu de opções ecoturísticas, com a oferta de um número mínimo de produtos que possam atrair os visitantes para a região;
- b) Colaborar para o aumento da qualidade dos serviços prestados;
- c) Incentivar a comunidade na criação de novos produtos, inovadores e diversificados, que sejam compatíveis com as aptidões ambientais da região;
- d) Colaborar, através da execução de oficinas de capacitação, para que os serviços oferecidos e a forma de operação tenham um bom padrão de qualidade;
- e) Auxiliar a comunidade na elaboração de um código de ética para a operação do ecoturismo na região.

Quanto ao público-alvo e mercados potenciais:

- a) Auxiliar a comunidade na definição do público-alvo e principais mercados emissores de visitantes;
- b) Colaborar na elaboração de material de divulgação, informando os visitantes sobre o Parque Nacional do Superagui e sobre os atrativos e serviços existentes em seu entorno, reforçando que a visitação no interior do Parque é dependente da elaboração do plano de manejo desta unidade de conservação;
- c) Colaborar para a maior permanência dos visitantes na região, e conseqüente acréscimo no volume de dinheiro gerado nas comunidades;
- d) Contribuir para o aumento seletivo de visitantes, mediante uma divulgação direcionada, que apresente a Vila das Peças e entorno do Parque Nacional do Superagui como um destino ecoturístico de qualidade;
- e) Servir de instrumento capaz de diluir a característica de sazonalidade ocorrente nos meses de verão, contribuindo para a geração de renda ao longo de todo o ano.

5.4.2 Plano de ação

As atividades e ações identificadas como prioritárias neste plano foram divididas em temas diretamente relacionados aos objetivos do Programa de Ecoturismo da Vila das Peças.

Os temas considerados prioritários foram correlacionados com as principais deficiências apontadas pela comunidade e detectadas durante o transcorrer deste estudo, sendo eles:

- a) Articulação institucional: visa o fortalecimento dos grupos organizados da Vila das Peças para maior articulação com as demais instituições que atuam na região, especialmente com a prefeitura de Guaraqueçaba e IBAMA.
- b) Ecoturismo: visa o ordenamento da atividade, cuja demanda é crescente e sem planejamento, buscando oferecer infraestrutura básica e ser desenvolvida pelas próprias comunidades locais.
- c) Comunicação: visa produzir materiais de divulgação dos atrativos naturais e culturais da Vila das Peças.
- d) Captação de recursos: visa prospectar novos financiadores e obter recursos para o desenvolvimento da atividade ecoturística na região.
- e) Conservação da Natureza: visa a utilização racional dos recursos naturais e a aplicação de técnicas de monitoramento.
- f) Capacitação técnica: visa estabelecer um programa de capacitação técnica voltado à melhoria no atendimento de visitantes e prestação de serviços.
- g) Parcerias: visa estabelecer parcerias para desenvolver o ecoturismo na região.
- h) Apoio e integração à comunidade: visa estimular a comunidade para a resolução dos problemas enfrentados pela mesma, de forma que possa se organizar em cooperativas ou associações.
- i) Pesquisa: visa desenvolver pesquisas cujos resultados possam ser utilizados para a melhoria da prática do ecoturismo na região, de maneira sustentável e que gere renda para as populações envolvidas.

A partir da definição das prioridades foram identificadas as principais atividades para alcançar os objetivos de cada tema selecionado, com ênfase na forma de realização, seus responsáveis, quais os parceiros, os prazos de execução, custos e limitações (financeiras, social, ambiental, cultural, política, etc.). O Plano de Ação foi validado pela comunidade local e instituições atuantes na região durante o *Workshop* de Turismo Sustentável.

5.4.3 Workshop de Turismo Sustentável

5.4.3.1 Objetivos do evento

Este evento objetivou corroborar, junto à comunidade, as propostas formuladas a partir de todas as reuniões, oficinas e discussões junto aos moradores, para que as mesmas fossem inseridas no Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças e Planos de Ação subsequentes. Com isto obteve-se a legitimidade necessária para a compreensão, aceitação e adoção das propostas nas práticas do dia a dia dos moradores locais.

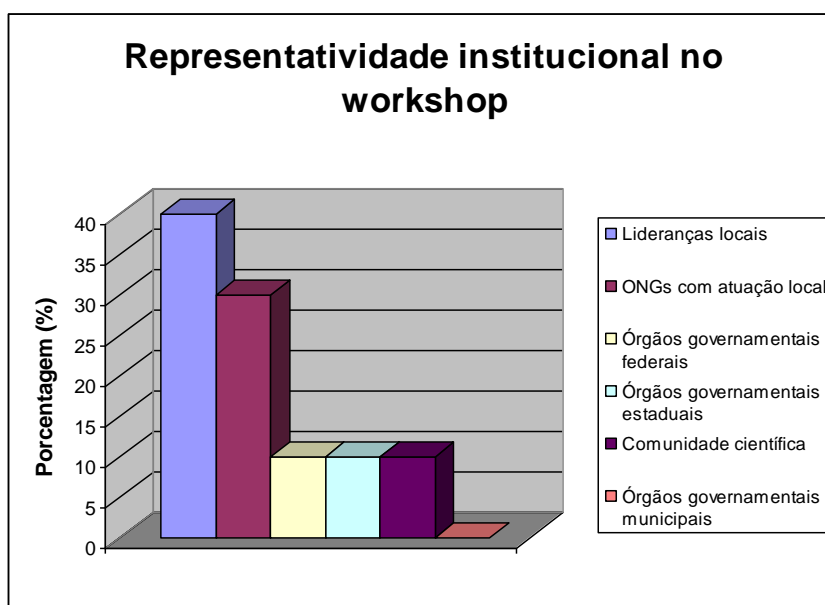
5.4.3.2 Representatividade das Instituições que participaram do evento

O *workshop* de Turismo Sustentável contou com a participação de 35 pessoas (Figura 43), sendo que a maior representação foi das lideranças locais (40%, com integrantes da Associação dos Moradores; Cozinha Comunitária; Grupo de Mulheres Solidárias e alunos da escola local) e de organizações não-governamentais com atuação local (30%, representados pela SPVS, Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ e Instituto de Ecoturismo do Paraná). Órgãos ambientais federais (IBAMA – PARNA do Superagui) e estaduais (Paraná Turismo) e a comunidade científica (Faculdades Integradas Curitiba) tiveram representação de 10%, e órgãos municipais, embora tenham sido convidados, não participaram do evento (Figura 44).

FIGURA 43: PARTICIPANTES DURANTE APRESENTAÇÃO DO IBAMA.



FIGURA 44: INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO *WORKSHOP* DE TURISMO SUSTENTÁVEL.



A maior representatividade das lideranças locais no *workshop* (40%) reflete o interesse da comunidade em participar ativamente do processo de construção e futura implementação do Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças. Este fato expressa também a consciência dos moradores de que o sucesso deste programa depende do seu envolvimento, e que eles são os principais atores no desenvolvimento do ecoturismo na região.

As Organizações Não Governamentais também tiveram representatividade expressiva no evento (30%) e, por serem atuantes na região nos setores do próprio ecoturismo, educação e política, desenvolvem papel fundamental como catalisadores do ecoturismo como atividade economicamente responsável e equilibrada diante da realidade da região.

Com relação aos órgãos ambientais federais e estaduais, que embora tenham influência significativa sobre a vida das comunidades locais, obtiveram representatividade de apenas 10% no evento, indicando que não há, no momento, uma proximidade e envolvimento para o estabelecimento de políticas públicas que revertam em benefícios a atividade ecoturística e, conseqüentemente, às populações envolvidas. O mesmo se aplica ao poder público municipal, que apesar da atuação local não participou do evento e das demais fases de elaboração do Programa, denotando um baixo comprometimento com a comunidade em questão, pela falta de apoio às estratégias de desenvolvimento comunitário. Essa falta de interesse do poder público municipal gera uma insatisfação das

comunidades e um sentimento de abandono, o que pode influenciar negativamente a implementação de novos projetos, por se sentirem desamparados em relação ao atendimento de demandas básicas para a atividade de ecoturismo, como um setor de informação ou um sistema de sinalização turística, entre outros fatores.

Quanto à representatividade da comunidade científica (10%), ainda é incipiente a participação das Universidades em trabalhos de base comunitária aplicados ao ecoturismo, o que demonstra a necessidade de efetivar parcerias que promovam, para as Universidades, a oportunidade de implementar projetos e ampliar a experiência prática de seus alunos e, para as comunidades, de ter uma orientação especializada para otimizar a atividade ecoturística.

5.4.4 Propostas dos grupos de trabalho

Os principais resultados obtidos durante as discussões nos grupos de trabalho constituídos durante o *workshop* são apresentados a seguir:

5.4.4.1 Grupo 1 - Articulação Institucional

a) Integração de roteiros da região:

O grupo listou alguns roteiros já existentes e interessantes de serem mantidos próximos à Vila das Peças e fora dos limites do Parque Nacional (entorno). São eles:

1. Caminhada pela praia;
2. Observação de papagaios pela manhã (grupo que se desloca da Ilha do Mel para a Ilha das Peças);
3. Trilha da torre (necessidade de reestruturação da trilha, alterando traçado nas áreas que atravessam trechos de mangue);
4. Passeio de canoa para observação dos botos;
5. Demonstração de pesca (rede, tarrafa, etc.);
6. Passeio de canoa pelo Rio das Peças (sem desembarque).

Os moradores sugeriram um possível desembarque durante este último passeio, seguido de uma caminhada que levaria a um ponto de onde se pode observar a Ilha do Superagui. Deste ponto, pode-se observar também o Morro das Pacas, local onde se encontra a tribo indígena. A representante do IBAMA no evento lembrou da ilegalidade da presença deste grupo dentro do Parque Nacional do Superagui e que a “visitação” a esta tribo está proibida (podendo ser inclusive multada), não devendo, de forma alguma, aparecer como proposta de roteiro. Os roteiros propostos pelos moradores da Vila das

Peças e aprovados pelo IBAMA foram caminhadas na Trilha da Torre Pequena, caminhadas na Praia; observação dos papagaios (sem desembarque em áreas não autorizadas pelo IBAMA); e passeios de barco no Rio das Peças (sem desembarque no interior do Parque Nacional do Superagui). Estes roteiros já estão sendo operados pela comunidade.

Um morador lembrou que já existe um planejamento para o turismo na região, elaborado durante um curso promovido pelo Instituto de Pesquisas de Guaraqueçaba – IPG, com algumas ideias que poderiam ser aproveitadas.

A representante do IPÊ mencionou que em 2005 esta ONG desenvolverá um trabalho com teatro infantil que também pode ser uma atividade a ser vista pelos turistas. Disse também que das comunidades nas quais o IPÊ trabalha, Tibicanga sinalizou não querer turistas (ao menos o turismo convencional) e Guapicum não tem estrutura para recebê-los, apenas para uma visita sem pernoite.

Comentou-se também sobre a preocupação de que o barulho dos motores, dos barcos que param para observar os botos, possam prejudicá-los e afugentá-los. Assim, sugeriu-se que os barcos parem apenas no trapiche, que o turista desembarque da embarcação motorizada, e dirija-se a uma canoa para realizar a observação desses animais. Isso também geraria mais um serviço para a população local, que estaria responsável por estas canoas. A representante do IBAMA disse que essa é uma proposta que pode ser levada para sua instituição, com possibilidade de regulamentação. Deveria haver um trabalho de conscientização com os barqueiros envolvidos, operadoras de turismo, Paraná Turismo, entre outras. A representante do IBAMA comentou ainda que este órgão recebe muitas ligações de pessoas que solicitam informações em relação à pousadas, telefones, restaurantes, etc. Segundo ela, a elaboração e divulgação de uma lista com estes serviços já disponíveis na região seria muito útil.

Também foi comentado que nove pessoas da Vila das Peças já foram capacitadas para conduzir grupos (125 horas de curso pelo Instituto de Pesquisas de Guaraqueçaba - IPG). Existe uma possibilidade de que o IBAMA venha a reconhecer estes condutores, mediante o fornecimento de uma carteirinha com selo certificador. Com relação a esta última proposta cabe esclarecer que mecanismos de certificação do ecoturismo estão sendo discutidos para implementação no Brasil através do Instituto de Hospitalidade, o qual poderia certificar os empreendimentos e serviços considerados aptos a receber um selo verde para diferenciá-los perante o mercado ecoturístico.

Outras iniciativas, no sentido de melhor capacitar os moradores locais para um bom atendimento aos turistas, são sempre bem-vindas, pois apresentam diferentes formas de resolução dos problemas enfrentados e fortalecem o conhecimento dos participantes, além de contribuírem com a conservação da natureza, uma vez que a Vila das Peças está no entorno do Parque Nacional do Superagui.

b) Parcerias:

Todos os participantes concordaram que as parcerias com as ONGs e órgãos ambientais já atuantes na região devam ser mantidas. Deve-se intensificar o relacionamento com a Paraná Turismo. Sugere-se que o Ponto de Embarque de Paranaguá, atualmente com sua estrutura subutilizada, seja ocupado com painéis, folders, maquetes sobre a região, bem como sobre os possíveis roteiros turísticos, conscientização e normas de Excursionismo de Mínimo Impacto. Outras sugestões dos moradores foram sobre a destinação da receita obtida com a cobrança da taxa de embarque em Paranaguá (R\$1,00), que segundo eles deveria ser explicada aos usuários do sistema de transporte de barco, e que os moradores das ilhas deveriam ser isentos deste pagamento.

Durante o *workshop* foram listadas algumas operadoras de ecoturismo que podem ser envolvidas nas atividades que vierem a ser desenvolvidas. São elas: Gondwana Brasil Ecoturismo, Calango Expedições, Praia Secreta, Ixion Geo, Orion Turismo, Catuetê e Ecologic, entre outras. Muitas destas operadoras fazem parte de uma Rede denominada Rede Aventura.

Outras parcerias importantes seriam com a Associação de Barqueiros (Pontal do Sul), com a Marinha e com o Corpo de Bombeiros. A Prefeitura de Guaraqueçaba deveria ser mais cobrada, principalmente em relação à coleta de lixo, um dos grandes problemas da região.

Durante a temporada/verão, monitores locais poderiam estar nos postos de embarque de Pontal do Sul e Paranaguá (parceria com a EcoParaná) fornecendo mais informações sobre o que se pode encontrar na região e sobre como se dá o turismo em uma Área Natural Protegida.

Propostas sugeridas pelo grupo que discutiu sobre o estabelecimento de parcerias:

1. Realização de caminhadas pela praia para a demonstração da pesca, observação dos botos. Já existem roteiros articulados.

2. Criação de uma sinalização, feita pelo IBAMA, para que os barcos não ultrapassem um limite pré-determinado, com a finalidade de não assustar os botos.
3. Uso de canoas para observação dos botos.
4. Integração de roteiros do Paraná, não somente com o litoral.
5. Criação de uma rede de monitores ambientais, que fariam uma interação entre os roteiros.
6. Cadastro de guias, pousadas, restaurantes.
7. Os passeios deverão ser feitos apenas com os condutores locais, principalmente aqueles organizados pelas operadoras. Sugestão para tal proposta ter inclusão no Plano de Manejo.
8. Incentivar o uso da mão-de-obra local.
9. Manutenção de parcerias com ONGs, e órgãos governamentais, como IBAMA e IAP.
10. Utilização do espaço no posto em Paranaguá para a divulgação da Vila das Peças e entorno, uma vez que cobram taxa de manutenção.
11. Material de divulgação deverá ser elaborado pela própria comunidade
12. Estabelecer parcerias com Eco-Paraná e Paraná Turismo.
13. Parcerias com a Associação de barqueiros de Pontal
14. Central de atendimento ao turista na entrada da Ilha, para prestar atendimento e manter o controle do número de visitantes.
15. Incentivar outras atividades como o *birdwatching*, e outros tipos de observação de flora e fauna.

5.4.4.2 Grupo 2 - Como implementar o Programa de Ecoturismo e Grupo 3 - Comunicação (estes dois grupos trabalharam integrados)

1. Estabelecer uma Cooperativa.
2. Uso de quartos em casa de moradores, visando uma maior interação com a comunidade. Com o convívio com a família, o visitante poderá conhecer um pouco mais sobre a cultura local.
3. Opção de oferecer apenas o quarto e a refeição seria feita nas cozinhas comunitárias, e opção de vender o pacote com refeição e alimentação na própria casa.
4. Criação de um centro de visitantes, logo na entrada da Ilha, que receberá os turistas e encaminhará para a casa ou pousada que será hospedado.

5. Criação de um museu, para resgatar a cultura local (cultura caiçara, apresentações de fandango, exposições de fotos dos sambaquis, artesanato, entre outros). Sugestão que fosse utilizado o espaço da antiga usina, onde também funcionaria o centro de visitantes. Sugestão de cobrança de uma taxa para manutenção.
6. A renda gerada pela cooperativa serviria para auxiliar a Associação dos Moradores, para problemas relacionados com manutenção, saúde, entre outros.
7. Para iniciar a Cooperativa faz-se necessário contar com um mínimo de 30 interessados.
8. Divulgação da Vila das Peças na Internet.
9. Possibilidade da utilização dos terrenos desapropriados pela União para a construção de campings.
10. A cooperativa faria um projeto onde pediria permissão à União para a construção de novos quartos. E busca de patrocínios ou parcerias, para a construção dos mesmos.
11. Verificar o Museu Caiçara de Cananéia, que poderá servir como exemplo.
12. Com a criação da Cooperativa, a atividade seria legalizada, podendo ocorrer a emissão de notas fiscais, e resolução de outros problemas burocráticos.
13. Criação de uma Associação de Pescadores, que fortaleceria a atividade, defenderia os direitos, faria emissão de documentos, entre outros.
14. Disponibilidade do Renato (morador da Ilha) na divulgação da Cooperativa para a comunidade, e apoio do IEPR, para a resolução de problemas burocráticos.

5.4.4.3 Grupo 4 – O Produto Ecoturístico Parque Nacional do Superagui

a) Restaurantes

1. Realização de Cursos como reaproveitamento dos alimentos e manipulação dos alimentos.
2. Valorização dos pratos locais, utilizar também nas cozinhas e restaurantes pratos que são feitos nas casas.
3. Aumentar a variedade dos pratos.
4. Divulgação dos novos cardápios.
5. Capacitação e credenciamento dos ambulantes, a ser feita pela Associação de Moradores. Utilização apenas da mão-de-obra local, para gerar renda e ter controle dos produtos oferecidos.
6. Utilização de camisetas, ou crachás para identificação dos ambulantes.

7. Criação de um quiosque, para serem servidos sucos e sorvetes, pois atualmente esse tipo de serviço é inexistente.
8. Maior envolvimento dos donos de restaurantes nas reuniões.
9. Ficha de avaliação dos serviços.

b) Pousadas

1. Melhorar a divulgação, através de *site* na Internet, panfletos, cartões.
2. Proposta de servir refeições na Pousada do Carlinhos.
3. Instalação de ducha externa.
4. Estabelecer parcerias com os barqueiros, para a realização de passeios.
5. Estabelecer parcerias com as equipes de artesanato, para a venda dos produtos nas pousadas.
6. Criação de uma Associação de Mulheres.
7. Utilização de uma ficha de sugestões para monitoramento dos serviços oferecidos.

c) Barqueiros e Condutores

1. Reciclagem dos Condutores e Capacitação de novos Condutores.
2. Estabelecer parcerias, e incentivar os moradores a realizarem passeios de barcos.

d) Atendimento e Hospitalidade

1. Falta de preparo de alguns moradores em receber os turistas, fornecendo informações incorretas. Sugere-se a sensibilização da comunidade para a atividade com o apoio da Associação de Moradores.

e) Higiene e Saúde

1. Sensibilizar o comércio local e moradores para a diminuição do uso de sacolas plásticas. Sugere-se que cada consumidor quando vá adquirir seus produtos, faça uso de uma sacola de tecido, plástico reforçado ou outro material resistente. Tal iniciativa irá gerar menos lixo.
2. Falta de lixeiras na escola, praia, restaurantes e trilhas.
3. Estabelecer um Programa de Assistência à Família, com utilização de um barracão, onde seriam desenvolvidas várias atividades, como marcenaria, biblioteca, artesanato. Contaria com apoio da Associação de Moradores e comunidade em geral.

4. Utilização de lixo reciclável para a confecção de brinquedos.
5. Utilização do espaço da antiga usina para outros fins, que não o armazenamento do lixo.

5.4.4.4 Grupo 5 – Geração de renda

1. Utilização da Internet para a divulgação do artesanato.
2. Oferecer produtos de qualidade.
3. Captação de fontes para matéria-prima.
4. Utilização de parcerias com pousadas, restaurantes para a venda do artesanato.
5. Realização de uma feira para a divulgação dos produtos.
6. Possibilidade de exposição dos produtos em Curitiba, em feira organizada pelo IEPR.
7. Oferecer produtos que tenham a identidade do local.
8. Critérios para as cobranças, padronização dos preços, de acordo com a qualidade.

5.4.5 Procedimentos para ações imediatas² e de curto prazo³ após o workshop

- a) Incorporar as propostas e sugestões, elaboradas durante o *workshop*, nos Planos de Ação (Apêndice II) e no Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças e região de entorno.
- b) Difundir as propostas para a comunidade em geral, através de informativos e painéis.
- c) Subsidiar a comunidade com informações necessárias à criação de uma Cooperativa.

² Imediata: Período compreendido entre o término do *workshop* e menos de 1 mês;

³ Curto prazo: de 1 a 6 meses.

5.5 TENDÊNCIAS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

5.5.1 Tendências do Programa de Ecoturismo

Segundo OMT (2003) há uma tendência de que o ecoturismo em muitos lugares onde tal prática é ainda um setor pouco específico, sua expansão dá-se em ritmo acelerado, o que o levará a se tornar mais importante num futuro próximo. Em muitos países o ecoturismo já é uma atividade bastante importante, chegando a contribuir com 5% a 10% do PIB nacional. Também há a tendência de que o ecoturismo seja praticado como um meio de justificar e atingir objetivos de conservação, sendo esta prática particularmente importante em áreas que disponham de recursos limitados para a implementação de programas de conservação. Com isto espera-se que os turistas se tornem mais sensíveis às questões ambientais e sociais, procurando visitar destinos bem projetados, evitando aqueles mal planejados e que tenham problemas ambientais e sociais.

Apesar disto, muitas áreas ainda nem sequer se deram conta do seu potencial no desenvolvimento ecoturístico (OMT, 2003).

Seguindo estas tendências o Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças, por estar baseado no tripé do Ecoturismo (conservação da natureza, melhoria da qualidade de vida e geração de renda), deverá propiciar oportunidades para que os visitantes, ao desenvolverem atividades recreativas, possam ao mesmo tempo receber informação ambiental que auxilie na criação ou aumento da consciência ecológica, além de beneficiar as comunidades envolvidas devido ao fato de utilizarem seus serviços, gerando renda.

A tendência, após a implementação do Programa é que:

- a) A diversidade natural do Parque Nacional do Superagui seja protegida;
- b) A qualidade do ambiente, principalmente nas áreas mais sensíveis onde a prática do Ecoturismo for implementada, respeitando os limites do Parque Nacional do Superagui, seja mantida ou aumentada, bem como a qualidade cênica e ambiental;
- c) O patrimônio cultural seja protegido e conservado;
- d) Através da pesquisa seja desenvolvido um melhor entendimento dos valores naturais e culturais, processos e impactos;
- e) A consciência e o entendimento sobre os valores naturais do Parque Nacional do Superagui sejam estimulados na comunidade;

- f) Promover oportunidades apropriadas e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades recreacionais;
- g) Enriquecer a experiência do visitante com programas de educação e interpretação;
- h) Desenvolver no público o entendimento sobre os princípios e valores da conservação;
- i) Mediante a análise das expectativas e satisfação do visitante em relação ao uso público o manejo seja aperfeiçoado;
- j) A segurança do visitante durante sua estada no Parque Nacional do Superagui, mediante a implantação de rotinas, seja garantida;
- k) Os objetivos de manejo sejam alcançados através da efetivação das normas e ações propostas e com o melhor custo-benefício.

5.5.2 Potencialidades de desenvolvimento do ecoturismo na Vila das Peças

Inúmeras são as potencialidades de desenvolvimento do ecoturismo na Vila das Peças, entre elas estão:

- a) Proximidade com as cidades de Paranaguá, Curitiba e Guaraqueçaba, e das Ilhas do Superagui, Ilha do Mel (Quadro 2) e Ilha do Pinheiro, além da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Sebuí;

QUADRO 2: PROXIMIDADE DA VILA DAS PEÇAS COM OUTRAS CIDADES.

A partir de	Vila das Peças
Curitiba	3 horas: (1,5 hora de carro) + (1,0 hora barco)
Paranaguá	(1,0 hora de barco)
Guaraqueçaba	(1,0 hora de barco)
Ilha do Mel	(0,5 hora de barco, saindo de Brasília)
Ilha do Superagui	(0,5 hora de barco, saindo da Vila do Superagui)

Barco: lancha rápida / voadeira; Carro de passeio.

- b) Possibilidade de integração com outros atrativos naturais como a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Salto Morato, Estrada da Graciosa, Parque Estadual do Pico do Marumbi, Museu Caiçara de Cananéia e Parque Estadual da Ilha do Cardoso;
- c) Início da ação de operadoras com a utilização de mão-de-obra local no serviço de condução de grupos;
- d) Grande diversidade de atrativos naturais e culturais;
- e) Linhas regulares de transporte marítimo com Paranaguá e Guaraqueçaba;
- f) Presença constante e facilidade em avistar botos muito próximos à praia e ao trapiche de chegada na Vila das Peças;

- g) Existência de sambaquis;
- h) Existência de grandes extensões de ambientes naturais primitivos, sem sinal de impacto humano;
- i) Beleza paisagística da Baía de Paranaguá, das praias, do Rio das Peças, do alto das torres;
- j) Possibilidade de desenvolver roteiros que combinam atrativos naturais, históricos e culturais;
- k) Existência, além da APA de Guaraqueçaba, de diversas áreas protegidas apropriadas para o ecoturismo, incluindo as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (do Itaquí, Cachoeira, Sebuí e do Salto Morato), do parque nacional do Superagui (áreas de visitação ainda são restritas e necessitam de um zoneamento e definição de uso a partir da elaboração do plano de manejo), Parque Estadual da Ilha do Mel;
- l) Diversidade de ambientes: praias, mangues, restinga, rios, baías;
- m) A biodiversidade local é uma das maiores do planeta;
- n) Espécies endêmicas na região de entorno (mico-leão-da-cara-preta no Superagui; e o papagaio-de-cara-roxa que utiliza toda a região);
- o) Possibilidade de despertar interesse por ecoturismo em públicos que visitam a região por outros motivos (pescaria esportiva, turismo científico, turismo de aventura, etc.);
- p) Ocorrência das populações de fauna de especial interesse turístico, tais como mico-leão-da-cara-preta, boto, papagaio-de-cara-roxa, com observação relativamente fácil;

5.5.3 Limitações ao desenvolvimento do ecoturismo na Vila das Peças

Embora a Vila das Peças disponha de inúmeros atrativos e potencialidades, existem alguns fatores limitantes que devem ser considerados para que a prática do ecoturismo se desenvolva em sua plenitude. Entre as principais dificuldades estão:

- a) Existência de pousadas e restaurantes em pequeno número e sem qualificação adequada;
- b) Cultura de trabalho em equipe incipiente;
- c) Poucos roteiros ecoturísticos devidamente autorizados pelo IBAMA;
- d) Inexistência de políticas públicas (municipais, estaduais e federais) para o ecoturismo na Vila das Peças;
- e) Pouca divulgação dos atrativos locais;

- f) Falta de organização voltada exclusivamente para o ecoturismo;
- g) Falta de envolvimento e apoio efetivo da Associação de Moradores;
- h) Inexistência do plano de manejo do Parque Nacional do Superagui, inviabilizando o uso de diversas áreas dentro do parque pela inexistência de um zoneamento que defina as atividades compatíveis e permitidas em cada zona.

5.6 POLÍTICA DE COBRANÇA DOS SERVIÇOS OFERECIDOS

Um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade, ao criar um produto ecoturístico, é definir preços justos, que não sejam demasiadamente caros para os ecoturistas e que possibilitem aos moradores locais o atendimento de suas necessidades. Esta preocupação é coerente com o conceito de Ecoturismo, do Ministério do Meio Ambiente (EMBRATUR/IBAMA, 1994), quando afirma que além da promoção da conservação deve propiciar o desenvolvimento econômico das populações. A mesma ideia é corroborada pela IUCN (1997) quando ressalta a importância do envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.

Neste sentido, algumas sugestões para facilitar a definição dos preços são listadas a seguir:

- a) Determinação das atividades passíveis de realização na Vila das Peças;
- b) Estimativa das demandas de uso público para estas atividades;
- c) Caracterização, a partir de roteiros pilotos, dos custos envolvidos para cada atividade;
- d) Elaboração de uma planilha de tempos e custos, considerando todas as pessoas da comunidade envolvidas em determinado roteiro e sua efetiva participação no conjunto de atividades;
- e) Determinação do custo médio por visitante para realizar um roteiro;
- f) Estimativa dos custos de manutenção/reposição de materiais e equipamentos;
- g) Estimativa de custos relativos à ampliação e melhoria de infraestrutura;
- h) Estimativa de custos a serem aplicados em cursos de capacitação/qualificação técnica para operação dos roteiros propostos.

5.7 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE ECOTURISMO

5.7.1 Gerenciamento comunitário

Os principais atores envolvidos no gerenciamento do Programa de Ecoturismo da Vila das Peças devem ser os próprios moradores. Esta visão de responsabilidades, no entanto, deve levar em conta que alguns dos atores são mais diretamente responsáveis do que outros que atuam de forma complementar ou indireta (WWF, 2003b).

O papel principal de gerenciamento deve ser assumido pelos grupos organizados da comunidade, para que de fato o programa seja de base comunitária. Os atores indiretos ou complementares devem ser representados pelas ONGs e instituições do setor público e privado, fortalecendo ações que sejam desenvolvidas pela comunidade.

O papel da comunidade basicamente deve centrar esforços nos seguintes aspectos (WWF, 2003b):

- a) Busca de uma melhor organização comunitária;
- b) Ter compromisso com as ações de desenvolvimento socioeconômico local;
- c) Estimular e cobrar dos órgãos competentes melhorias nas condições de vida de acordo com as prioridades sociais;
- d) Estimular e cobrar a criação de um Conselho de Ecoturismo, de caráter representativo e participativo, onde seja possível a realização de debates sobre política e gestão do ecoturismo em níveis regional e local;
- e) Cooperar com a conservação ambiental e com o respeito à cultura local;
- f) Atrair e organizar eventos em cultura, turismo, educação e conservação;
- g) Contribuir para a elaboração de um calendário de eventos e roteiros ecoturísticos;
- h) Unir todos os setores da comunidade para suprir as lacunas advindas da sazonalidade;
- i) Buscar por capacitação técnica em diferentes temas relacionados ao ecoturismo.

O principal papel das ONGs é de cooperar para estabelecimento dos seguintes aspectos (WWF, 2003b):

- a) Apoio técnico para melhor gestão do Programa de Ecoturismo e capacitação da comunidade, bem como no planejamento e conservação dos recursos naturais e culturais, e nas atividades de conscientização e educação da comunidade;

- b) Apoiar o desenvolvimento de campanhas que reconheçam o potencial ecoturístico da região;
- c) Contribuir para a articulação entre organizações governamentais e a comunidade;
- d) Auxiliar a comunidade na captação de recursos financeiros para o desenvolvimento do Programa de Ecoturismo.

Dentre as instituições governamentais com papéis decisivos para o sucesso do programa estão a prefeitura local, o governo do Estado, mediante a atuação das Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente, e o governo federal mediante o IBAMA.

Cabe a prefeitura local ações que envolvam (WWF, 2003b):

- a) Articular suas diferentes secretarias municipais para ações integradas no desenvolvimento do ecoturismo entre os setores de turismo, educação e meio ambiente;
- b) Implantar infraestrutura de saneamento, saúde e educação de forma satisfatória para as populações locais;
- c) Apoiar o planejamento e a conservação dos atrativos naturais e culturais onde a visitação for permitida;
- d) Apoiar atividades de conscientização e educação das comunidades;
- e) Criar e apoiar o Conselho Municipal de Ecoturismo;
- f) Apoiar as ações de organizações não governamentais locais em ecoturismo e meio ambiente por meio de convênios e parcerias;
- g) Apoiar as ações das comunidades no que tange ao desenvolvimento de atividades ecoturísticas.

Os governos estadual e federal desempenham também importantes papéis frente às comunidades e suas atividades, e devem ser responsáveis principalmente por (WWF, 2003b):

- a) Elaborar políticas públicas para a região com foco no ecoturismo;
- b) Implantar processos de planejamento regional participativo;
- c) Oficializar uma relação reconhecida da atuação dos grupos capacitados para atuarem com ecoturismo e, no caso específico da Vila das Peças, no Parque Nacional do Superagui;
- d) Investir na elaboração de planos de manejo e estabelecimento de um ordenamento para a visitação nas unidades de conservação da região;
- e) Investir em diagnósticos integrados do potencial ecoturístico;
- f) Abrir um espaço mais democrático para a gestão e o desenvolvimento de ações em

- ecoturismo e conservação;
- g) Apoiar a capacitação e a qualificação técnica das comunidades;
 - h) Apoiar o desenvolvimento de campanhas que reconheçam o potencial ecoturístico da região;
 - i) Contribuir para a articulação entre as organizações governamentais e não governamentais, bem como entre estas e a comunidade;
 - j) Apoiar a criação e participar ativamente do Conselho de Ecoturismo.

5.7.2 Conselho de Ecoturismo

Para que este programa alcance plenamente seus objetivos sugere-se a implantação de um Conselho de Ecoturismo, com caráter consultivo e deliberativo para as questões inerentes às atividades ecoturísticas na região, respeitadas todas as leis e normas que regem o manejo das unidades de conservação e a proteção dos recursos naturais e culturais da Vila das Peças e seu entorno.

O ecoturismo de base comunitária, como é o caso do presente estudo, não poderia deixar de realizar consultas prévias à comunidade para a formação deste Conselho, tamanha sua importância para a concretização das ações aqui apresentadas. Desta maneira, propõe-se uma reunião nos moldes do evento ocorrido no *Workshop* de Turismo Sustentável, ou seja, mediante convite às instituições e pessoas interessadas pelo desenvolvimento deste programa, para que das discussões e sugestões deste grupo maior possa ser formado o Conselho e indicadas suas principais atribuições. A criação de um Conselho de Ecoturismo, segundo EMBRATUR (2005) é uma ferramenta de diálogo permanente com a população, de esclarecimento e repasse de informações constante, e de incentivo do envolvimento comunitários com estas atividades. Além disto, pode ainda ajudar os moradores a descobrirem as oportunidades que se abrem com a implantação do ecoturismo.

Embora não sejam definidos, neste momento, os nomes dos representantes de instituições e pessoas físicas que irão compor o Conselho de Turismo, cabe ressaltar que o mesmo deverá prever a participação de uma variada gama de componentes, que assegurem sua representatividade. Para tanto deverá englobar o setor público (IBAMA, IAP, Prefeituras, Escolas etc.), setor privado (Operadoras de ecoturismo, empresas de transporte, etc.) e o terceiro setor (ONGs ambientalistas e ligadas à cultura caiçara, Associações de Moradores, etc.), além de prever a possibilidade de que pessoas físicas,

escolhidas através de votação possam, juntamente com os setores anteriormente citados, constituir um arcabouço de informações suficientemente sólido, que contribua na tomada de decisões e maximize os resultados obtidos com a implementação das ações colocadas em prática. Tais mecanismos devem necessariamente buscar o alcance de benefícios coletivos, que fortaleçam cada vez mais a atividade ecoturística na Vila das Peças.

5.8 PROPOSTAS DE SUB-PROGRAMAS

5.8.1 Subprograma de conservação dos recursos naturais e culturais

5.8.1.1 Objetivo

- a) Garantir a proteção dos recursos naturais e culturais da Vila das Peças e seu entorno.

5.8.1.2 Atividades

- a) Levantamento dos recursos naturais e culturais, e seu respectivo monitoramento, para que impactos negativos possam ser rapidamente eliminados ou minimizados.

5.8.1.3 Normas

- a) As ações de manejo deverão ser tomadas pelos órgãos competentes, legalmente autorizados à condução do processo de proteção.

5.8.1.4 Propostas de projetos

- a) Projeto de Valorização da Cultura Caiçara
- b) Projeto Sambaquis
- c) Projeto Artesanato
- d) Projeto Fandango
- e) Projeto de Conservação dos Recursos Naturais

5.8.2 Subprograma de Recreação e Interpretação

5.8.2.1 Objetivos

- a) Atingir um público-alvo diversificado, através da oferta de diferentes opções de recreação em contato com o ambiente natural;

- b) Proporcionar, aos visitantes, oportunidades de recreação em ambiente natural, compatíveis com os objetivos de manejo e recursos do Parque Nacional do Superagui, associadas à informação e interpretação ambientais;
- c) Garantir a segurança dos visitantes e condutores.

5.8.2.2 Atividades

- a) Para garantir o melhor uso será realizado um controle e monitoramento das alterações ambientais decorrentes da visitação, da infraestrutura disponibilizada para o visitante, e da satisfação do mesmo em relação à qualidade da visitação (atendimento dos condutores e demais pessoas que tenham contato com o visitante; qualidade das informações contidas nas placas, painéis e folhetos), visando o enriquecimento da experiência ambiental do visitante.

5.8.2.3 Normas

- a) Os visitantes, ao chegarem ao Parque Nacional do Superagui, serão cadastrados e informados dos procedimentos e normas de visitação e segurança;
- b) Todas as atividades deverão necessariamente ser compatíveis com os objetivos de manejo do Parque Nacional do Superagui;
- c) As visitas de grupos deverão ser, preferencialmente, agendadas com antecedência;
- d) Sistema de sinalização e interpretação deve propiciar o enriquecimento da experiência ambiental do visitante, além de integrar-se à paisagem;
- e) Para garantir que as atividades de uso público sejam benéficas tanto ao visitante como ao parque, os funcionários do IBAMA e os moradores diretamente envolvidos com os visitantes deverão receber treinamento específico para cada caso (manejo de visitantes; primeiros-socorros);
- f) Nenhuma atividade de cunho religioso, ligada a qualquer seita ou religião, ou ainda político-partidária, poderá ser desenvolvida no interior do Parque Nacional do Superagui.

5.8.2.4 Propostas de projetos

- a) Trilha da Torre
- b) Caminhada na Praia
- c) Rio das Peças
- d) Observação da fauna
- e) Observação da flora

5.8.3 Subprograma de Educação Ambiental

5.8.3.1 Objetivos

- a) Auxiliar na formação de cidadãos com uma consciência conservacionista, mediante desenvolvimento de atividades que reforcem a importância do Parque Nacional do Superagui em um contexto regional e nacional.
- b) Tornar compreensível ao visitante a importância da adoção de técnicas de mínimo impacto, para garantir a manutenção dos recursos naturais e, conseqüentemente, assegurar o uso indireto destes mesmos recursos pelas gerações futuras.

5.8.3.2 Atividades

- a) Produzir e distribuir folhetos educativos sobre Parque Nacional do Superagui e sobre o meio ambiente;
- b) Contatar escolas para divulgar os objetivos e atividades do Parque Nacional do Superagui;
- c) Orientar, incentivar, monitorar e avaliar a aplicação das técnicas de mínimo impacto por parte dos visitantes;
- d) Treinar os guardas-parques, estagiários e voluntários para aplicação de técnicas de mínimo impacto e orientação ao visitante;
- e) Disponibilizar, através de painel instalado no trapiche de chegada à Vila das Peças, informações sobre as técnicas de mínimo impacto;
- f) Fornecer informações detalhadas sobre técnicas de mínimo impacto a todas as pessoas que acamparem no Parque Nacional do Superagui;
- g) Vistoriar periodicamente as áreas de uso público para identificar a necessidade de intensificar o treinamento em técnicas de mínimo impacto.

5.8.3.3 Normas

- a) A permissão para acampamento somente deverá ser fornecida após o conhecimento dos campistas sobre as técnicas de mínimo impacto e da assinatura de um Termo de Conhecimento e Aceitação das mesmas.

5.8.3.4 Propostas de projetos

- a) Projeto Educação para o Mínimo Impacto
- b) Projeto Escola no Parque Nacional do Superagui

5.8.4 Sub-programa de Monitoramento

5.8.4.1 Objetivos

- a) Implementar um sistema de monitoramento periódico do uso público, verificar as causas dos impactos da visitação, e propor estratégias de manejo para controlar ou minimizar os impactos.

5.8.4.2 Atividades

- a) Selecionar indicadores e implementar o monitoramento de uso público;
- b) Criar fichas de monitoramento e um banco de dados, para ser alimentado com as informações de todas as atividades pesquisadas através do monitoramento;
- c) Capacitar funcionários do Parque Nacional do Superagui e/ou moradores locais para a realização de atividades de monitoramento.

5.8.4.3 Normas

- a) Apenas pessoas capacitadas previamente por órgãos competentes poderão realizar atividades de monitoramento, de maneira a garantir a fidelidade dos dados obtidos e sua aplicação posterior.

5.8.4.4 Propostas de projetos

- a) Monitoramento da satisfação dos visitantes;
- b) Monitoramento da fauna;
- c) Monitoramento da flora;
- d) Monitoramento de trilhas;
- e) Normas e procedimentos para operação de serviços

5.8.5 Sub-Programa de Capacitação

5.8.5.1 Objetivos

- a) Proporcionar aos moradores da Vila das Peças e da região de entorno a capacitação necessária para atuarem com ecoturismo;
- b) Estimular a busca da melhoria dos serviços prestados, mediante a capacitação e reciclagem de conhecimentos.

5.8.5.2 Atividades

- a) Planejar e ofertar cursos de capacitação com profissionais experientes do mercado;
- b) Elaborar cursos com programações compatíveis com as características da região.

5.8.5.3 Normas

- a) Todos os cursos deverão ser gratuitos ou subsidiados em sua maior parte, priorizando a participação da comunidade da Vila das Peças e demais comunidades do entorno;
- b) Interessados que não sejam moradores da região poderão participar dos cursos, mas pagarão valores diferenciados.

5.8.5.4 Propostas de projetos

a) Cursos de capacitação:

a.1) TEMA 1: ECOTURISMO

- a.1.1) Conteúdo: Ecoturismo; Elaboração de Roteiros Ecoturísticos.
- a.1.2) Carga horária: 24 horas - aula
- a.1.3) Custos estimados: R\$ 12.000,00

a.2) TEMA 2: INFRA- ESTRUTURA E SERVIÇOS

- a.2.1) Conteúdo: Bioarquitetura; Atendimento de visitantes; Pousadas; Condução em trilhas; Embarcações Ecoturísticas; Bares e Restaurantes.
- a.2.2) Carga horária: 36 horas- aula
- a.2.3) Custos estimados: R\$ 18.000,00

a.3) TEMA 3: TRILHAS

- a.3.1) Conteúdo: Planejamento, construção e manutenção de Trilhas; Interpretação Ambiental.
- a.3.2) Carga horária: 24 horas- aula
- a.3.3) Custos estimados: R\$ 12.000,00

a.4) TEMA 4: BIODIVERSIDADE

- a.4.1) Conteúdo: Ecossistemas da Floresta Atlântica; Perda de Biodiversidade; Espécies Raras, Endêmicas e Ameaçadas na região.
- a.4.2) Carga horária: 24 horas - aula
- a.4.3) Custos estimados: R\$ 12.000,00

a.5) TEMA 5: OBSERVAÇÃO DE FAUNA

a.5.1) Conteúdo: Observação de Cetáceos; Observação de Aves; Observação de Primatas; Condução de grupos de observadores.

a.5.2) Carga horária: 24 horas- aula

a.5.3) Custos estimados: R\$ 12.000,00

a.6) TEMA 6: ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS

a.6.1) Conteúdo: Artesanato; Permacultura; Reciclagem de lixo.

a.6.2) Carga horária: 24 horas- aula

a.6.3) Custos estimados: R\$ 12.000,00

a.7) TEMA 7: GESTÃO DE NEGÓCIOS

a.7.1) Conteúdo: Planos de Negócios; Estudos de Mercado; Marketing do Produto.

a.7.2) Carga horária: 36 horas- aula

a.7.3) Custos estimados: R\$ 18.000,00

a.8) TEMA 8: HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

a.8.1) Conteúdo: Recepcionista; Camareira; *Barman*; Garçom; Cozinheiro e Auxiliar de Cozinha; Gerente de Pousada.

a.8.2) Carga horária: 36 horas/aula

a.8.3) Custos estimados: R\$ 18.000,00

a.9) TEMA 9: PRIMEIROS-SOCORROS

a.9.1) Conteúdo: Técnicas de primeiros-socorros; Salvamento marítimo; Equipamentos necessários.

a.9.2) Carga horária: 36 horas/aula

a.9.3) Custos estimados: R\$ 18.000,00

5.8.6 Sub-Programa de Saneamento e Destinação de Resíduos

5.8.6.1 Objetivos

a) Contribuir para a destinação adequada dos resíduos sólidos na Vila das Peças.

5.8.6.2 Atividades

a) Contribuir para o estabelecimento de uma política municipal de destinação de resíduos sólidos;

b) Propor um modelo de gestão para os resíduos sólidos na Vila das Peças;

- c) Elaborar um plano de ações que estabeleça prioridades e estimativas do montante de recursos necessários para a execução das intervenções/ações;
- d) Levantar as situações de risco do ponto de vista ambiental e de saúde pública para a comunidade local e para os visitantes;

5.8.6.3 Propostas de projetos

- a) Tratamento de esgoto por sistema de raízes;
- b) Compostagem doméstica.

5.8.7 Sub-programa de Divulgação

5.8.7.1 Objetivos

- a) Efetivar a divulgação do Parque Nacional do Superagui e promover o conhecimento de seus recursos naturais ao público em geral.

5.8.7.2 Atividades

- a) Confeccionar e distribuir material de divulgação sobre o Parque Nacional do Superagui, como folhetos, cartazes, vídeo, CD-ROM, site na internet;
- b) Implantar um posto de informações em Paranaguá, que divulgue os atrativos da Vila das Peças e entorno;
- c) Estabelecer parcerias com agências de turismo e outras instituições, para divulgação da região.

5.8.7.3 Normas

- a) Os materiais de divulgação deverão priorizar aspectos conservacionistas e culturais, para que se garanta a perpetuidade dos recursos naturais e da cultura caiçara.

5.8.7.4 Propostas de projetos

- a) Projeto de Divulgação da Cultura Caiçara.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As análises realizadas ao longo deste trabalho permitiram concluir que:

- a) A atividade de ecoturismo é capaz de estimular moradores de comunidades rurais para serem empreendedores e donos de seus próprios negócios, pois diversos exemplos bem sucedidos já estão consolidados em nosso país, como é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, na cidade de Tefé – Amazonas, ou ainda o município de Bonito – Mato Grosso do Sul, conhecido internacionalmente pela transparência das águas de seus rios e pelo sistema integrado entre proprietários das fazendas, prefeitura e condutores;
- b) As técnicas participativas, tanto na execução das oficinas como na elaboração do inventário dos atrativos naturais, infraestrutura, perfil dos visitantes e execução do seminário, foram ferramentas importantes durante todo o processo, por seu caráter dinâmico e enriquecedor, e por estimular a comunidade local a participar do planejamento do Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças;
- c) A Vila das Peças apresenta inúmeras características próprias, como riqueza cultural; belezas cênicas; localização geográfica privilegiada; existência de espécies da fauna ameaçadas de extinção, que podem ser enfocadas para sensibilizar e auxiliar na formação de uma consciência ecológica, etc.;
- d) A comunidade tem consciência dos patrimônios naturais e culturais existentes na Vila das Peças, que podem ser utilizados de maneira a beneficiar tanto os moradores locais como os visitantes, em harmonia com a conservação da natureza;
- e) Terão melhores resultados novos projetos que, já em um primeiro momento, possam gerar algum recurso econômico para os moradores;
- f) O ICMS Ecológico pode vir a ser uma fonte de recursos para o Programa de Ecoturismo, seja de forma contínua ou eventual, como no caso de catástrofes como o derramamento de óleo em 2004, direcionando parte do recurso disponibilizado ao município para amparar as famílias vítimas de catástrofes ambientais;
- g) A Ilha das Peças apresenta diversas espécies carismáticas, como o papagaio-de-cara-roxa e o boto, que têm forte apelo frente à comunidade local, e associar um programa de ecoturismo que ressalte a importância destas, e de outras espécies ocorrentes na Ilha das Peças e entorno do Parque Nacional do Superagui, pode motivar um público-alvo desejável para visitaçãõ nestas áreas;
- h) As oficinas configuraram-se como veículos eficazes para multiplicar e disseminar de

maneira objetiva, conhecimentos, valores e princípios conservacionistas, estimulando o interesse dos participantes em conhecer e aprender outros temas ligados à conservação da natureza;

- i) A parte prática das oficinas favoreceu a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos e facilitou a integração dos participantes, sendo possível vivenciar as ações necessárias para o planejamento e o atendimento de visitantes;
- j) Através das oficinas foi possível desenvolver o senso crítico dos participantes quanto aos impactos sobre o ambiente, bem como alternativas para minimizá-los;
- k) A organização das pessoas em torno de um objetivo comum estimulou a ideia de criação de uma Associação de Ecoturismo;
- l) As oficinas propiciaram um resgate cultural (jogo de Balin; fandango; lendas) que podem ser utilizados no Programa de Ecoturismo;
- m) Os moradores apresentaram um grande interesse em aprender coisas novas e também uma grande criatividade para planejar atividades ligadas ao ecoturismo, o que implica na necessidade de realizar novas capacitações e/ou reciclagens periódicas, garantindo um aprofundamento de conhecimento ainda maior, além de possibilitar a adaptação de técnicas aplicadas em outras áreas para a realidade local;
- n) O conhecimento adquirido durante o processo já pode ser utilizado de maneira a gerar um melhor atendimento aos visitantes, e os valores em relação aos temas ambientais foram fortalecidos através da discussão e conscientização da importância que estes representam para o presente e o futuro da Vila das Peças.
- o) O resgate do fandango é um atrativo que diferencia a região das demais que não possuem esta tradição;
- p) O envolvimento entre jovens, adultos e os moradores mais antigos para operar a atividade de ecoturismo fornece uma experiência enriquecedora para os visitantes.

O presente trabalho recomenda ainda que:

- a) A divulgação dos atrativos / roteiros deve ser gradativa, considerando que o plano de manejo do Parque Nacional do Superagui ainda não foi elaborado;
- b) A comunidade busque maior articulação para exigir que o poder público cumpra com suas obrigações constitucionais, fortalecendo a atividade ecoturística local;
- c) A comunidade deve reforçar os aspectos ecoturísticos que a diferenciam das demais regiões para que os visitantes tenham motivação para conhecê-la e queiram retornar outras vezes.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYRES, J. M.; G. A. B. FONSECA; A. B. RYLANDS; H. L. QUEIROZ; L. P. PINTO; D. MASTERSON; R. B. CAVALCANTE. 1997. Programa piloto para a proteção das florestas tropicais brasileiras. **Workshop Floresta Atlântica e Campos Sulinos**. MMA/ IBAMA. Brasília, DF.
- BINELLI, A. A.; A. M. de PINHO; T. C. MAGRO, 1997. Adaptação do método de Miguel Cifuentes para determinação da capacidade de carga em trilhas do município de Brotas / SP. Anais Vol. 2. **I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba, Paraná. p. 358-369.
- BIODIVERSITY SUPPORT PROGRAM. 1995. **Biodiversity in the Balance: Approaches to Setting Geographic Conservation Priorities**. A USAID-Funded Consortium of World Wildlife Fund, The Nature Conservancy, and World Resources Institute. 13 p.
- BOO, E. 1990. **Ecotourism: The potentials and pitfalls**. Washington, DC: Word Wildlife Fund, 2 vols.
- BRANDON, K. 1996. Ecotourism and conservation: A Review of Key Issues. Toward Environmentally and Socially Sustainable Development. **Biodiversity Series**. Paper nº 033. 69 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Planejamento Participativo: um instrumento de combate à fome. **Comunidade Solidária: Curso de Capacitação**. v.2, Brasília. p. 108-145.
- CARVALHO, J. L. de; M. de J. ROBIM; R. STARRZINSKI; M. de A. FONTES. 2000. A influência do pisoteio em algumas propriedades físicas do solo na trilha da praia sul do Parque Estadual da Ilha Anchieta. Anais Vol. 2. **II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. p. 306-312.
- CI. CONSERVATION INTERNATIONAL. 2003. Planejamento participativo. Disponível em www.conservation.org.br. Acesso em 12 de novembro de 2003
- DINERSTEIN, E., D.M. OLSON, D.J. GRAHAM, A. V. WEBSTER, S. A. PRIMM, M. P. BOOKBINDER; G. LEDEC. 1995. **Una evaluación del estado de conservación de las ecoregiones terrestres de América Latina y el Caribe**. Publicado en colaboración con el Fondo Mundial para la Naturaleza, Banco Mundial, Washington, D.C.
- EAA. ECOTOURISM ASSOCIATION OF AUSTRALIA. 1998. Code of Practice for Ecotourism Operators. Disponível em <http://www.bigvolcano.com.au/ercentre/eaacode.htm>. Consultado em 25 de abril de 2003.
- ECOPLAN:NET INSTITUTE. 1994. **Princípios do Ecoturismo**. Disponível em <http://www.ecoplanet.com>. Acesso em 20 de maio de 2004.
- EMBRATUR. 1994. **Manual de Ecoturismo**. Commission des communautés européennes.

- EMBRATUR. 2005. **Conselho de Ecoturismo**. Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/mintur/br/ministerio/estrutura/conselho.cfm>. Acesso em 11 de abril de 2005.
- EMBRATUR/IBAMA. 1994. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial – MICT/MMA. Brasília.
- FENNEL, D. A. 1998. Ecotourism in Canada. **Annals of Tourism Research**. 25(1): 231-234.
- FUNATURA. FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA. 1989. **Sistema nacional de unidades de conservação (SNUC): aspectos conceituais e legais**. Brasília: IBAMA/Funatura. 82 p.
- GATTI, G. A. 2000. **Composição florística, fenologia e estrutura da vegetação de uma área em restauração ambiental – Guaraqueçaba, PR**. Paraná: UFPR. 114 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná.
- GUTIÉRREZ, F. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. **Educação comunitária e Economia popular**. Cortez Editora, São Paulo, 1993, p. 23-33 .
- HETZER, N. D. 1965. Environment, tourism, culture. **Ecosphera**. 1(2): 1-3.
- HIGGINS, B. R. 1996. The global structure of the nature tourism industry: ecotourists, tours operators, and local businesses. **Journal of Travel Research**. 35(2): 11-18.
- HONEY, M. 1999. **Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?** Washington, DC. Island Press.
- HVENEGAARD, G. T. 1994. Ecotourism: a status report and conceptual framework. **Journal of Tourism Studies**. 5(2): 24-35.
- IBAMA. 2005. **Parque Nacional do Superagui**. Disponível em www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/69.htm. Acesso em 08 de fevereiro de 2005.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2001. **Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/munic2001/index.htm>. Acesso em 17 de maio de 2005.
- IESB. INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA. 2005. **Ecoparque de Una, Bahia, Brasil**. Disponível em <http://www.iesb.org.br/areas/ecoturismo/ecoparque.htm>. Acesso em 13 de abril de 2005.
- IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. 1990. **Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba**. Ipardes/Fundação Edison Vieira. Curitiba, Paraná. 2 vols.
- ITO, M; A. C. B. BOTELHO; F. FRANCO; H. NONATO; J. FLORES; M. RAPOSO; F. A. NATAL; M. SALVIANO. 2004. Fortalecimento do protagonismo e participação de grupos comunitários e organizações locais na conservação do remanescente de Mata Atlântica na RPPN Mata do Sossego e seu entorno, Simonésia, Minas Gerais, Brasil. Anais Vol. 1. **IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba, Paraná. p. 39-44.

- IUCN. THE WORLD CONSERVATION UNION. 1997. Resolutions and Recommendations. **World Conservation Congress**, Montreal, Canada, 13-23 October 1996. p. 60.
- KADOTA, D. K. ; W. A., RABAHY. 2003. Conta Satélite de Turismo no Brasil: método de avaliação do impacto econômico do turismo. **Turismo Em Análise**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 65-84.
- KINKER, S. 2002. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas, SP: Papirus. 224 p.
- MARGARIDO, T. C. C.; L. C. M. PEREIRA; P. A. NICOLA. 1997. Diagnóstico da Mastofauna terrestre na APA de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. **Anais do I Congresso de Unidades de Conservação**. Curitiba/ PR. p. 861-874.
- MÉTODOS, 2005. Metodologia: Planejamento participativo. Base de dados disponível em <http://www.participando.com.br/metodologia/metodologia.asp> Acesso em 05 de janeiro de 2005.
- MIKICH, S. B.; R. S. BÉRNILS. 2004. **Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná**. Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba.
- MILLER, M. L. 1989. **Planning National Parks for Ecodevelopment: Methods and Cases from Latin America**. Washington DC: Peace Corps.
- MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.
- MOORE, A.; A. DRUMM; J. BEAVERS. 2000. Plan de manejo para el desarrollo del ecoturismo en el Parque Nacional Sierra del Lacandón. **Serie de Coediciones Técnicas** N°. 15. Consejo Nacional de Areas Protegidas (CONAP), Fundación Defensores de la Naturaleza, The Nature Conservancy.
- MORI, S. A.; BOOM, B. M. & PRANCE, G. T. 1981. Distribution patterns and conservation of eastern Brazilian coastal forest tree species. **Brittonia**. 33(2): 233-245.
- MYERS, N.; MITTERMEYER, C.; FONSECA, G. A. & KENT, J. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**. 403: 853-858.
- NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. 2000. Ecoturismo: Discurso, Desejo e Realidade. **Turismo em Análise**, São Paulo, 11 (2):98-110.
- NASH, R. 1982. **Wilderness and the American**. Mind, New haven: Yale University Press.
- NELSON, J. G. 1994. The spread of ecotourism: some planning implications. **Environmental Conservation**. 21(1): 248-255.
- NIEFER, I.; J. C. L. G. da SILVA. 1999. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos da Biodiversidade**, v.2, n.1, jul. p.53-61.
- OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. 2003. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman. 168 p.
- ORAMS, M. B. 1995. Towards a more disable form of ecotourism. **Tourism Management**. 16(1): 3-8.

- PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. 2001. **Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Estado do Paraná: sob a ótica da sustentabilidade**. Curitiba, PR. 20 p.
- PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. 1995. **Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná**. Curitiba: SEMA/ GTZ. 139 p.
- REDEDLIS. REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. 2004. Planejamento estratégico. Disponível em www.rededlis.com.br. Acesso em 17 de maio de 2004.
- REIS, A.; R. M. ZAMBONIN; E. M. NAKAZONO. 1999. Recuperação de áreas florestais degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal. **Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Caderno n.º 14, 42 p.
- RIBAS-LANGE, M. B. 1997. Programa Guaraqueçaba – seis anos de atuação da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná. Anais Vol. 2. **I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba, Paraná. p. 684-695.
- RUSCHMANN, D. v. d. M. A ética nos serviços ecoturísticos. 1998. Turismo - Visão e Ação - v.1 - n.1 - p.09-17.
- SALVATI, S. S. 2002a. **Ecoturismo no pantanal brasileiro e boliviano: estudos de políticas e alternativas sustentáveis**. São Paulo: Prolam / USP. 139 p. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo.
- SALVATI, S. S. 2002b. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: **Diálogos entre a esfera global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Peirópolis.
- SEMA/ PRÓ-ATLÂNTICA. 2002. Atlas de vegetação do Estado do Paraná. Disponível em www.pr.gov.br. Acesso em 10 de setembro de 2002.
- SMA. 1996. Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas. **Workshop científico sobre a Mata Atlântica**. Belo Horizonte – MG.
- SNUC. 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.
- SOARES, M. C. C.; N. BENSUSAN; P. S. F. NETO. 2002. **Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de experiências de UCs de proteção integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO. Série Estudos FUNBIO; n. 4. 112 p.
- SPVS. SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 1992. **Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. Vol. I. Curitiba, Paraná. 83 p.
- SPVS. SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 1999. **Imagem de satélite do Parque Nacional do Superagui**. 1:300.000. LabSIG / SPVS.

- SPVS. SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 2000. **Atlas Ambiental da APA de Guaraqueçaba**. 2ª edição. 47 p.
- TERBORGH, J.; C. van SCHAIK; L. DAVENPORT; M. RAO. 2002. **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR / Fundação O Boticário. 518 p.
- TIES. SOCIEDADE INTERNACIONAL DE ECOTURISMO. 1998. **Ecotourism statistical fact sheet**. N. Bennington, Vermont: Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES).
- TNC. THE NATURE CONSERVANCY. 2002. **Ecotourism Development – A Manual Series for Conservation Planners and Managers**. Volume 1. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA.
- TOLEDO, V.; S. MITRAUD. 2003. Participação comunitária e parceria. In: WWF. WORLD WILDLIFE FUND. 2003a. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Capítulo 3.11, p. 379-398.
- VIDOLIN, G. P. 2004. **Aspectos bio-ecológicos de *Puma concolor*, *Leopardus pardalis* e *Leopardus tigrinus* na Reserva Natural Salto Morato, Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná. 82 p.
- WWF. WORLD WILDLIFE FUND. 2003a. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. 442 p.
- WWF. WORLD WILDLIFE FUND. 2003b. **Sociedade e Ecoturismo: Na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica**. Vitae Civilis e WWF Brasil; São Paulo: Peirópolis. 144 p.

ANEXO I: MODELOS DE FICHAS SUGERIDOS PELA WWF (2003a).

INFRAESTRUTURA

Data Hora Pesquisador

OUTROS SERVIÇOS

DADOS GERAIS

Região

Tipo do serviço

Nome do estabelecimento

Nome do proprietário

Endereço Bairro

Município Distrito UF

Telefone FAX

Horário de funcionamento

Descrição do serviço

ATRATIVOS TURÍSTICOS

Data Hora Pesquisador

ÁGUAS

Cachoeira Lago Riacho Poço Córrego Mina

N.º de quedas Altura da maior queda m

Largura máxima m Desnível total m

Extensão do lago Km Profundidade máxima m

Cor Escura Azul Verde Transparência Turva Cristalina

Temperatura Quente Fria Muito fria Natural Mergulho Sim Não

Balneabilidade Ótima Boa Ruim Inexistente

Possibilidade de banho

Características da paisagem

Outras possibilidades recreacionais

Obs.

ATRATIVOS TURÍSTICOS

Data Hora Pesquisador

CADASTRO

REGIÃO

TIPO DE ATRATIVO

Águas Mirantes Cavernas Hist. / Cult. / Espiritualistas

Subtipo

Nome do atrativo

Visitado Não visitado

Endereço Bairro

Município Distrito UF

CEP Fone FAX

Localid. mais próxima Distância

Longitude Latitude Altitude (m) Cód. Microbacia

Microbacia Sit. Institucional

PESSOAL

Nome do Proprietário

Endereço Bairro

Município UF CEP

Fone FAX Nascido no município? Sim Não

Reside no município? Sim Não Há quantos anos?

Número de funcionários? Nativos Não nativos Total

ACESSOS

Rodoviário Pavimentado km Não pavimentado km

Condições Bom Regular Ruim

Hidroviário km Rio Lago Embarcadouro

Navegação Grande porte Pequeno porte Remo Embarcadouro

Transporte coletivo Sim Não Obs

Transporte aéreo Sim Não Obs

Observações Gerais

Trilhas internas km Interpretativas? Sim Não

Grau de resistência do atrativo Frágil Estável Resistente

Trilha Km Tempo Grau de dificuldade Alto Médio Baixo

Obs

VISITAÇÃO

Acessibilidade ao atrativo Permanente Temporário De mês Até mês

Tempo necessário para conhecer horas Nª turistas/guia

Capacidade de carga

Estação Chuvosa N° de pessoas Atrativo

N° de grupos Atrativo
Capac. final _____ pessoas

Estação Seca N° de pessoas Atrativo

N° de grupos Atrativo
Capac. final _____ pessoas

Risco de acidentes Alto Médio Baixo

Queda Escorregadio Animais Peçonhentos Afogamento Outros

Meses de maior visitação

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Número médio de visitantes / dia Alta temporada / feriados Baixa temporada

Horário de funcionamento Alta temporada / feriados Baixa temporada

Dias Seg Ter Qua Qui Sex Sab Dom

Taxa de entrada Sim Não **Custo** Alta temporada Baixa temporada

ESTRUTURA

Infraestrutura Sanitários Esgoto público Fossa séptica Fossa negra Portaria

Escoamento Eletricidade Portaria Sinalização Sistema de trilha Lixeiras

Outros _____

Serviços Guias Interpretação Folheteria Alimentação Receptivo

Bebidas Hospedagem Camping Comunicação Souvenirs

Aluguel de equipamentos Quais? _____

Obs. _____

Estrutura física Rebocado Sim Não

Revestimento Cimento queimado Chapisco Madeira Cimento Tinta Outros

Sanitários Rebocado Sim Não

Revestimento Azulejo Cimento queimado Chapisco Madeira Cimento Tinta Outros

Ventilado Sim Não

Telhas Cerâmica Amianto Cimento Zinco Palha NDA

Destino do Lixo Coleta municipal Separa Leva p/ cidade Queima Enterra Recicla

Alimenta animal Compostagem NDA Obs. _____

IMPACTOS

Impactantes

	Alto	Médio	Baixo	Nenhum
Turismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pecuária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acessos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Impactados

	Alto	Médio	Baixo	Nenhum
Água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vegetação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paisagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cultura Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mata Ciliar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUESTIONÁRIO PARA VISITANTES

Data Hora Pesquisador

PERFIL DO VISITANTE

Região Alta temporada Baixa Temporada

Local Feriado Final de semana Dias úteis

Origem UF

Sexo Masculino Feminino Idade

Estado Civil Solteiro Casado Desquitado / divorciado Viúvo Outros

Com quem está viajando? Sozinho Um casal Casal com filhos Família Família e amigos

Grupo de amigos Grupo de estudo Excursão Outros

Se não está sozinho, qual o sexo e a idade das pessoas viajando com o visitante?

Sexo Masculino Feminino

Idade 0 à 15 16 à 21 22 à 40 41 à 60 61 ou +

Gasto médio por pessoa por dia

Local de hospedagem Hotel / pousada Casa aluguel Casa de veraneio própria

Camping Com parentes / amigos Outro

Motivo da viagem De passagem Negócios Visitando amigos / família Turismo

Estudo / pesquisa Outros

Já visitou esta região? Sim Não

Quantas vezes, incluindo esta? Segunda visita entre 3 e 5 Mais de 5

Tempo médio de permanência? Dias

Épocas de visitação Feriados Finais de semana Férias Dias úteis

Como ficou sabendo sobre esta região? Vídeo Televisão Rádio Jornal

Revista Livros Parentes / amigos Outras pessoas Folhetos Agência de viagem

Placas / outdoor na estrada Outros _____

Experiência vivida na região atendeu as expectativas? Sim Não

Grau de instrução? Sem escolaridade 1º grau 1º grau incompleto 2º grau

2º grau incompleto Superior incompleto Superior completo Mestrado Doutorado

Profissão

Emprego privado Emprego público Profissional liberal Empresário Estudante

Renda Pessoal Até 1 salário mínimo 1 à 2 salários Entre 3 a 5 5 a 10

Mais de 10 salários mínimos

Durante a visita na região, com quais atividades você se envolverá mais?

Caminhar Relaxar / descansar Aprender sobre a região Tomar banho em ambiente natural

Atividades Náuticas Esoterismo / misticismo Visitar cavernas Apreciar a natureza

Estudar O que? _____ Outra atividade Qual? _____

PERCEPÇÃO DO VISITANTE

Para cada afirmação abaixo, marque a que melhor descreve sua opinião: (em caso de desconhecimento, deixar em branco).

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Acessos à região	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acessos aos atrativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade ambiental dos atrativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Infraestrutura da cidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Infraestrutura dos atrativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Meios de Hospedagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alimentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Patrimônio Histórico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hospitalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entretenimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diversidade de programas / produtos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limpeza urbana	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limpeza dos atrativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinalização nas rodovias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinalização nos atrativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aparência da cidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iluminação Pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Latões de lixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços médicos / hospitalares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O que mais impressionou o turista durante o passeio à região?

O que mais gostaria de aprender a respeito do local visitado? (ESCOLHA APENAS TRÊS)

Aves Geologia Geografia Plantas Animais Hidrologia História Paisagem

Esoterismo / misticismo Outros _____

Gostaria de obter mais informações sobre o local? Sim Não

Se SIM, como gostaria de obter informações sobre o local? (ESCOLHA APENAS CINCO)

Palestras noturnas Palestras diurnas Apresentação de slides Mapas Exposições

Vídeo / cinema Caminhada com o guia TV/Rádio/Jornais Folhetos

Guia (livro) Balcão de informações Funcionários Outras _____

Até este momento, já encontrou guia da região? Sim Não

Aonde conheceu o guia? No hotel / pousada / camping Em um restaurante Na rua

Na entrada do parque CAT (Centro de Atendimento ao Turista) Já conhecia o guia Outros

Pretende voltar à região? Sim Não

Indicaria este passeio a seus amigos / parentes? **Sim** Não

Se NÃO, ou tem restrições, por que?

Algum outro comentário que gostaria de fazer sobre a visita à região e / ou à comunidade? (Use o verso da ficha, se precisar).

PREENCHIMENTO OPCIONAL PARA BANCO DE DADOS

Nome

Endereço **Bairro**

Cidade **UF** **CEP**

Fone **FAX**

APÊNDICE I: MODELO DE ROTEIRO PARA DISCUSSÃO DURANTE O WORKSHOP DE TURISMO SUSTENTÁVEL

FORMAÇÃO DE 5 GRUPOS DE DISCUSSÃO COM OS SEGUINTE TEMAS:

- a) Articulação institucional
- b) Como implementar o Programa de Ecoturismo?
- c) Comunicação
- d) Produto ecoturístico Parque Nacional do Superagui
- e) Geração de renda.

ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA CADA TEMA:

1. Articulação institucional

Integração de roteiros da região:

- a) Guaraqueçaba – Morretes
- b) Guaraqueçaba – Ilha do Mel
- c) Guaraqueçaba – Antonina
- d) Guaraqueçaba - Paranaguá

2. Parcerias

- a) Definição dos participantes-chaves para o ecoturismo na região:
- b) [Comunidades locais; Operadores de turismo receptivo; Administradores de áreas protegidas; Concessionários; ONGs (locais, nacionais e internacionais); Governo (federal, estadual e municipal); Agentes de viagens (emissores); Instituições financeiras; Ecoturistas].
- c) Como estabelecer parcerias?
- d) Como implementar o Programa de Ecoturismo?
- e) Através do fortalecimento da Associação de Moradores da Vila das Peças (AMVP)?
- f) Através da criação de uma Associação de Ecoturismo que congregue diversas comunidades da região?
- g) Criar um Grupo de Apoio para auxiliar a AMVP ou a Associação de Ecoturismo a ser criada? (Quem fará parte deste Grupo de Apoio? Possibilidades: representantes das Associações de Moradores, ONGs, setor público, empresários, etc.).
- h) Elaboração de um Código de Ética para o desenvolvimento da atividade na região.

3. Comunicação

- a) Qual o perfil do visitante que se pretende atender na região?
- b) Como deve ser a divulgação para atrair este público?
- c) O que oferecer aos visitantes
- d) Fatores motivacionais X fatores restritivos.
- e) *Folder* para divulgação da região: análise crítica e sugestões.

4. O produto ecoturístico Parque Nacional do Superagui

- a) Qualidade dos serviços: Restaurantes, Pousadas, Condutores, Barqueiros, Atendimento e hospitalidade dos moradores em geral, Higiene, Segurança (procedimentos) e Manutenção da cultura local.

5. Geração de renda

- a) Artesanato
- b) Formulação da tabela de preços dos serviços ofertados aos visitantes.

APRESENTAÇÕES DOS GRUPOS

- a) Tempo de apresentação por grupo: 15 minutos
- b) Tempo para perguntas para cada grupo: 15 minutos.

APÊNDICE II: MODELO DE PLANO DE AÇÃO (ELABORADO PARA 2004)

Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo ³	Custo	Limitação
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	Colaborar para o fortalecimento da Associação de Moradores da Vila das Peças (AMVP)	Orientar a AMVP para realização de planejamento da atual gestão.	Consultor de Ecoturismo e Estagiária.	SPVS	Longo	-	-
	Solicitar ao poder público local (prefeitura) a divulgação, através de posto de informações em Guaraqueçaba, dos atrativos da Vila das Peças e entorno.	Encaminhar ofício ao Secretário de Turismo de Guaraqueçaba;		Prefeitura	Médio	-	Política
		Realizar reuniões com o secretário de Turismo.					
	Intermediar a aproximação entre o IBAMA e a AMVP.	Através de reuniões entre as partes.		AMVP, IBAMA.	Longo	-	Política
Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo	Custo	Limitação
ECOTURISMO	Realizar seminário com todos os atores envolvidos na prática do ecoturismo na região da Vila das Peças e entorno.	Planejar evento;	Consultor de Ecoturismo e estagiária.	-	Médio	-	-
		Realizar lista de possíveis participantes;		-	Médio	-	-
		Convite a todos os interessados;		-	Médio	-	-
		Realização do evento.	Consultor de Ecoturismo, Estagiária de Ecoturismo, Equipe da SPVS.	-	Médio	R\$1.000,00	Financeira
		Tabulação dos resultados e divulgação.		-	Médio	-	-
	Inserir as atividades de ecoturismo no desenvolvimento da AMVP.	Estimular a organização de passeios com grupos fechados em empresas e outras instituições	Consultor de Ecoturismo, Estagiária de Ecoturismo, Equipe da SPVS	AMVP, SEBRAE	Curto	-	Social
	Elaborar novos roteiros ecoturísticos	Averiguar a viabilidade de implantação de novos roteiros, já identificados durante as oficinas, observando critérios de conservação, impactos culturais e segurança dos visitantes.	Consultor de Ecoturismo e estagiária.	AMVP, SPVS, IBAMA.	Médio	-	Ambiental, Cultural e Segurança.
	Montar banco de dados com os visitantes	Através da tabulação de dados em planilha eletrônica.	Consultor de Ecoturismo e estagiária.	SPVS	Médio	-	-
	Instituir um código de ética para a prática do ecoturismo na Vila das Peças	Compilar contribuições feitas pelos participantes durante as oficinas de ecoturismo ofertadas pela SPVS.	Pessoas capacitadas através das oficinas de ecoturismo, consultor de ecoturismo, estagiária de ecoturismo.	AMVP	Imediata	-	Social
	Elaborar o Programa de Ecoturismo para a Vila das Peças.	Através da elaboração de projetos, com objetivos, justificativas, ações necessárias para implementação.	Consultor de Ecoturismo.	-	Curto	-	-
Sensibilizar a comunidade para a importância da prática de técnicas de mínimo impacto e de bom atendimento aos visitantes.	Disponibilizar às pousadas, restaurantes e condutores da Vila das Peças o folheto com as técnicas de mínimo impacto.	Estagiária de ecoturismo.	Paraná Turismo	Médio	-	Social	
Orientar a comunidade sobre os procedimentos esperados das operadoras de ecoturismo	Convidar operadoras para reunião com moradores.	Consultor de Ecoturismo e estagiária.	Praia Secreta, Ixion Geo.	Médio	-	-	

(continua...)

³ Imediata: menos de 1 mês; curto: de 1 a 6 meses; médio: de 6 meses a 1 ano; longo: mais de 1 ano.

(continuação)

Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo ³	Custo	Limitação
COMUNICAÇÃO	Produzir material de divulgação dos atrativos da Vila das Peças	Reunião com IBAMA e AMVP para finalizar arte do folheto.	Consultor de Ecoturismo e estagiária.	AMVP, IBAMA.	Médio		Política
Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo	Custo	Limitação
CAPTAÇÃO DE RECURSOS	Prospectar novos financiadores e obter recursos para continuidade do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa	Realizar pesquisa na Internet e organizar os formulários de acordo com o padrão de cada possível financiador.	Consultor de Ecoturismo	AMVP	Curto	-	Social.
		Enviar proposta sobre os temas capacitação e fortalecimento institucional da Associação de Moradores da Vila das Peças para a Embaixada da Austrália	Consultor de Ecoturismo e equipe do papagaio-de-cara-roxa	AMVP	Curto	-	Social.
		Enviar proposta sobre os temas saúde e educação para a Embaixada da Alemanha	Consultor de Ecoturismo e equipe do papagaio-de-cara-roxa	AMVP	Curto	-	Social.
		Enviar proposta sobre os temas saúde e desenvolvimento sustentável para a Embaixada da Inglaterra	Consultor de Ecoturismo e equipe do papagaio-de-cara-roxa	AMVP	Curto	-	Social.
		Enviar proposta sobre os temas ambientais para a Embaixada do Japão	Consultor de Ecoturismo e equipe do papagaio-de-cara-roxa	AMVP	Curto	-	Social.
		Enviar proposta sobre os temas saúde e educação para a Embaixada do Canadá	Consultor de Ecoturismo e equipe do papagaio-de-cara-roxa	AMVP	Curto	-	Social.
		Enviar proposta sobre os temas saúde, educação, geração de renda e comunicação para a Fundação Interamericana	Consultor de Ecoturismo e equipe do papagaio-de-cara-roxa	AMVP	Curto	-	Social.
	Enviar propostas para entidades que abrirem editais até o final de 2004	Consultor de Ecoturismo e equipe do papagaio-de-cara-roxa	AMVP	Curto	-	Social.	
Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo	Custo	Limitação
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	Aplicar o método LAC para o monitoramento dos impactos da visitação sobre os recursos naturais locais	Definir indicadores de impacto Identificar pessoas da comunidade para realização do monitoramento.	Consultor de Ecoturismo, Estagiária de Ecoturismo e comunidade	Comunidade local.	Longo	-	-

(continua...)

³ Imediata: menos de 1 mês; curto: de 1 a 6 meses; médio: de 6 meses a 1 ano; longo: mais de 1 ano.

(continuação)

Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo ³	Custo	Limitação
CAPACITAÇÃO TÉCNICA	Definir temas, instrutores e realizar ações de capacitação voltadas para os moradores da Vila das Peças.	Realizar reuniões com a comunidade para seleção de temas e datas da capacitação.	Consultor de Ecoturismo, Estagiária de Ecoturismo e comunidade	AMVP	Médio	R\$ 1.095,00	-
	Ministrar oficina de construção de trilhas	Atividade teórica e prática na Trilha da Torre do Mangue.	Consultor de Ecoturismo	IBAMA	Médio	R\$1.000,00	Financeira
	Propor um sistema de trilhas compatível com as recomendações do IBAMA	Compatibilizar a proposta de um sistema de trilhas com as recomendações do IBAMA. Integrá-las ao plano de manejo quando for realizado.	Chefe do Parque e consultor de Ecoturismo	IBAMA	Longo		-
	Entregar complemento da apostila das oficinas.	Fotocopiar apostila das oficinas 2 e 3 para os participantes das mesmas.	Estagiária de ecoturismo.	-	Curto	R\$ 300,00	-
Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo	Custo	Limitação
PARCERIAS	Buscar e estabelecer parcerias para o Programa de Ecoturismo	Identificar potenciais parceiros	Consultor de Ecoturismo e estagiária.	-	Longo	-	-
		Elaborar critérios para a seleção dos parceiros do programa de ecoturismo.		-	Longo	-	-
	Incentivar a AMVP a estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor.		Consultor de Ecoturismo, Estagiária de Ecoturismo e comunidade.	AMVP.	Longo	-	-
Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo	Custo	Limitação
APOIO E INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE	Solicitar mudança de rubrica ao FNMA para aquisição de kits de primeiros-socorros.	Adquirir e repassar estes kits de primeiros-socorros para as Associações de Moradores da região	Coordenadora do projeto, consultor de ecoturismo e estagiária de ecoturismo	FNMA.	Já realizado.	R\$ 1.900,00	-
	Estimular a AMVP para que os projetos, a serem implantados na Vila das Peças sejam, necessariamente, de base comunitária.	Estimular a participação da comunidade na elaboração de futuras propostas a fontes de financiamento.	Consultor de Ecoturismo e Estagiária.	AMVP.	Curto	-	Social
	Equacionar o problema de coleta do lixo na Vila das Peças	Encaminhar solicitação à Petrobrás para coleta do lixo na região do Superagui.	Consultor de Ecoturismo	AMVP, SPVS, Petrobrás.	Médio	-	Social e Ambiental.
	Realizar reunião com técnicos da Petrobrás para apresentar a proposta do projeto de conservação do papagaio-de-cara-roxa	Através de oficina ofertada gratuitamente à comunidade.	Coordenadora geral do projeto, consultor de ecoturismo e estagiária.	AMVP, SPVS, Petrobrás.	Médio	R\$ 100,00	Social e Ambiental.
Desenvolver novos padrões arquitetônicos adaptados à região e que sejam harmoniosos em relação à paisagem.		Consultor de Ecoturismo e Estagiária.	Núcleo Arqueng, Cursos de Arquitetura, voluntários com capacitação técnica sobre o tema	Longo	R\$ 1.000,00	Cultural.	
Tema	Atividade	Como	Responsável	Parceiros	Prazo	Custo	Limitação
PESQUISA	Instituir processo integrado com os moradores para acompanhamento da pesquisa do papagaio-de-cara-roxa	Convite formal para acompanhar as saídas de campo, de acordo com cronograma que não interfira no comportamento da espécie estudada	Coordenadora do projeto e consultor de ecoturismo.	AMVP, Voluntários	Curto	-	Ambiental e Cultural.

³ Imediata: menos de 1 mês; curto: de 1 a 6 meses; médio: de 6 meses a 1 ano; longo: mais de 1 ano.

APÊNDICE III: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

a) 1º dia:

07h00	Saída de Curitiba em direção à Paranaguá, pela BR 277
09h00	Chegada em Paranaguá e embarque para Vila das Peças.
11h00	Chegada à Vila das Peças e “ <i>check-in</i> ” nas pousadas (Pousada do Carlinhos e Pousada Teodoro Dias).
12h00 – 14h00	Almoço na Cozinha Comunitária;
14h00 – 18h00	Período reservado para atividades na Vila das Peças: caminhada pela praia, visita à comunidade e passeio de canoa até o berçário dos botos e de barco a motor até o mangue.
21h00	Jantar

b) 2º Dia

07h00 – 09h00	Café da manhã nas pousadas
09h00 – 12h00	Caminhada até a torre
12h00 – 14h00	Almoço
14h00 – 16h30	Tempo livre para descansar, caminhar, entre outras atividades.
16h30	“ <i>check-out</i> ” nas pousadas
17h00	Saída de barco para retorno à Paranaguá. Avaliação do passeio através de fichas individuais disponibilizadas aos participantes da viagem.
19h00	Chegada em Paranaguá
20h45	Chegada em Curitiba.